

# Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	14
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	15
1.5 Principais clientes	28
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	29
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	38
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	39
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	40
1.10 Informações de sociedade de economia mista	44
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	45
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	46
1.13 Acordos de acionistas	47
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	50
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	51
1.16 Outras informações relevantes	52
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	53
2.2 Resultados operacional e financeiro	90
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	95
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	96
2.5 Medições não contábeis	98
2.6 Eventos subsequentes as DFs	109
2.7 Destinação de resultados	110
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	111
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	113
2.10 Planos de negócios	114
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	116
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	117
3.2 Acompanhamento das projeções	118

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	119
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	159
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	167
4.4 Processos não sigilosos relevantes	170
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	171
4.6 Processos sigilosos relevantes	172
4.7 Outras contingências relevantes	173
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	174
5.2 Descrição dos controles internos	180
5.3 Programa de integridade	183
5.4 Alterações significativas	187
5.5 Outras informações relevantes	188
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	189
6.3 Distribuição de capital	193
6.4 Participação em sociedades	194
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	195
6.6 Outras informações relevantes	196
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	197
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	201
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	202
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	204
7.4 Composição dos comitês	213
7.5 Relações familiares	216
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	217
7.7 Acordos/seguros de administradores	218
7.8 Outras informações relevantes	220
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	221

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	228
8.3 Remuneração variável	232
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	234
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	241
8.6 Outorga de opções de compra de ações	242
8.7 Opções em aberto	245
8.8 Opções exercidas e ações entregues	249
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	252
8.10 Outorga de ações	255
8.11 Ações entregues	258
8.12 Precificação das ações/opções	259
8.13 Participações detidas por órgão	261
8.14 Planos de previdência	262
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	265
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	266
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	267
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	269
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	270
8.20 Outras informações relevantes	271
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	272
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	273
9.4 Outras informações relevantes	274
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	275
10.1 Descrição dos recursos humanos	277
10.2 Alterações relevantes	278
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	279
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	281
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	282
10.5 Outras informações relevantes	283
11. Transações com partes relacionadas	

## Índice

---

11.1 Regras, políticas e práticas	284
11.2 Transações com partes relacionadas	286
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	287
11.3 Outras informações relevantes	289
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	290
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	291
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	292
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	300
12.5 Mercados de negociação no Brasil	301
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	302
12.7 Títulos emitidos no exterior	303
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	304
12.9 Outras informações relevantes	306
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	307
13.1 Declaração do diretor presidente	308
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	309
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	310

## 1.1 Histórico do emissor

### 1.1 Histórico do emissor

A Companhia iniciou suas atividades em 2004 e foi fundada por Vanderlei Rigatieri Junior e Francisco Sergio Day de Toledo com o objetivo de comercializar produtos de tecnologia wireless e de transmissão por redes de dados. No início, a Companhia focou em tecnologias de nicho, tais como Internet via Rádio, mais tarde migrando para Banda Larga, Segurança Eletrônica, Comunicação Unificada. Visando o aumento do portfólio passou a oferecer também infraestrutura de data center, áudio e vídeo profissional, segurança de dados e IoT Internet das coisas, mercados com um grande potencial de crescimento e poucas empresas atuantes. Segue a cronologia:

No ano de 2007, observando novas oportunidades, a Companhia passou a atuar também no mercado de Segurança, com soluções em segurança física e eletrônica, CFTV, VMS e controle de acesso.

Anos mais tarde, em 2011, a Companhia ingressou em mais um mercado, na área de equipamentos de Telecom, com o início da distribuição de equipamentos FTTH (Fiber To The Home), o que ampliou sua gama de clientes e sua estratégia de negócios.

O ano de 2012 marcou a expansão da Companhia na industrialização e distribuição de seus produtos, quando a Companhia inaugurou seu Centro de Distribuição em Ilhéus, Bahia, e passou a ocupar uma área superior a 7.000 m<sup>2</sup> no Polo de Informática de Ilhéus, que conta com incentivos fiscais, nas esferas estaduais e federal. A capacidade instalada de armazenagem e movimentação de cargas é superior a 2 milhões de peças anualmente, e, por meio de acordos com as principais transportadoras, a Companhia consegue entregar seus produtos em qualquer cidade do território nacional.

Em 2013, a Companhia fundou uma subsidiária chamada a MaxBR, que viria a ser incorporada pela Companhia anos mais tarde, que ampliou ainda mais o alcance da Companhia para oferecer exclusivamente serviços de locação de equipamentos de tecnologia. O ano de 2013 marca também o início das vendas no modelo TaaS (Technology as a Service), modelo de assinaturas de produtos de tecnologia que permite aos clientes transformar seu Capex (Investimento) em Opex (despesas) ao criar mensalidades, agregando todos os benefícios de uma locação: garantia estendida, trocas em casos de falhas e atualização tecnológica periódica. O conceito objetiva descomplicar a estruturação da tecnologia pelos clientes, evitando que necessitem de um reinvestimento robusto e recorrente diante das inevitáveis obsolescências dos produtos desse segmento.

Em 2017, a Companhia recebeu um investimento minoritário do fundo de private equity 2bCapital, que possibilitou maior crescimento e melhoria da qualidade de atendimento e ter recursos financeiros suficientes para aumentar a oferta de TaaS (Technology as a Service). No mesmo ano, a Companhia expandiu seu estoque ao inaugurar um Centro de Distribuição na Cidade de São Paulo, SP, que permitiu a distribuição mais rápida e eficaz para o Estado de São Paulo e para os demais Estados do Sudeste.

O ano de 2018 é marcado pela aquisição da Axyon Distribuidora, o primeiro passo para integrar a Companhia em novos mercados como o de data center, DWDM, áudio e vídeo profissional, cibersegurança e automação residencial. No mesmo ano, a Companhia inaugurou a SmartWDC, espaço com mais de 500 m<sup>2</sup> dedicado à IoT, que possui um showroom de soluções para a automatização de residências e espaços comerciais com foco em IoT, além de um centro de

## 1.1 Histórico do emissor

treinamentos totalmente moderno e amplo com capacidade para atender 30 pessoas simultaneamente.

No ano de 2019 a Companhia adquiriu a Munddo Distribuidora com o objetivo de fortalecer a oferta de automação predial e residencial no modelo as a service idealizado pela Companhia. No mesmo ano, a Companhia iniciou suas operações na Colômbia, onde passou a operar estrategicamente ao observar o crescimento dos negócios de banda larga nos países latino americanos, cujos provedores de acesso à internet (Internet Service Providers - ótica que os servidores brasileiros. Ainda em 2019, a Companhia anunciou a abertura de seu centro logístico no Panamá, país de localização estratégica, que aumentou sua capacidade logística além de agilizar a distribuição de produtos na América Latina.

O ano de 2021 foi marcado pela oferta pública inicial de ações (IPO) da Companhia, realizado em julho, tendo sido obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários o registro de companhia aberta na “Categoria A”, com ações admitidas a negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A., movimento significativo para expansão e desenvolvimento dos negócios desta.

Em 2024, a Companhia anunciou seu reposicionamento, onde deixou de focar apenas no business de distribuição simples e passou a incorporar em sua estratégia, um modelo voltado também a projetos, com mais soluções integradas e valor agregado.

Em 2025, a WDC concluiu a aquisição de 51% da Infinite Consulting, empresa de pequeno porte, fundada em 2013, com atuação na área de engenharia de redes e telecomunicações focada em prover consultoria, assessoria e suporte para ISPs (provedores) e operadoras. Esta aquisição estratégica permitirá à Companhia incorporar serviços gerenciados de rede (MSP) ao seu portfólio conforme estratégia de M&A divulgada ao longo de 2024 e expandir sua oferta de serviços. Vale mencionar também que em 2025, o segmento solar foi completamente descontinuado já não contribui mais com a receita da Companhia.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

#### VISÃO GERAL E HISTÓRICO

A WDC Networks (Livetech da Bahia Ind. e Com. S.A.) é uma empresa de fornecimento de equipamentos e de soluções de Telecom e Tecnologia, para uma variada gama de clientes no Brasil, Colômbia, Estados Unidos e Panamá.

Nosso objetivo é conectar pessoas e empresas a tecnologias inovadoras, essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Temos experiência e conhecimento nos segmentos em que atuamos facilitando a introdução e adoção de novas tecnologias e produtos para nossos clientes, Buscamos sempre melhorar a experiência do cliente simplificando processos e atuando em parceria para que possamos antecipar novas tendências e trazer para nosso portfólio produtos e marcas que tenham sinergia e complementariedade reforçando ainda mais nosso complexo ecossistema de soluções e consequentemente agregando valor para todos os stakeholders.

Em linha com nossa visão e tradição de inovação e empreendedorismo, desenvolvemos um modelo de negócio de locação de equipamentos, transformando Capex em Opex, que denominamos de “TaaS” (Technology as a Service). Esse modelo que iniciamos em 2013, é um modelo “ganha-ganha”, e traz benefícios tanto para o cliente quanto para a Companhia e nos diferencia da maioria dos nossos concorrentes nacionais e internacionais.

Celebramos um contrato de locação mensal entre o cliente e a Companhia com prazos de até 60 meses e sem opção de compra ao final. O maior diferencial da modalidade TaaS é que a propriedade do produto não é transferida ao cliente e, portanto, o cliente não tem o dispêndio do custo total do produto e reduz seus riscos. Abaixo destacamos os principais benefícios dessa modalidade para o cliente e a Companhia:

Para o cliente:

- (i) possibilidade de atualização da tecnologia e redução do risco de obsolescência;
- (ii) redução da necessidade de investimento (Capex) em intangível e imobilizado;
- (iii) possibilidade de focar no core business; e
- (iv) maior eficiência fiscal quando comparado a compra tradicional.

Para a Companhia:

- (i) receita recorrente e relacionamento de longo prazo;
- (ii) diminuição dos níveis de “default” pelo cliente;
- (iii) melhora de margens operacionais; e
- (iv) possibilidade de cross-sell & up-sell.

Em 2022 um contrato típico do TaaS mostrou uma taxa interna de retorno (IRR) de aproximadamente 25%. Acreditamos que tais benefícios permitem que nossos resultados sejam mais resilientes às condições econômicas adversas no Brasil ou àquelas que afetam particularmente os mercados em que operamos.

Adicionalmente, acreditamos que nossa produção própria para o fornecimento de serviços e produtos, incluindo infraestrutura de banda larga, câmeras de vigilância, sistemas de controle de acesso, Cibersegurança, data center, automação, e geradores de energia solar é uma

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

vantagem competitiva. A montagem dos nossos produtos nas duas unidades industriais da Companhia traz mais qualidade, agilidade, eficiência operacional além de benefícios fiscais.

Acreditamos que nossa expertise no mercado e as relações duradouras com nossos fabricantes estratégicos, nos permitiu acompanhar eficientemente o crescimento do mercado de equipamentos de Telecom e de Tecnologia da Informação e Comunicação (T.I.C.) no Brasil. Além disso, conseguimos aumentar nosso market-share, com um crescimento na quantidade de clientes, bem como o wallet-share de cada cliente. Nossas receitas líquidas somaram R\$900,7 milhões em 31 de dezembro de 2023. Em dezembro de 2024, nossa receita líquida atingiu R\$ 837,9 milhões. Em dezembro de 2025, nossa receita líquida foi de R\$870,2 milhões, aumento de 3,9% versus 2024. Se excluirmos o efeito do segmento solar, o que foi plenamente descontinuado, o crescimento foi de 12,7%.

Nossas atividades se iniciaram em 2004 com a importação e venda de equipamentos wireless e de segurança. Em 2007, entramos no mercado de segurança eletrônica e soluções para “cidades digitais” no Brasil, sendo as duas primeiras no interior de São Paulo (Itatiba e Valinhos), onde fornecemos câmeras de monitoramento de vias públicas e uma central de vigilância operadas pelas respectivas prefeituras municipais. Em 2008, introduzimos no mercado os produtos de telefonia via internet (VoIP), iniciamos a montagem de produtos no Brasil e inovamos com a comercialização de câmeras de vigilância via protocolo IP, chamadas de “*network cameras*”.

Em 2011, nosso fundador percorreu mais de 50.000 quilômetros pelas estradas do Brasil, e visitou mais de 100 cidades durante 8 meses com o objetivo de conhecer seus clientes presencialmente e estabelecer conexões e capilaridade, que hoje fazem toda diferença em nossa capacidade de distribuição e abrangência no mercado nacional. Um exemplo prático desse conhecimento adquirido das necessidades dos seus clientes foi quando a Companhia antecipou mais uma tendência tecnológica e trouxe para o Brasil a tecnologia FTTH (Fiber to the Home) GPON, a mais avançada na época e acreditamos que seja a mais utilizada globalmente. Em 2012, o crescimento acelerado de nossas atividades resultou na expansão do nosso centro de distribuição e principalmente na industrialização de produtos. Localizada em Ilhéus, nossa primeira fábrica conta com uma área superior a 7 mil metros quadrados, com capacidade de armazenagem e movimentação de cargas superiores a 2 milhões de peças anualmente. Em 2013, atentos às necessidades de nossos clientes, percebemos que a demanda por banda larga era crescente, porém a capacidade de nossos clientes em investir nessa tecnologia era limitada. Sendo assim inovamos e criamos a MaxBR, nossa subsidiária focada em locação de equipamentos aos clientes. Desde então viemos aperfeiçoando esse modelo de locação com melhorias, tais como níveis de serviço, reposição, verificação de funcionamento periódico, suporte técnico diferenciado chegando até o atual TaaS. O TaaS deixou de ser exclusivo para o mercado de ISP e penetrou com mais facilidade no mercado corporativo. Em 2017, buscando o aprimoramento de nossa governança e a ampliação de nossa capacidade de investimento, recebemos um investimento minoritário do fundo de private equity 2bCapital - Brasil Capital e Crescimento I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, cuja gestora 2bCapital S.A. é controlada pelo Banco Bradesco. Este movimento, entre outras coisas, possibilitou o nosso avanço na rota de crescimento e de expansão, tais como a conclusão em 2018 e 2019, respectivamente, das aquisições da Axyon Distribuidora e da Munddo Distribuidora, que ampliaram ainda mais o portfólio da Companhia em soluções de Cibersegurança, automação predial, internet das coisas (Internet of Things – IOT) e automação residencial.

Ainda em 2019, lançamos a Casa Conectada, empresa especializada em automação residencial através da IoT que nasceu para desenvolver uma rede de franquia nacional. Por meio da

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

automação, qualquer residência pode ser transformada em um ambiente inteligente, acionável via smartphones e assistentes de voz. No mesmo ano, iniciando a expansão internacional, passamos a operar um centro de distribuição no Panamá e um escritório comercial na Colômbia.

Em 2020, percebendo a alta demanda por energia limpa, os investimentos em veículos elétricos, a necessidade de renovação de sistemas de energia dos ISPs em seus "POP" (ponto de presença) e para aproveitar a sinergia com nossa vasta rede de clientes, inauguramos uma fábrica de geradores de energia fotovoltaica em Extrema/MG. Essa unidade fabril importa componentes e monta kits de geração de energia fotovoltaica para fins comerciais incluindo para usinas de energia e domésticos. Em apenas poucos meses de operação nesse segmento conseguimos escalar a operação e adicionar novos cliente através de vendas cruzadas (cross-sell).

O ano de 2021 entrou para nossa história principalmente por conta da abertura de capital (IPO) realizado em julho, o que nos trouxe maior capital de giro para continuarmos crescendo e contribuindo para alcançarmos novos recordes de Vendas Totais.

Em 2024, a Companhia anunciou seu reposicionamento, onde deixou de focar apenas no business de distribuição simples e passou a incorporar em sua estratégia, um modelo voltado também a projetos, com mais soluções integradas e valor agregado.

Em 2025, a WDC concluiu a aquisição de 51% da Infinite Consulting, empresa de pequeno porte, fundada em 2013, com atuação na área de engenharia de redes e telecomunicações focada em prover consultoria, assessoria e suporte para ISPs (provedores) e operadoras. Esta aquisição estratégica permitirá à Companhia incorporar serviços gerenciados de rede (MSP) ao seu portfólio conforme estratégia de M&A divulgada ao longo de 2024 e expandir sua oferta de serviços. Vale mencionar também que em 2025, o segmento solar foi completamente descontinuado já não contribui mais com a receita da Companhia.

Para os próximos anos, acreditamos que estamos bem-posicionados com nosso amplo portfólio e tendências, por exemplo, (i) data center, (ii) redes privadas, (iii) cibersegurança, (iv) digitalização do entretenimento (retail media e OOH), (v) tecnologias colaborativas, telemedicina, aprendizado à distância entre outras, e (vi) baterias.

Durante toda a nossa existência, uma característica fundamental da nossa Companhia foi o cuidado especial dado ao ser humano e ao meio ambiente. Nesse sentido, estamos muito atentos às tendências ligadas a ESG (Environmental, Social and Governance) como por exemplo:

- (i) Environmental: vendemos kits de energia fotovoltaicas para nossos clientes capazes de gerar em 2021 mais de 155.000,00 kWp de energia solar, o que significa uma redução de mais de 5.100 toneladas em CO<sup>2</sup> por mês e mais de 21.700 árvores preservadas por mês. Além disso, a planta produtiva de Ilhéus faz a reutilização da água da chuva e tem fontes de energia solar e eólica;
- (ii) Social: possuímos um programa de doação, campanhas sociais (criando programas de coleta de plásticos nas praias, coleta de pilhas, feirões em prol de entidades beneficentes) e praticamos uma inclusão permanente, investimos em treinamentos funcionais, concedemos benefícios de saúde a colaboradores e familiares e incentivamos a proximidade e poucos níveis de gestão. Essas iniciativas contribuíram para que em 2021 fossemos elencados como uma das melhores empresas para se trabalhar (GPTW - Great Places to Work), com alto índice de satisfação em pesquisa interna realizada pela Companhia;

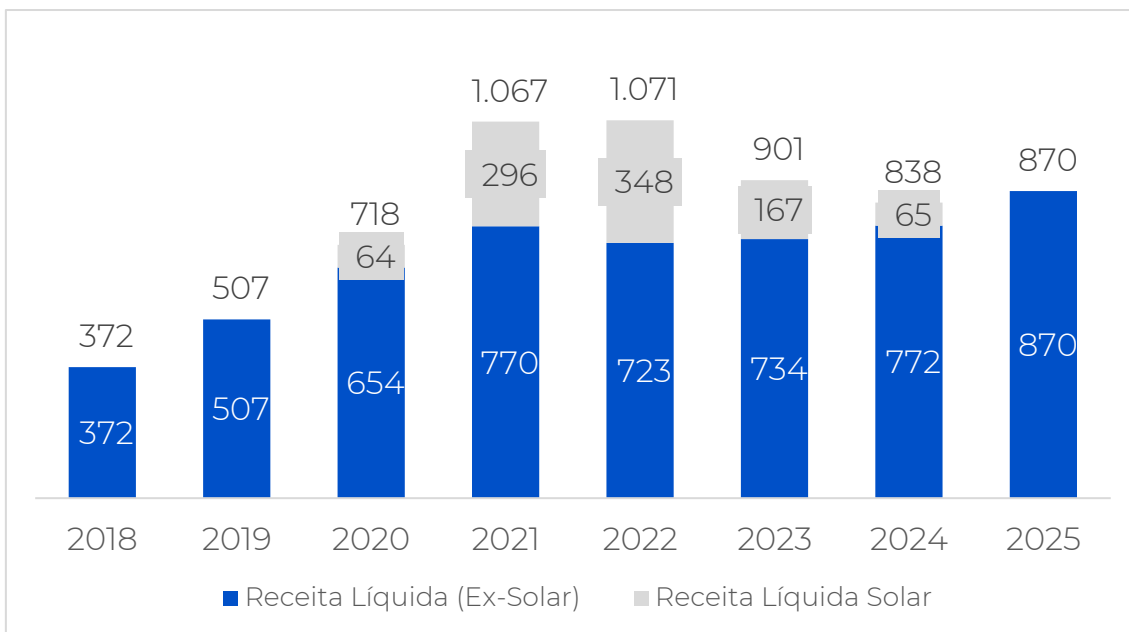
## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- (iii) Governance: como exemplos da política interna de governança, a Companhia possui um comitê de auditoria externo, auditado por uma das big four (EY) desde 2017 e conta com um conselho de administração com larga experiência. Adicionalmente, em abril de 2021 aderimos ao segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e estamos elaborando políticas de aderência de nossos fornecedores e prestadores de serviço a temas relacionados a ESG.

Resumidamente, nossa Companhia traduz o seu modelo de negócios em cinco importantes pontos:

- **Grande Modelo de Negócios:**
  - Difícil de ser replicado
  - Modelo Technology-as-a-Service resiliente, recorrente e focado no cliente
  - Mais de 60 marcas parceiras
  
- **Grande Mercado:**
  - Segmentos Telecom e Corporativo
  - Crescimento forte da unidade de negócios Solar
  - Mercado fragmentado e base de clientes de revendas, distribuidores e ISPs com alta fidelidade
  - Grande mercado total endereçável para seus produtos
  - Portfólio de soluções tech com valor adicionado
  
- **Grande Relacionamento com Clientes:**
  - +5,5 milhões de ONUs vendidas (“Optical Network Unit” ou modem de fibra utilizados pelos assinantes de banda larga para terem acesso à internet) e assinantes atingidos
  - Mais de 1.700 cidades atendidas desde o início das operações
  - Desenvolvimento de produtos correlacionados
  - Churn menor que 1%
  
- **Grande Time:**
  - Cultura de pertencimento com DNA de inovação
  - Time altamente motivado
  - Governança corporativa implementada e em destaque com uma agenda de ESG
  
- **Grandes Resultados:**
  - Alto crescimento (12,9% de taxa de crescimento composta média anual CAGR de Receita Líquida entre 2018 e 2025)
  - Bom patamar de Margem EBITDA Ajustada, próxima a 30% nos últimos anos.

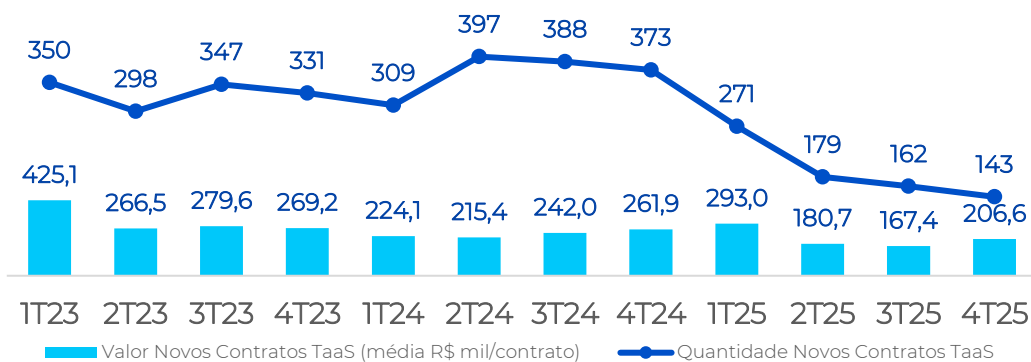
## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Em seu corebusiness a Companhia vem desempenhando um crescimento interessante. A pouco foi mencionado crescimento de topline ex-solar de 12,7%.

Segmento	Receita Líquida (Milhões R\$)	2025 vs 2024	
		Delta de Representatividade	Crescimento Nominal
Segurança Eletrônica	76,7	3%	56%
Audio e Video Profissional	154,2	4%	45%
Data Center	33,0	0%	28%
Cibersegurança	82,3	1%	26%
Infra de Redes	34,3	0%	7%
Telecom	430,6	-4%	5%
Outros	59,1	-3%	-38%

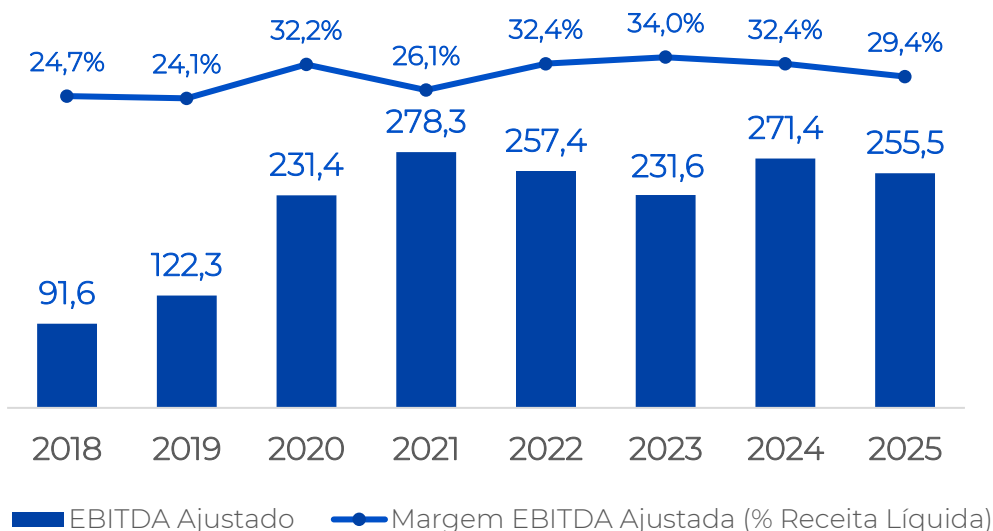
Como parte da estratégia da Administração, durante o ano de 2025, em linha com a estratégia de preservação de liquidez, otimizamos o investimento em novos contratos de TaaS, reduzindo o Capex de R\$ 170,7 milhões em 2024 para R\$ 82,6 milhões em 2025.



## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

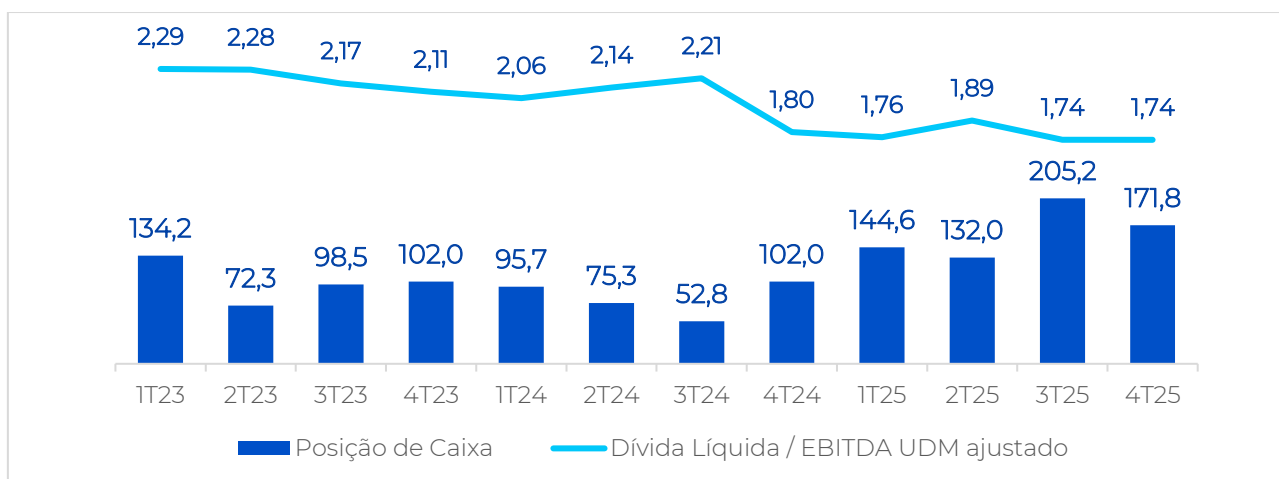
O EBITDA Ajustado saiu de R\$92 milhões em 2018 para R\$255 milhões em 2025. Esse aumento significativo se deu pela expansão de todos os negócios da Companhia, ao aumento do portfólio de TaaS e maiores volumes de receita.

Com relação as margens, a Administração avalia como saudáveis.



Fonte: Companhia.

O endividamento, indicado pelo índice Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (UDM), atingiu 1,74x em 2025, melhor patamar dos últimos 3 anos. Em 2024, 2023 e 2022 esse índice foi de 1,80x, 2,11x e 1,91x respectivamente.



Fonte: Companhia.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### VANTAGENS COMPETITIVAS E PONTOS FORTES

Acreditamos que nosso modelo de negócios possui bases sólidas que o tornam difícil de ser replicado em um curto espaço de tempo. Listamos abaixo as principais vantagens que acreditamos que possuímos em relação aos nossos concorrentes.

#### Grande modelo de negócios que vende tecnologia como serviços (TaaS)

Em 2013, atentos às tendências mundiais de IaaS (Infrastructure as a Service), introduzidas pelos grandes operadores de Data Center para a computação na nuvem, decidimos criar um sistema de oferta de tecnologia na modalidade de contrato de locação, caracterizando-se como TaaS (Technology as a Service). Esse modelo, que acreditamos ser original e inovador no mercado brasileiro, se tornou especialmente importante num dos mercados que atuamos, o de telecomunicações. Essa modalidade foi uma das alavancas do crescimento dos provedores de internet regionais, ISPs e, depois, foi amplamente adotado no mercado corporativo.

Esse modelo de negócio é particularmente interessante pois se configurou um modelo “ganha-ganha” para o cliente e para nós. O cliente ganha, pois o risco de obsolescência dos produtos é mitigado, o investimento (CAPEX) em tecnologia é reduzido e pode focar em seu próprio negócio. Em nosso caso, os benefícios se caracterizam por geração de receitas recorrentes, criação e manutenção de laços de longo prazo com nossos clientes, diminuição da inadimplência, em função de laços de dependência mútua, e possibilidade de cross-selling e up-selling. Acreditamos que são essas características que permitem que nossos resultados sejam mais resilientes diante de um cenário de condições econômicas adversas no Brasil ou aquelas que afetam particularmente os mercados nos quais atuamos.

#### Linhas de produtos e parcerias com grandes marcas

Atuamos nos segmentos de venda de produtos de tecnologia e formato TaaS para o atendimento nos mais diversos tipos de clientes, especialmente em clientes dos setores Telecom (provedores regionais de internet - ISPs e operadores) e Corporativo (médias e grandes empresas)..

Para os clientes do segmento Corporativo, oferecemos produtos e serviços relacionados a sistemas de energia solar, equipamentos de automação residencial, soluções de áudio e vídeo profissional para ambientes corporativos, painéis de LED, soluções para redes de dados, segurança da informação, sistemas de energia e infraestrutura crítica, telefonia e colaboração, automação predial e segurança eletrônica.

A ideia e estratégia da nossa Companhia foi criar um portfólio adequado e que pudesse ser um “one-stop-shop”, ou seja, os clientes poderiam se abastecer de praticamente toda a tecnologia necessária para seus projetos em nossa Companhia. Abaixo trazemos alguns números das unidades de negócio Telecom e Corporativo com data-base de que podem refletir a sua dimensão.

Atualmente, nossos fornecedores são mais de 60 marcas altamente reconhecidas no mercadonacional e internacional, incluindo dentre elas, Huawei, Nokia, Sophos, Leyard, TP-Link, Axis, Grandstream, Shure, Yamaha, Hikvision, Fujikura, LG, Yealink, Digifort, Dahua, entre outros.

Estas parcerias são um sistema de benefícios mútuos para a WDC, nossos clientes e nossos fornecedores. Por um lado, nós temos acesso aos produtos da mais alta qualidade existente no mercado para fornecer aos nossos clientes, o que auxilia na fidelização destes e manutenção de relações de longo prazo. Por outro, nós facilitamos o processo de venda e entrega dos

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

fornecedores, visto que assumimos a importação, logística, crédito aos clientes, desenvolvimento de canais e funding. Além disso, os fornecedores não têm que ter presença física no país, nem financiamento local e modelos de crédito para atender clientes pequeno e médio portes.

Acreditamos que nossa vasta linha de produtos e serviços juntamente com nossa expertise em clientes dos segmentos Telecom e Corporativo, bem como as relações que temos com nossos fornecedores, representam uma barreira para entrada de novos competidores que pretendam ingressar em nossos mercados de atuação.

### Estrutura e capilaridade

Possuímos relações com clientes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, já vendemos ou alugamos mais de 8 milhões de ONUs (optcal network unit) até 2025, cada ONU pode ser considerada um domicílio conectado através de fibra ótica, temos relacionamento com mais de 2.000 ISPs e operadores, atendemos mais de 4.000 revendas e integradores. Essa capilaridade e estrutura aliada a capacidade da Companhia de introdução de novos produtos e tecnologias para nossos clientes é uma importante vantagem competitiva.

Para atender com excelência esse número de clientes no Brasil contamos escritórios comerciais, fábricas e centros de distribuição espalhados em pontos estratégicos, tanto no Brasil quanto no exterior. No total, contamos com (i) duas fábricas localizadas nas cidades de Ilhéus e Salvador, no Estado da Bahia; (ii) sete centros de distribuição localizados nas cidades de Ilhéus e Salvador, no Estado da Bahia, São Paulo, no Estado de São Paulo, Itajaí, no Estado de Santa Catarina, Manaus, no estado do Amazonas, na cidade de Bogotá, na Colômbia, e na Cidade do Panamá, no Panamá e (iii) cinco escritórios comerciais localizados nas cidades de São Paulo, no Estado de São Paulo, Extrema, em Minas Gerais, Miami nos Estados Unidos da América, na cidade de Bogotá na Colômbia e Shenzhen, na China.



## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



No Segmento de Telecom, a Companhia vende diretamente para os provedores de internet de pequeno, médio e grande porte (ISPs), e também para algumas revendas. No Segmento Corporativo, a Companhia vende para integradores de sistemas e revendas. Esta capilaridade abordada mais acima só foi atingida através de uma estrutura de vendas focada, que segmenta seus clientes e estabelece diferentes canais de contato para cada grupo. Além disso, a Companhia possui uma extensa capacidade para análise de crédito dos clientes, com um modelo proprietário e contratos “guarda-chuva” que permitem uma facilidade maior em atingir um maior público, conforme abaixo:



### Fabricação nacional

Além disso, nossa estrutura local de montagem de produtos já instalada e consolidada nos coloca em uma posição confortável, por atender a demanda atual, mas ao mesmo tempo fornecer capacidade para crescimento. Em 2025, 34% das vendas foram advindas de produtos que foram montados em nossa fábrica.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Quanto aos fornecedores, a Companhia tem procurado sempre trabalhar com parceiros de tecnologia de ponta, garantindo assim o fornecimento de produtos com diferenciação para seus clientes. Dado a condição de modelo de negócio da Companhia, vários fabricantes internacionais entenderam a capacidade de alavancar soluções inovadoras e se aliaram à WDC criando condições comerciais diferenciadas, permitindo a montagem de seus produtos localmente com alto entendimento que o padrão de qualidade e montagem.

### **Expertise da alta administração**

Acreditamos que um dos diferenciais da Companhia está na manutenção dos fundadores na sua alta administração e na experiência dos líderes das áreas de negócios. O conhecimento e experiência dessa equipe fazem com que decisões sejam tomadas rapidamente e a Companhia continue ágil o bastante para aproveitar as tendências de mercado. Na área de logística, por exemplo, o longo relacionamento que possuem com fornecedores vem se mostrando como um diferencial competitivo frente a outros competidores, que confiam em intermediários logísticos toda a distribuição de produtos. A administração próxima, humanizada e centrada, transformaram o ambiente da empresa, contribuiu para que desde 2021 fossem elencados como uma das melhores empresas para se trabalhar Great Place To Work, alto índice de satisfação em pesquisa interna realizada pela Companhia. Em 2025, a companhia foi agraciada pela sexta vez consecutiva no GPTW.

### **Certificação OEA (Operador Econômico Autorizado)**

A Companhia é uma das poucas empresas no setor que possuem a certificação de Operador Econômico Autorizado (“OEA”). A certificação OEA agiliza a entrada dos produtos importados, por meio de um processo mais fácil de aceitação e simplificações na alfândega. Além disso, há também um aviso prévio em caso de seleção de mercadoria para controle.

Para que a certificação seja tirada são necessários pelo menos 24 meses de importação direta feita pela Companhia e na média mais 12 meses para tratar de todos os documentos necessários. Além disso, é requerido da Companhia altos níveis de governança.

Os benefícios da certificação incluem ganhos de eficiência operacional, demonstração do quanto a empresa é sólida quanto a processos de importação e reconhecimento do negócio como um parceiro seguro.

### **ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO**

Nossa intenção é aproveitar ao máximo o crescimento orgânico dos mercados onde atuamos e expandir nossa atuação em novas verticais. Durante o ano de 2024, nossa estratégia foi amplamente divulgada e planos em curso são: (i) Atacar novas verticais, no sentido de oferecer todo o portfólio da WDC independentemente do mercado em que o cliente atua. Exemplo: um ISP, da vertical Telecomunicações, poderia ofertar um painel de LED ao seu cliente. Essa lógica se estende a outras verticais, como Varejo, Transportes, Hotelaria, Educação e outras; (ii) Aumento da base e recorrência de integradores; (iii) Agregar serviços gerenciados nos projetos; (iii) Estender nosso portfólio a ISPs; (iv) Internacionalização da Companhia.

### **Serviços gerenciados**

A Companhia está avançando na prestação de serviços. Em 2025, os serviços representaram 17% da Receita Líquida Consolidada da WDC, frente a 12% registrados em 2023. Reconhecemos que ainda há um grande potencial de crescimento nessa linha de negócio, e seguiremos empenhados

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

em ampliar essa participação, contando com a Infinite (cujo controle adquirimos recentemente) como um importante aliado nesse processo

### Data Centers

Além destes produtos, acreditamos no futuro aumento de demanda por edge data centers, ou “data centers de borda” cuja oportunidade de mercado também está descrita na seção 1.3 deste Formulário de Referência. Esta tecnologia se baseia em uma rede de micro data centers que permitem o processamento de dados de forma local e mais próxima da fonte, garantindo uma maior velocidade e menor latência (atrasos) na transmissão e armazenamento de dados. Já possuímos experiência nessas construções e acreditamos que esta solução se tornará cada vez mais relevante no mercado de telecomunicações, pelos motivos descritos acima.

### Oportunidades em Infraestrutura para a Tecnologia 5G

Esperamos capturar parte do crescimento deste mercado através do fornecimento de equipamentos que façam parte da infraestrutura necessária para o funcionamento adequado da Tecnologia 5G, incluindo toda a infraestrutura de base de torre, tais como o Shelter (abrigo metálico), racks, cabeamento, ar-condicionado de precisão, data-centers, sistema de energia e back-up usando baterias de lítio, sistema de gerência remota, e segurança contra vandalismo.

### Aquisições

Além do crescimento orgânico, pretendemos buscar aquisições estratégicas para a ampliação de mercado e oferta de novos serviços. Atualmente, consideramos os seguintes alvos: empresas que possuem serviços de valor agregado, já que o oferecimento de serviços similares ou complementares podem agregar valor à Companhia e empresas com expertise em cibersegurança ou Retail Media, tendo em vista serem business de muito potencial.

A Companhia realizou três aquisições recentes que foram bem-sucedidas, da Axyon, Munddo e Infinite, mostrando a sua capacidade de consolidação.

A Axyon é uma revendedora de produtos com valor adicionado que opera no mercado brasileiro e se mostrou uma avenida de crescimento para soluções inteligentes para edifícios. Essa aquisição fez com que a Companhia entrasse no mercado de áudio e vídeo profissional.

A Munddo é uma provedora de soluções de automação residencial e se mostrou como uma oportunidade de a Companhia expandir o seu know-how para o mercado de IoT (Internet-of-Things), além de possuir um relacionamento atrativo com players chave na cadeia de valor.

A Infinite Consulting é uma empresa de pequeno porte, fundada em 2013, com atuação na área de engenharia de redes e telecomunicações focada em prover consultoria, assessoria e suporte para ISPs (provedores) e operadoras. Atualmente a Infinite Consulting possui serviço de suporte 24x7 e NOC (Network Operations Center, que consiste no monitoramento e gerenciamento de infraestrutura de rede) com aproximadamente 140 clientes no Brasil além de um cliente na Colômbia e outro na China. Esta aquisição estratégica permitirá à Companhia incorporar serviços gerenciados de rede (MSP) ao seu portfólio conforme estratégia de M&A divulgada ao longo de 2024 e expandir sua oferta de serviços.

## 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

### 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

#### (a) produtos e serviços comercializados

Até 2024 segmentávamos nossa atuação e consequentemente nossa receita para fins de demonstração de resultado em três segmentos operacionais: Telecom, Enterprise e Solar. Dentro de cada segmento, temos produtos e usos diferenciados com contratos de distribuição ou montagem local com mais de 60 fabricantes, alguns desses usos e mercados são descritos abaixo agrupados pela segmentação da receita apresentados a seguir. A partir de 2025 o resultado da WDC passou a ser divulgado apenas na forma consolidada.

Atualmente, reportamos a Receita dos seguintes grupos de solução.

**Telecom:** Redes de Fibra Ótica (FTTx): toda a linha de centrais de distribuição de sinal de internet, modems de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede;

**Redes de dados e Wi-Fi:** switches, roteadores Wi-Fi, cabeamento;

**Produtos de Infraestrutura de Data Centers:** Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.

**Sistemas de Segurança Eletrônica:** Câmeras de vigilância, controle de acesso biométricos, alarmes e sistemas de detecção de incêndio, entre outros

**Sistemas de Cibersegurança:** Firewalls, sistemas de proteção contra-ataques de hackers, controle parental de acesso à internet, entre outros.

**Produtos de Áudio e Vídeo Profissional:** Sonorização de salas, auditórios, igrejas, projetores profissionais, equipamento de videoconferência e trabalho remoto;

**Painéis de LED:** Sistemas de última geração para uso em mídia OOH (Out Of Home) e Retail Media.

#### b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Líquida Consolidada (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2025		2024	
	R\$	% do total	R\$	% do total
<b>Total Receita líquida</b>	<b>871.847</b>	<b>100,0%</b>	<b>837.880</b>	<b>100,0%</b>

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

#### Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Até 2024, segmentávamos nossa atuação e consequentemente nossa receita para fins de demonstração de resultado em três segmentos: (i) Telecom; (ii) Enterprise e (iii) Solar. A partir de 2025, o resultado passou a ser demonstrado apenas na forma consolidada.

Nosso modelo TaaS (Technology as a Service) é amplamente trabalhado em todos os segmentos, trabalhado igualmente pela mesma equipe comercial e de marketing que fazem a promoção e venda do dia a dia.

Atendemos nossa rede de clientes em todo o Brasil através dos nossos centros de distribuição distribuídos em seis cidades do Brasil. Temos fábricas e centros de distribuição em Ilhéus/BA e Salvador/BA, um centro de distribuição em São Paulo/SP, um centro de distribuição em Itajaí/SC e um centro de distribuição em Manaus/AM.

Além disso, contamos com quatro escritórios internacionais, 1 centro logístico no Panamá, 1 escritório comercial na Colômbia para o mercado local, 1 escritório comercial nos EUA para atendimento de clientes na América Latina e 1 escritório comercial na China. Em nossa planta de Ilhéus contamos com nosso centro técnico e de assistência para as nossas marcas. Conseguimos ao longo dos anos nos credenciar como centros oficiais de reparo e assistência técnica no Brasil, onde nossos clientes podem enviar os produtos para testes e manutenção.

A seguir listaremos nossos principais grupos de solução.

#### A) Redes de Fibra Ótica (FTTx)

Iniciamos nossa operação nesse segmento em 2012 e é direcionada para provedores regionais de Internet (ISPs) e Operadoras. Em linhas gerais, no segmento de Fibra Ótica produzimos e comercializamos modems de Fibra Ótica, centrais de distribuição de fibra ótica, além de cabos de fibra ótica, máquinas de fusão e toda linha de “passivos de redes”, leia-se, conectores de emenda, splitters, caixa de distribuição, entre outros.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

#### B) Redes de dados e Wi-Fi

O segmento de redes de dados e Wi-Fi teve início juntamente com a fundação da empresa em 2003. Iniciamos nossa operação desenvolvendo e comercializando produtos de acesso via rádio e Wi-Fi. Esses produtos também direcionada aos provedores de internet e operadoras, além de atender o mercado empresarial e integradores de sistema. Os produtos que compreendem essa linha são roteadores com e sem fio, switches. Essa linha de produto está muito conectada a nosso mercado corporativo também, por ser um complemento a projetos de infraestrutura e segurança.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

#### C) Produtos de infraestrutura de Data Centers:

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Iniciamos a operação em 2018 e atualmente atendemos projetos de Data Centers dos nossos clientes de Telecom e empresas de Data Center. Em linhas gerais, comercializamos produtos como Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio e geradores de energia, porém vendidos como um sistema completo no modelo As a Service. Ou seja, entregamos o Data Center todo montado para os clientes no nosso modelo.

Ao todo já foram comercializados mais de 20 Data Centers na WDC.

### **D) Sistemas de Segurança Eletrônica**

Nosso segmento de Segurança Eletrônica iniciou-se em 2003 e atualmente é direcionada a pequenas, médias e grandes revendas de segurança, integradores de sistemas e grandes clientes corporativos. Basicamente comercializamos câmeras de vigilância IP, gerenciamento e armazenagem de imagem, alarmes de intrusão e controle de acesso.

No mercado de segurança focamos em projetos de segurança de maior complexidade, para instalação em empresas, condomínios, bancos e shopping centers. Oferecemos produtos com tecnologia de ponta embarcada.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

### **E) Sistemas de Cibersegurança:**

Iniciamos a operação em 2018 e a fim de acelerar o crescimento da área realizamos a aquisição de uma empresa com expertise no segmento. Esta área está focada em integradores de sistema de médio e grande porte. Em linhas gerais comercializamos sistemas de proteção a ataque hackers, Firewalls, controle parental entre outros.

Essa tecnologia tende a apresentar um grande aumento nos próximos anos devido a aprovação de leis tais como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a conseqüente necessidade das empresas se adaptarem às novas regras.

Além disso, contamos com profissionais extremamente experientes, capazes de dimensionar e atender todas as demandas criadas pelos nossos parceiros.

### **F) Automação de escritórios e residências:**

Iniciamos nossa operação em 2019 e a fim de acelerar o crescimento da área realizamos a aquisição de uma empresa pequena com expertise no segmento. A aquisição teve como objetivo adicionar ao nosso time pessoas com conhecimento do mercado de automação residencial e empresarial. Atualmente atendemos empresas de automação, integradores de sistema e revendas de tecnologia.

Em linhas gerais produzimos e comercializamos kits de automação, lâmpadas wi-fi, fechaduras eletrônicas, equipamentos de controle via infravermelho, interruptores wi-fi e centrais de controle e automação. Além disso, oferecemos sistemas de automação de escritórios, salas de reunião e predial.

### **G) Produtos de áudio e vídeo profissional e painéis de LED:**

Iniciamos nossa operação em 2019 e atualmente atendemos empresas de mídia out of home (OOH), eventos, shows, igrejas e integradores de sistema. Em linhas gerais produzimos e

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

comercializamos painéis de LED, projetores profissionais, sonorização profissional e de ambiente, equipamentos de vídeoconferência, telas profissionais.

Essa área está conectada a outras da empresa porque complementa a oferta de serviço para as áreas de Telecom, na construção dos Centros de Monitoramento de redes dos ISPs e Operadoras, por exemplo.

### (a) Características do Processo de Produção

Nosso processo de produção consiste em: (i) desenvolvimento de fornecedores (ii) aquisição e importação dos insumos e (iii) produção, realizada em Salvador/BA.

Atualmente utilizamos nossa planta em Ilhéus/BA para a produção de produtos de telecom, networking, T.I., segurança, áudio e vídeo profissional e automação.

#### i. Desenvolvimento de Fornecedores

Contamos com uma equipe de especialistas em produtos que estão diariamente buscando novas alternativas de fornecedores e tecnologias para atendimento das demandas dos nossos clientes e projetos futuros. Essa equipe é responsável por visitar e encontrar novos parceiros na China, Estados Unidos, Europa e Brasil afim de complementar nosso portfólio.

#### ii. Aquisição e importação de insumos

Após essa equipe de especialistas de produtos encontrarem fornecedores, com capacidade de produção e técnica para nos atender, passamos para a etapa aquisição de insumos e materiais necessários para a produção. Novos fornecedores passam por um processo de homologação, testes e aceitação por clientes para início da operação.

#### iii. Produção

As unidades fabris são divididas pela tecnologia que cada uma produz. Contamos com o modelo de produção SKD (Semi Knock Down) em nossas plantas fabris. Ou seja, compramos os produtos semiprontos de nossos fornecedores e fazemos a montagem (final no Brasil). Nossos fornecedores estão distribuídos nas regiões dos Estados Unidos, China, Europa e do mercado nacional.

### (b) Características do processo de distribuição

Atualmente podemos definir logística da Companhia como sendo descentralizada em termos de dependência de uma localidade fabril. Temos 7 Centros de Distribuição ("CD") localizados nas cidades de Ilhéus e Salvador, no Estado da Bahia, São Paulo, no Estado de São Paulo, Itajaí, no Estado de Santa Catarina, Manaus, no Estado do Amazonas, na Colômbia, e no Panamá. A maneira como estamos divididos nos garantem uma cobertura geográfica que atende as necessidades da Companhia. Esses espaços foram concebidos para exercer um conjunto de atividades estruturadas e destinadas à gestão de materiais, expedição e entrega aos nossos clientes.

Nossos produtos são comercializados para todos os estados do Brasil, não sendo exclusivo o atendimento de alguma região a um CD específico.

Todos os CD's operam de forma similar, independentemente do tipo de cliente e material que está sendo comercializado.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nosso processo eficiente de atendimento disponibiliza a quantidade certa de mercadoria, atendendo a princípios como tempo, lugar e destino. Deste modo, ofertamos aos nossos clientes grandes diferenciais, além de permitir maiores lucros e recorrência, no que diz respeito à previsibilidade financeira. Dada a pressão cada vez maior pelo equilíbrio entre a satisfação de clientes, eficiência e custos observados no processo, nossa logística consegue manter estruturas otimizadas o que, naturalmente, reflete na nossa eficiência financeira.

As principais etapas de processo de distribuição da Companhia são (i) Gestão de transporte, (ii) Checagem e expedição de mercadorias; (iii) Administração de frete; (iv) Análise e acompanhamento de indicadores; (v) Rastreamento.

### **Gestão de transporte**

Essa é uma etapa muito importante dentro da logística da Companhia. Envolve a escolha do modal mais adequado para o tipo de carga e atendimento, se será utilizada frota própria ou terceirizada, além de ser base para a realização do cálculo de frete.

### **Checagem e expedição de mercadorias**

Nesta etapa ocorre a conferência das quantidades, tipos e destinos das cargas. É uma etapa imprescindível, pois, se relaciona diretamente com a satisfação do cliente, sobretudo, pela percepção de qualidade e avaliação do nível de serviço prestado.

### **Administração de frete**

Essa é uma etapa diretamente ligada à gestão do ciclo de frete na Companhia. Nela, são definidos fatores como: cálculo de frete (observando a tabela da categoria), cotações, negociação e formas de pagamento.

Além disso, o nosso processo eficiente de administração de fretes, gerenciado constantemente, permite que a Companhia tenha um bom controle financeiro, operacional e de total alinhamento com as regras de compliance da empresa.

### **Análise e acompanhamento de indicadores**

Essa é uma etapa fundamental dentro da nossa logística. Isso porque, além de definir métricas relevantes a serem monitoradas, o correto andamento deste processo é capaz de produzir informações importantes sobre a saúde do negócio.

Tudo isso, além de facilitar o trabalho dos gestores, permite que decisões sejam tomadas com base nesses indicadores, oferece insumos para formulação de planejamento, além de criar um viés administrativo capaz de prever e minimizar problemas

### **Rastreamento**

A última etapa, diz respeito à rastreabilidade das nossas entregas aos nossos clientes. Nesta etapa, através da nossa equipe de Apoio a vendas, que tem contato ininterrupto com os parceiros de transportes, garantindo que as entregas sejam concluídas no prazo acordado, com a qualidade inerente a Companhia. Além da disponibilização dos comprovantes de entrega, atendendo todas as regras rígidas de compliance da área de Logística da Companhia.

### **(c) Características dos mercados de atuação**

#### **Segmentos de Atuação**

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Atuamos nos setores de tecnologia e telecom. Nosso escopo de atuação inclui a fabricação, distribuição e venda ou locação de equipamentos. Nosso portfólio de produtos inclui equipamentos para redes de dados, sistemas de comunicação unificada, cibersegurança, audiovisual e automação.

Até 2024, os segmentos eram divididos da seguinte forma:

**Telecomunicações:** Soluções para operadoras e provedores de internet (Internet Service Providers, ou "ISPs") em duas grandes categorias: Banda Larga Fixa e Data Centers. As soluções de Banda Larga Fixa incluem produtos e serviços para a construção de redes de fibra ótica, redes de Wi-Fi, redes DWDM, dentre outros. As soluções de Data Center incluem produtos e serviços para a construção Data Centers incluindo racks, sistemas de refrigeração e segurança, dentre outros.

**Enterprise:** Soluções para empresas de diversos setores das categorias: Corporativo (Rede de Dados, Segurança Eletrônica e cibersegurança), Audiovisual & Automação. Soluções completas de conectividade, equipamentos de rede e Wi-Fi, sistemas de áudio e vídeo profissional, automação predial e residencial, segurança eletrônica e da informação.

A partir de 2025, a Companhia apresenta seu resultado apenas na forma consolidada e embora não tenha mudado seu portfólio, a WDC está focada em ampliar sua atuação em diversas verticais de mercado.

### 1. Mercado de Telecomunicações

#### a. Mercado de Banda Larga Fixa

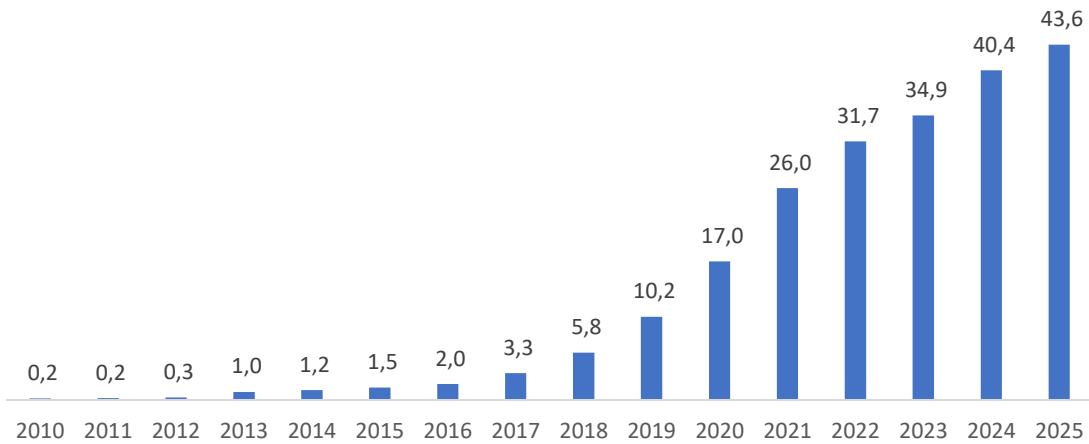
O setor de Telecomunicações no Brasil, especialmente o segmento de Banda Larga Fixa, vive um momento de amadurecimento vibrante em 2026. Após o salto quantitativo da pandemia, o mercado evoluiu para um salto de qualidade e acessibilidade.

O cenário de "guerra de preços" deu lugar a uma busca por fidelização e serviços de valor agregado. Com a fibra ótica (FTTH) já demonstrando sinais de desaceleração, o otimismo do setor reside na sua capacidade de ser o "enabler" de todas as outras tecnologias, que abrem espaço o fortalecimento do B2B das operadoras. Soluções como 5G, IA, Segurança Eletrônica e Cibersegurança são perfeitamente aplicáveis a essas novas oportunidades.

O número de acessos de fibra ótica cresceu substancialmente no Brasil nos últimos anos. Dados da ANATEL mostram que o número de acessos de fibra ótica cresceu mais de 10x em sete anos, passando de 3,3 milhões em dezembro de 2017 para 43,6 milhões em dezembro de 2025.

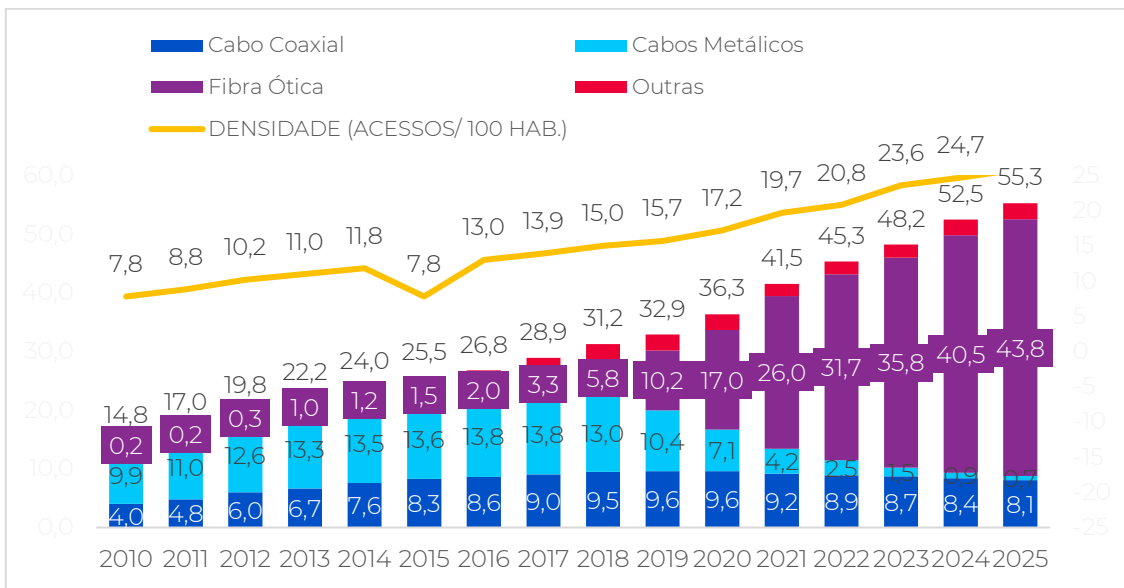
### 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Gráfico 1: Evolução de acessos por fibra ótica 2010-2025 (em milhões)



O rápido crescimento desse mercado é explicado pelo volume crescente de tráfego de dados, demanda por acessos de maior velocidade e conexões mais estáveis e de qualidade.

Gráfico 2: Evolução acessos por tecnologia de banda larga fixa

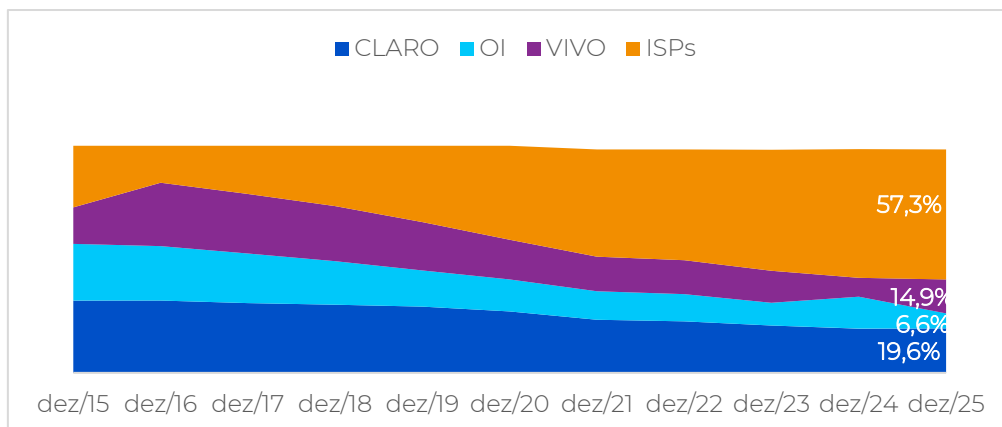


Fonte: ANATEL – dados até dezembro/2025.

A Companhia fornece produtos e infraestrutura para a construção de cabos de fibra ótica de alta velocidade, sendo que os ISPs são seus principais clientes nesse mercado. No Brasil, os ISPs representaram 57% do total de acessos no ano de 2023, comparado a 21% em 2017.

Gráfico 5: Market share de Banda Larga Fixa (em % do número total de acessos) dez/25

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: Dados ANATEL – até dez/2025

Mesmo com a maturidade do mercado de fibra óptica, o Brasil segue em uma trajetória de convergência com os países líderes do setor. Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e projeções de mercado indicam que, em 2025, a fibra óptica consolidou sua dominância, representando cerca de 79% das conexões de banda larga fixa no país, superando a marca de 45 milhões de acessos nesta tecnologia. Em contraste, na Coreia do Sul, a penetração da fibra óptica já ultrapassa 90%, mantendo o país na vanguarda global segundo a OCDE.

Apesar dos avanços significativos, incluindo a conclusão do cronograma de levar infraestrutura de fibra a quase a totalidade dos municípios brasileiros (meta estabelecida para o final de 2024), o desafio atual deslocou-se para a qualidade da conexão e a capilaridade em áreas rurais. A substituição definitiva de tecnologias legadas (cabo metálico e coaxial) é o motor que sustenta a expansão da infraestrutura para níveis comparáveis aos das economias mais avançadas.

O Brasil demonstra um crescimento robusto na métrica de penetração por habitante. De acordo com o fechamento de 2025, o país registrou uma densidade de 25,91 assinaturas de banda larga fixa por 100 habitantes, uma evolução em relação aos 23,6 observados em 2023. Embora o país esteja reduzindo o gap, a média dos membros da OCDE situa-se em patamares superiores a 38 assinaturas por 100 habitantes, evidenciando que o mercado brasileiro ainda possui uma avenida de crescimento, especialmente através da inclusão digital em regiões periféricas.

No que diz respeito à performance, o Brasil também elevou seu patamar. Em 2025, a velocidade média de download no país rompeu a barreira dos 260 Mbps, aproximando-se de mercados como o dos Estados Unidos, que registram médias superiores a 300 Mbps. Esse cenário reforça que, embora a infraestrutura básica esteja presente, o próximo passo para o mercado de telecom brasileiro é a ultravelocidade e a estabilidade da rede, essenciais para suportar a crescente demanda por serviços de nuvem e streaming em alta definição.

### a. Mercado de Data Centers

Os data centers consolidaram-se como a espinha dorsal da economia digital e da infraestrutura de telecomunicações, mantendo uma trajetória de crescimento acelerado. Atualmente, o mercado colhe os benefícios da maturação da tecnologia 5G, que, ao oferecer latência ultrabaixa e alta densidade de conexões, viabilizou a expansão massiva de dispositivos de IoT (Internet das Coisas) e o processamento de dados na borda (Edge Computing).

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Após o ciclo de crescimento projetado pela Mordor Intelligence para o período de 2020 a 2025, no qual a receita do mercado brasileiro de data centers avançou a uma taxa média de 7,4% ao ano, o setor entrou em uma nova fase de expansão em 2026. Este novo ciclo é impulsionado não apenas pela recuperação pós-pandemia, mas pela demanda sem precedentes por processamento voltado à Inteligência Artificial Generativa e à soberania de dados.

A Companhia mantém seu foco no mercado endereçável total (TAM), atuando de forma integrada nas três vertentes essenciais que compõem a infraestrutura de um data center, em total alinhamento com as categorias de mercado globais:

**Infraestrutura de TI:** Compreende o fornecimento e suporte de servidores de alta densidade, sistemas avançados de armazenamento de dados e equipamentos de rede de última geração que garantem a conectividade global do data center.

**Infraestrutura Mecânica:** Envolve soluções críticas de climatização e refrigeração líquida (liquid cooling) — essenciais para os novos chips de IA que operam em altas temperaturas —, além de sistemas de suporte ambiental e racks metálicos inteligentes para acomodação de switches e servidores.

**Infraestrutura Elétrica:** Abrange sistemas de alta complexidade para suportar a crescente demanda energética, incluindo geradores de backup, sistemas de UPS (Uninterruptible Power Supply) de alta eficiência, baterias de lítio, chaves de transferência de carga e sistemas de distribuição blindada (busways), garantindo a resiliência e a operação ininterrupta (24/7) das instalações.

### Edge Data Center

O Edge Data Center (ou "data center de borda") consolidou-se como a infraestrutura crítica para viabilizar a economia digital de baixa latência. Essa tecnologia, baseada em uma rede descentralizada de micro data centers, permite o processamento de dados na extremidade da rede, eliminando o gargalo do transporte de grandes volumes para nuvens centralizadas. Na prática, essa capilaridade garante respostas em milissegundos, sendo hoje indispensável para o funcionamento de fábricas inteligentes (Indústria 4.0), veículos autônomos, sistemas de segurança urbana e infraestruturas críticas que demandam alta velocidade e soberania de dados.

O cenário atual, demonstra que o grande desafio de 2026 não é mais a migração básica para a nuvem, mas sim a orquestração de ambientes híbridos e multicloud complexos. Com a modernização das infraestruturas de TI, as empresas integraram suas capacidades locais a nuvens públicas e privadas de forma fluida. Estimativas recentes indicam que a quase totalidade das grandes corporações opera em modelos de nuvem híbrida, onde o processamento na borda (Edge) atua como a camada de inteligência imediata, enquanto a nuvem profunda é utilizada para armazenamento de longo prazo e treinamento de modelos de IA.

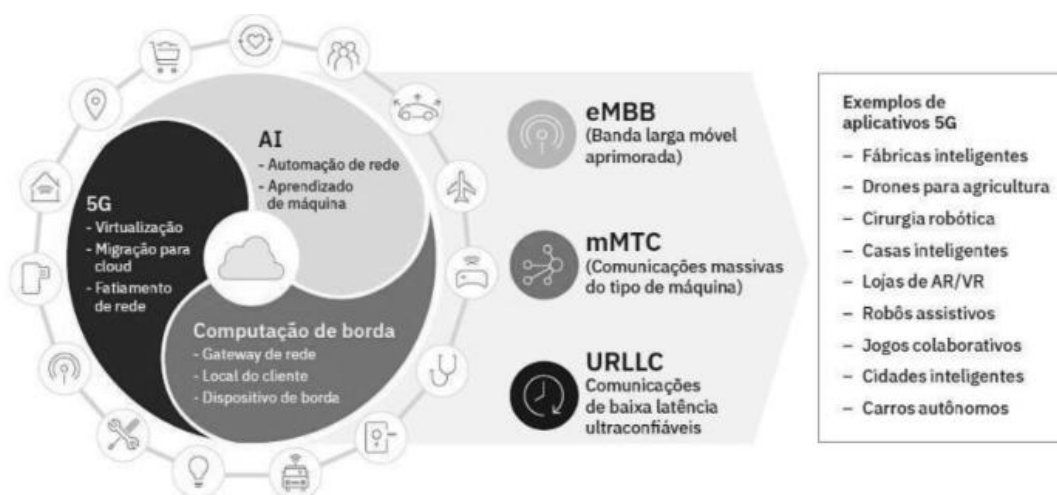
Nesse contexto, a Companhia ocupa uma posição de liderança na operação plena de ecossistemas 5G e na expansão da infraestrutura de borda. Ao comercializar e implementar soluções de hardware e software que sustentam essa rede — de rádios 5G a servidores de alta performance para ambientes de borda — a Companhia viabiliza a conectividade de ultravelocidade que interliga indivíduos, máquinas e empresas ao núcleo da internet global.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### b. Outros Equipamentos Para Suporte ao 5G

A tecnologia 5G pode abrir um novo conjunto de casos de uso inovadores para consumidores e empresas que usam aplicativos que dependem de maior velocidade de conexão, capacidade de tráfego aprimorada, latência muito baixa, alta estabilidade e suporte para alta densidade de dispositivos. Os consumidores, por exemplo, podem se beneficiar de opções aprimoradas de entretenimento, realidade mista, realidade estendida, aplicativos de vídeo 360 graus, entre outros benefícios que virão com o estabelecimento de redes 5G completas e onipresentes.

A combinação de 5G, computação de borda e IA representa uma base exclusiva para suportar novos casos de uso de inovadores, sendo uma forte oportunidade para que os ISPs criem novos fluxos de receita corporativa e contribuam para redução de custos de seus clientes. A Índia, por exemplo, de acordo com dados da IBM Institute for Business Value, conseguiu reduzir em 85% os custos de investimento (capex) e em 50% os custos operacionais (opex) após a implementação da tecnologia 5G.



Fonte: IBM Institute for Business Value

### Gráfico 7: A confluência perfeita de tecnologia> 5G, edge e IA

Segundo estudo realizado pela IBM, 49% dos líderes de telecomunicações relatam que suas empresas farão grandes investimentos na tecnologia móvel 5G nos próximos dois a três anos e 94% dos executivos de telecomunicações esperam que implementações de computação de borda melhorem a capacidade de resposta operacional nos próximos cinco anos.

No Brasil, o leilão das faixas de radiofrequência realizado pela Anatel em 2021 consolidou o país como um dos líderes na implementação do 5G na América Latina. Superando as expectativas iniciais, a tecnologia já está plenamente operacional em todas as capitais e cidades de grande porte desde 2024. Atualmente, o cronograma avança para garantir que todos os municípios com mais de 30 mil habitantes contem com cobertura ativa até o final de 2026, com o objetivo final de universalização total até 2029. Estudos consolidados, como os do Movimento Brasil Digital, confirmam que a tecnologia já superou a marca de US\$ 22 bilhões em oportunidades geradas na economia nacional, impulsionando setores como agronegócio e indústria.

Para sustentar esse ecossistema, o mercado brasileiro exige uma densificação massiva de infraestrutura. Devido às características das frequências mais altas do 5G, houve a necessidade

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de quintuplicar o número de antenas (Small Cells) em comparação ao 4G, especialmente em áreas urbanas densas, o que demandou novos investimentos em equipamentos de computação e a implementação de Edge Data Centers para processamento em tempo real.

O avanço na infraestrutura também cumpre compromissos sociais e logísticos críticos. Na região Norte, a rede de fibra óptica subfluvial e terrestre já expandiu milhares de quilômetros, conectando comunidades anteriormente isoladas. Simultaneamente, o foco das operadoras em 2026 está voltado para a cobertura de mais de 48.000 km de estradas federais, garantindo sinal de celular contínuo para transporte de cargas e segurança viária, além da ampliação do 4G para áreas rurais e municípios menores, reduzindo o gap digital histórico do país.

### c. Mercado de Redes de Dados

O mercado de Redes de Dados inclui sistemas e dispositivos que compõe a infraestrutura essencial de equipamentos de informação e comunicação, como switches, software e gerenciamento centralizado, GPON, ONU e OLT, redes de Wi-fi, dentre outros.

Após o ciclo de crescimento projetado pelo Gartner de 5,8% ao ano até 2024, o mercado de Redes de Dados no Brasil entrou em uma nova fase de expansão. Estimativas consolidadas indicam que o volume de investimentos no país ultrapassou a marca de US\$ 1,5 bilhão anuais em 2025, impulsionado pela necessidade das empresas de modernizar seus legados para suportar aplicações de IA e a crescente demanda por tráfego de dados gerada pelo ecossistema 5G.

### d. Mercado Brasileiro de Cibersegurança

A cibersegurança evoluiu para um modelo de resiliência cibernética, combinando políticas, processos e tecnologias avançadas para proteger ativos digitais em ambientes hiperconectados. Atualmente, este mercado é segmentado em pilares críticos como segurança de nuvem (Cloud Security), proteção de infraestruturas críticas, segurança de dados, gestão de riscos de terceiros e, fundamentalmente, Segurança de IA e Application Security. Com a consolidação do trabalho híbrido e da borda (Edge), a abordagem de Zero Trust (Confiança Zero) tornou-se o padrão arquitetural para as empresas.

As soluções em cibersegurança oferecidas pela Companhia incluem sistemas de proteção de end-points, servidores, cloud, criptografia, gerenciamento e controle de usuários, segurança de IoT, VPN e outros.

Após o ciclo de crescimento projetado pelo Gartner de 9,5% ao ano até 2024, o mercado de cibersegurança no Brasil acelerou sua expansão. Estimativas consolidadas indicam que os investimentos no setor no mercado brasileiro ultrapassaram a marca de US\$ 1,2 bilhão anuais em 2025. Este crescimento reflete a priorização da cibersegurança como pilar estratégico de governança (ESG) e a necessidade de defesa contra ameaças automatizadas por inteligência artificial, que exigem respostas em tempo real e sistemas de proteção cada vez mais robustos.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### e. Mercado de Segurança Eletrônica

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE), o mercado de Segurança Eletrônica no Brasil conta atualmente com mais de 31 mil empresas. O setor evoluiu de simples dispositivos de monitoramento para ecossistemas de inteligência urbana e corporativa, abrangendo tecnologias como câmeras com análise de vídeo nativa (VCA), sensores térmicos de alta precisão, portarias autônomas, sistemas de controle de acesso biométrico sem contato, reconhecimento facial avançado e rastreamento de ativos em tempo real.

O setor mantém uma trajetória de expansão robusta. Após superar a marca de R\$ 12 bilhões em faturamento em 2024, o mercado consolidou um crescimento médio anual superior a 14%. Esse avanço é impulsionado pela necessidade de gerenciar volumes massivos de dados gerados por cidades inteligentes (Smart Cities) e pela demanda corporativa por infraestruturas que integrem segurança física e digital de forma otimizada.

A popularização de tecnologias avançadas, iniciada com as câmeras IP, atingiu um novo estágio em 2026 com a integração de IA na borda (Edge AI), permitindo que os próprios dispositivos realizem triagens e disparem alertas preditivos sem depender exclusivamente de centrais humanas. Soluções que ganharam força durante o período de pandemia, como o reconhecimento facial e sistemas de gestão de fluxo, tornaram-se padrões de mercado, evoluindo para aplicações de experiência do cliente e eficiência operacional.

No que diz respeito às perspectivas de mercado, observa-se a obsolescência acelerada de sistemas analógicos e de CCTV tradicionais, que enfrentam queda acentuada de preços e demanda. Em contrapartida, o mercado de câmeras IP de alta performance e sistemas baseados em nuvem apresenta valorização contínua. A Companhia está estrategicamente posicionada focando na oferta de soluções profissionais e corporativas. Ao priorizar produtos com tecnologia de ponta e análise embarcada.

### f. Mercado de Áudio e Vídeo

De acordo com a AVIXA, o mercado global de áudio e vídeo profissional (Pro-AV) consolidou sua trajetória de expansão após o ciclo de recuperação iniciado em 2021. Superando as projeções anteriores que estimavam US\$ 315 bilhões para 2025, o setor entrou em 2026 operando em um novo patamar de valorização, impulsionado pela modernização de ambientes corporativos híbridos, grandes eventos ao vivo e o avanço das sinalizações digitais inteligentes. O crescimento médio anual do setor manteve-se robusto, sustentado pela convergência definitiva entre as infraestruturas de AV e TI.

O ecossistema de soluções da Companhia em áudio e vídeo está estrategicamente distribuído nos segmentos de maior valor agregado, acompanhando as tendências de automação e colaboração,

Retail Media e OOH: Abrange tecnologias de visualização de última geração, com destaque para a transição dos displays tradicionais para painéis de LED e telas interativas de alta resolução.

O segmento de Video Displays & Projection continua sendo a categoria de maior representatividade no mercado global. Após atingir a marca de US\$ 45 bilhões em 2020, o setor acelerou sua expansão impulsionado pela demanda por "experiências imersivas" no varejo e

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

entretenimento, consolidando-se como o pilar visual da transformação digital nos espaços físicos em 2026.

Eventual sazonalidade

Os setores que atuamos não apresentam sazonalidade relevante.

Principais insumos e matérias primas

Nossas atividades estão baseadas na produção e revenda de materiais. Com isso, mantemos acordos de comercialização e produção com nossos fornecedores e parceiros, os quais regem as diretrizes comerciais.

Grande parte dos produtos que comercializamos são regulados por agências reguladoras do Governo, tais como, ANATEL, INMETRO e IBAMA. É de responsabilidade da Companhia, juntamente aos fornecedores, a disponibilização de documentação e material para teste e aprovação nesses órgãos antes da comercialização dos mesmos.

O nosso modelo de produção SKD local exige uma relação sólida, transparente e de comprometimento entre nós e nossos parceiros dado que precisamos garantir que os produtos que comercializamos mantenham o mais alto nível exigido pelos fornecedores.

Junto a isso, temos abertura e possibilidade de darmos insights aos fornecedores quanto ao modo de nos enviar e produzir os insumos para que possamos ter melhor eficiência na montagem dos materiais em nossa fábrica.

Atualmente contamos com um portfólio com mais de 60 marcas líderes distribuídas entre as nossas unidades de negócio (Telecom e Corporativo) e não temos dependência de somente um fornecedor. Uma interrupção de produção ou algum outro problema de força maior que venha afetar algum dos nossos fornecedores poderá nos causar no curto prazo algum tipo de redução de vendas, mas, somos capazes de aumentar o volume de compras com fornecedores igualmente competitivos e capacitados para suprir a falta de algum fornecedor.

Em termos de volatilidade de preços, historicamente não tivemos mudanças que tenham causado efeitos adversos as nossas operações.

**(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

As atividades da Companhia não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental. Para mais informações acerca das relações mantidas com fornecedores, verificar item 1.3 (i) (ii) abaixo.

**(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores**

Atualmente contamos com acordos de comercialização e distribuição com nossos fornecedores. Esses acordos ditam as características da nossa parceria, tais como, região de atuação, prazo de contrato, garantia, produtos comercializados entre outros assuntos. Nossos acordos são de longo prazo e na grande maioria renovado automaticamente a cada dois anos.

As atividades de produção local e comercialização de produtos desenvolvidos juntamente a fornecedores estrangeiros exercidas pela Companhia requerem a existência de um

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

relacionamento sólido entre nós e os nossos fornecedores, dado que a realização dessas atividades é significativamente integrada aos serviços realizados pelos seus fornecedores.

Adicionalmente, temos pouca interferência na escolha ou mudança das peças fabricadas por terceiros e utilizadas em nossos produtos. Dessa forma, caso, por qualquer motivo, tenhamos que trocar de fornecedores, parte das nossas operações poderá ser afetada e, eventualmente, suspensa, impactando adversamente os nossos negócios, resultados e situação financeira, devido ao tempo necessário para o desenvolvimento de um novo produto junto a um novo fornecedor. Para mais informações favor verificar no item 4.1 (e) deste Formulário de Referência o fator de risco “A Companhia depende de terceiros para fabricar seus produtos”.

### **(iii) Eventual volatilidade em seus preços**

Os preços dos produtos e serviços da Companhia não têm apresentado volatilidade relevante historicamente. Devido ao fato de grande parte dos nossos fornecedores serem internacionais, nossas tabelas de preços são dolarizadas, ou seja, nosso preço base de compra é em dólar. Além disso, variações de taxa de câmbio nos nossos custos em decorrência da compra de produtos importados são repassados nos nossos preços de vendas.

## 1.5 Principais clientes

### 1.5 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

#### (a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período findo de 31 de dezembro de 2025.

#### (b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período findo de 31 de dezembro de 2025.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### 1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

#### **(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

A fim de comercializar muitos de nossos produtos no Brasil, necessitamos homologá-los junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Para obtenção do referido Certificado de Homologação, são realizados testes de conformidade em laboratórios credenciados, cujo resultado é analisado por Organismos Certificadores Designados (OCDs) e posteriormente submetidos à ANATEL para homologação.

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Para ofertarmos alguns dos nossos produtos no Brasil, necessitamos homologá-los junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, obtendo o chamado Registro de objeto, que consiste no ato pelo qual o INMETRO autoriza a comercialização de um produto ou serviço, bem como a utilização do selo de identificação da conformidade. A concessão do registro é condicionada à existência do Atestado de Conformidade, que consiste em um documento, emitido após um procedimento de avaliação da conformidade, que indica que um produto está em conformidade com uma base normativa, sendo emitido, exclusivamente, por um Organismo de Certificação de Produtos – OCP estabelecido no país e acreditado pelo INMETRO.

Regulamentação do tratamento de Dados Pessoais no Brasil

Muito embora já existissem normas e leis regulando setorialmente questões atinentes à privacidade e proteção de dados pessoais, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº

13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18 - “LGPD”), as práticas relacionadas ao tratamento de Dados Pessoais passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD estabelece tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas.

Além disso, a LGPD estabelece (i) os princípios que devem ser respeitados no tratamento de dados; (ii) os direitos dos titulares de dados pessoais; (iii) as hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (iv) sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (v) autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

A LGPD tem como âmbito de aplicação todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais, não está restrita a atividades de tratamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou a internet.

A LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente poderá ser feita a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita também às sanções administrativas previstas na LGPD, conforme destacado na seção 4.1. deste Formulário de Referência.

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

A Companhia está sujeita à regulamentação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia ("CREA-BA"), conforme registro nº 0000140790 de 31/03/2022. A ausência de registro ou de renovação, caracteriza exercício irregular da profissão, sob pena de multa conforme artigos 6º, "a" e 76 da Lei 5.194/1966 (regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências), além das penalidades previstas no artigo 47 do Decreto-Lei 3688/1941 (Lei das Contravenções Penais), o qual prevê prisão simples e multa.

Legislação ambiental

(i) Responsabilização ambiental

Conforme dispõe o artigo 225, §3º, da Constituição Federal, qualquer pessoa física ou jurídica que cause danos ao meio ambiente estará sujeita a sanções administrativas e criminais, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados na esfera cível. Tais disposições são reguladas no nível federal, em especial, por três normas: (i) Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); (ii) Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e (iii) Decreto Federal nº 6.514/2008 (Sanções Administrativas ao Meio Ambiente).

A Política Nacional do Meio Ambiente estabelece o quadro geral e as orientações para a proteção ambiental, bem como conceitos importantes, tais como a definição de "poluição", e a fixação da responsabilidade civil objetiva para a reparação do dano ambiental na esfera cível.

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência; multa

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

simples no valor de até R\$50 milhões; multa diária; suspensão parcial ou total das atividades; restrição de direitos; embargo entre outras.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração do nexo de causalidade, podendo um dos agentes responder pelo dano ambiental de forma integral. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço ou fornecedor, poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado. Além disso, conforme posicionamento consolidado do Supremo Tribunal Federal, pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos à prescrição.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

Como consequência, quando contratamos terceiros para realizar a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não estamos isentos de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados.

A responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com dolo ou culpa. A Lei Federal nº 9.605/1998 (“Lei de Crimes Ambientais”) prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorram para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal Lei prevê, ainda, a responsabilização na esfera criminal tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa.

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

### (ii) Licenciamento ambiental

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida na Lei Federal nº 6.938/1981, (“Política Nacional do Meio Ambiente”), que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, dentre outros, órgãos licenciadores e executores da mesma. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou os empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, podem causar degradação ambiental. Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais

podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes.

Conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“CONAMA”), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças,

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia (“LP”), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação (“LI”), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação (“LO”) que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A responsabilidade pela condução do licenciamento ambiental, de acordo com a disposição da Lei Complementar nº 140/2011, é definida de acordo com as características do empreendimento e as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, por não causarem significativo impacto ambiental.

A depender das especificidades do empreendimento e/ou projeto, do âmbito de seus impactos ambientais e dos critérios de exigibilidade estabelecidos pelo órgão ambiental competente, o processo de licenciamento ambiental pode ocorrer de forma simplificada, ao invés do sistema trifásico previamente descrito. No caso de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade que tenham potencial de causar significativo impacto ambiental, a autoridade ambiental poderá exigir a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (“EIA/RIMA”).

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia.

Em relação aos locais que ocupamos para o exercício de nossas atividades potencialmente poluidoras (e.g. unidades fabris), devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos sujeitos ao licenciamento e que violem as normas legais e regulamentares sobre o tema (e.g. ausência de licenças ou operação em desacordo com suas condicionantes) podem sujeitar a Companhia a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas (de R\$500,00 até R\$10 milhões), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que ficamos impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

### (iii) Cadastro Técnico Federal (“CTF”)

A legislação brasileira determina, ainda, que as atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais devem ser registradas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (“IBAMA”) por meio do CTF. A depender da atividade é necessário pagar a correspondente Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”), que

pode variar entre R\$128,80 e R\$5.796,73 por trimestre, dependendo do porte da empresa e do grau de utilização dos recursos naturais da atividade desenvolvida. Relatórios periódicos, similarmemente, devem ser submetidos em determinados casos.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981, alterada pela Lei Federal nº 10.165/2000, as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades potencialmente poluidoras e que não estiverem inscritas no CTF incorrerão em infração punível com multa, cujo valor varia de R\$50,00 (cinquenta reais) a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), sem prejuízo da cobrança da TCFA devida para até 5 anos retroativos, com juros e encargos, quando aplicável. Além disso, o IBAMA pode impor outras sanções administrativas, como multas que variam de R\$ 1.000,00 a R\$ 100.000,00, caso entenda que o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras (“RAPP”) não teria sido entregue de forma apropriada pelo empreendedor.

### (iv) Áreas contaminadas

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, podemos incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso não sejamos capazes de cumprir com nossas responsabilidades, podemos nos tornar parte em processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsáveis pela nossa integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, inclusive acarretar em restrições do uso do imóvel, ainda que parcialmente.

### (v) Resíduos sólidos

Os resíduos sólidos, em função de sua natureza, podem gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (“PNRS”), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, e seu respectivo Decreto Federal nº 7.404/2010, têm por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

No que diz respeito à regulamentação de resíduos sólidos, nossos empreendimentos podem estar sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”), conforme delineado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, devido à natureza, composição ou volume dos resíduos gerados.

É possível que a Companhia não possua planos de gerenciamento de resíduos sólidos para todas as suas unidades, mas que, não obstante, a Companhia faça a gestão dos resíduos gerados pelas suas atividades, mediante contratação de terceiros devidamente licenciados pelas autoridades ambientais. Ainda que terceirizados os serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final

de rejeitos, a Companhia não é isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a disposição inadequada dos resíduos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa, penal e cível. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade e multas que podem variar entre R\$ 5 mil a R\$50 milhões. Ainda, as penalidades criminais aplicáveis incluem reclusão de 1 a 5 anos e multa.

### (vi) Outras autorizações ambientais

A legislação brasileira exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) autorização para uso de produtos perigosos; e (iii) estudo de impacto de vizinhança para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. Além disso, estamos sujeitos a uma ampla legislação e regulação do setor ambiental relacionadas, dentre outros aspectos, às emissões atmosféricas, ao gerenciamento de resíduos e às intervenções em áreas especialmente protegidas. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos poderão nos sujeitar às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

### (vii) Recursos hídricos

Estamos sujeitos à Lei Federal nº 9.433/1997 (“Política Nacional de Recursos Hídricos”) que, em termos gerais, dispõe que estão sujeitos à obtenção de outorga e de autorização os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo; (ii) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo (poços tubulares); e (iii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos ou gasosos em corpo de água, dentre outros.

No caso de utilização da rede pública de esgoto para o despejo de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado (por exemplo, a nossa Companhia) deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública.

Considera-se infração administrativa a utilização de recursos hídricos para qualquer finalidade sem a respectiva outorga ou em desacordo com as condições estabelecidas, bem como a perfuração de poços tubulares sem a devida autorização ou o lançamento de efluentes de forma irregular.

### (viii) Áreas Especialmente Protegidas

As Áreas de Preservação Permanente (“APP”) são áreas situadas em zonas urbanas ou rurais, especialmente protegidas em virtude da sua importância ambiental. De acordo com o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012) são consideradas APP, dentre outras, os manguezais, em toda sua extensão, a faixa marginal de cursos d'água, nascentes e topos de morro. A supressão de vegetação em APP somente é possível em situações previstas na legislação ambiental (e.g. utilidade pública, interesse social ou baixo impacto).

Na esfera administrativa, conforme Decreto Federal nº 6.514/2008, impedir ou dificultar a regeneração de vegetação em APPs podem resultar em multas de R\$ 5 mil por hectare. O corte irregular de vegetação em APPs, por sua vez, também poderá resultar em multas de R\$5 mil a R\$50 mil por hectare. Já na esfera criminal, a utilização irregular de APPs configura crime e pode ensejar multa e detenção de um a três anos. Sendo culposo, a pena pode ser reduzida à metade,

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

sem prejuízo da aplicação da penalidade de multa Ainda, poderá responder civilmente pelo dano causado, sem que haja qualquer limitação de valores à título de indenização ou para reparação do dano, sendo que pleitos de reparação/compensação por danos ambientais não estão sujeitos a prescrição.

### (ix) Produtos Controlados

A aquisição, armazenamento, comércio, transporte e uso propriamente dito de produtos químicos (substâncias restritas e controladas) pode estar sujeita a licença ou autorização específica em três esferas: pelo Exército Brasileiro, vinculado ao Ministério da Defesa (Decreto Federal nº 9.493/2018), pela Divisão de Controle de Produtos Químicos, vinculada à Polícia Federal (Lei Federal nº 10.357/2001); e, pela respectiva Divisão ou Departamento de Produtos Controlados da Polícia Civil. Cada órgão governamental possui relação própria de produtos químicos controlados e a licença ou autorização específica deverá ser requerida perante todas as esferas que fiscalizem o respectivo produto. A licença ou autorização para o uso de produtos controlados é válida por determinado período, devendo ser periódica e tempestivamente renovadas perante as autoridades competentes. O uso de produtos químicos controlados pelo Exército Brasileiro, Polícia Federal e/ou Polícia Civil sem as respectivas licenças ou autorizações configura infração administrativa e crime ambiental.

### Benefícios e incentivos fiscais

A Companhia possui os seguintes benefícios fiscais: (i) em âmbito federal, a Companhia é beneficiária de incentivo vinculado ao pagamento de IRPJ (SUDENE); (ii) no Estado da Bahia, a Companhia possui benefícios vinculados ao pagamento do ICMS sobre a importação e venda de produtos industrializados; (iii) no Estado de Minas Gerais, a Companhia é beneficiária de crédito presumido do ICMS devido sobre a venda produtos e diferimento do ICMS devido sobre a importação.

#### (i) Incentivos fiscais federais

O Governo Federal, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), concede incentivos e benefícios fiscais visando o desenvolvimento de atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação. Diante desse cenário, a Companhia faz jus à redução do IRPJ principal e adicional em 75% com relação à sua Matriz e Filial estabelecidas no estado da BA, calculados sobre o lucro de exploração. O benefício foi concedido à Matriz por meio do Laudo Constitutivo nº 0282/2019 com prazo de vigência até 31.12.2028 (10 anos), e concedido a Filial por meio do Laudo Constitutivo nº 0041/2023 com prazo de vigência até 31/12/2032 (10 anos). O benefício poderá ser renovado por igual período na data do vencimento. O controle contábil é feito por meio do lançamento em contas específicas, nos termos da legislação aplicável.

#### (ii) Incentivos fiscais estaduais

##### Bahia

No Estado da Bahia a Companhia é beneficiária de incentivos vinculados ao ICMS incidente sobre as operações de venda e importação de produtos. A Companhia possui crédito presumido de 100% do ICMS devido sobre as vendas de produtos produzidos no Estado, até 31/12/2032. Além disso, nos beneficiamos de alíquota de ICMS reduzida para produtos importados e revendidos sem industrialização, sendo de 3,5% para vendas internas, e 1% para operações interestaduais, até 31/12/2032. Além disso, a Companhia possui diferimento no pagamento do

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ICMS incidente sobre as importações de produtos de informática, de telecomunicações, elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos. Os referidos benefícios fiscais são renovados anualmente e, atualmente, o prazo de vigência do Decreto é 31/12/2032, com possibilidade de prorrogação. Tais incentivos se aplicam a todos os benefícios previstos no Decreto nº 4.316/1995.

### Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais a Companhia possui benefício fiscal referente ao crédito presumido de 100% do ICMS devido sobre as vendas de determinados produtos industrializados na fábrica de Extrema. Sobre os produtos importados para revenda (sem industrialização), a carga tributária será de 14% de ICMS para vendas internas (sujeitas à alíquota de 18%, dentro do Estado de MG), e 1,5% para operações interestaduais, de produtos sujeitos à alíquota de 4%). Ademais, também faz jus ao diferimento do ICMS devido sobre as importações, para o momento da venda dos produtos industrializados ou revenda de produtos importados. Os benefícios fiscais foram concedidos pelo Estado de Minas Gerais por meio do e-PTA-RE nº 45.000021333-77 e o prazo de vigência é indeterminado.

### **(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Apesar de não possuímos, na data deste Formulário de Referência, uma política ambiental formal, cada vez mais, pretendemos trabalhar para reduzir os impactos ambientais de nossas atividades com protagonismo e inovação em temas como mudanças climáticas, biodiversidade, gestão de resíduos, energia e água.

Ademais, na data deste Formulário de Referência, ainda não havíamos aderido a um padrão específico (nacional ou internacional) de proteção ambiental.

Na data deste Formulário de Referência, não incorremos em custos relevantes relativos ao cumprimento da regulação ambiental.

1 NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) 8517, 8531 e 8544.70.10

### **(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 96 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro validamente concedido pelo INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marca, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a concessão do registro pelo INPI, o titular passar a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de seu uso exclusivo em todo o território nacional, por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputacional do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando não solicitada a renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares de diversos registros ou pedidos de registro de marcas junto ao INPI, inclusive as principais marcas que utilizamos para os nossos negócios são:

(i) “Casa Conectada” (concessão em 14.4.2020, data de vigência 14.4.2030 e registro nº 918047358) e (ii) “WDC Networks” (concessão em 13.11.2018, data de vigência 13.11.2028 e registro nº 912754648).

Ainda, a Companhia é titular de diversos nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, dentre os quais se destacam: ri.wdcnet.com.br e wdcnet.com.br.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

## 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

### 1.7 - Receitas relevantes provenientes do exterior

#### (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, 95,82% da receita líquida da Companhia (no valor de R\$ 835.413 mil) foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, 93,04% da receita líquida da Companhia (no valor de R\$ 779.580 mil) foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

#### (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, 4,18% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, 6,96% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior. Vale notar que 17,27% das nossas receitas no exterior são provenientes de clientes brasileiros.

#### (c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Região	31/12/2025	
	Receita líquida (R\$)	Participação na Receita Líquida
Brasil	835.413.000,00	95,82%
Exterior	36.434.000,00	4,18%
<b>TOTAL</b>	<b>871.847.000,00</b>	<b>100,00%</b>
Matriz e filiais	835.413.000,00	95,82%
Colômbia	31.122.000,00	3,57%
Estados Unidos	85.000,00	0,01%
Infinite	5.227.000,00	0,60%
<b>TOTAL</b>	<b>871.847.000,00</b>	<b>100,00%</b>

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

### **1.8 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### 1.9 – Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)

**(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não divulgou as informações ASG em relatório anual ou documento específico.

**(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

**(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

**(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

**(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

**(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

**(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

**(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

Não aplicável, visto que a Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(i) **explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

(i) **a não divulgação de informações ASG**

A sustentabilidade está profundamente enraizada nos valores da Companhia. Ao longo dos últimos anos, temos implementado várias iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável em nossos negócios.

Tal relação da Companhia pode ser visualizada por meio dos valores e princípios de conduta e responsabilidade social que a Companhia adota.

A Companhia busca promover a saúde e o bem estar de seus colaboradores, respeitando à diversidade de pensamentos, valorizando o ser humano, não importando cor, raça, condição social, idade ou religião.

Além disso, a Companhia em parceria com a *Green Eletron*, apoia logística reversa de produtos eletroeletrônicos pós-consumo. A *Green Eletron* criou um sistema coletivo para realizar toda a logística reversa dos produtos de suas associadas, o qual envolve desde a coleta até o envio do “lixo eletrônico” para recicladoras, responsáveis por transformá-los em matéria-prima para a fabricação de novos produtos pela indústria.

Uma das nossas missões é conscientizar a sociedade sobre o descarte correto de equipamentos elétricos e eletrônicos sem conserto e motivar setores da indústria e do varejo a participarem do movimento “#EletrônicoNãoÉLixo. Junte-se a nós por um futuro mais #Green.”

Adicionalmente, a Companhia possui uma série de compromissos, como:

- Unidade industrial Ilhéus construída respeitando a área de manguezal;
- Captação de água pluvial para reuso;
- Sistema de tratamento de esgoto próprio antes de despejá-los;
- Uso de energia solar e eólica para iluminação externa na unidade Ilhéus;
- Iluminação interna 100% tecnologia LED de baixo consumo e impacto ambiental;
- Patrocínio de caixas de coleta de pilhas e bateria na cidade de Ilhéus e região; e
- Coleta de lixo seletiva em todas as unidades.

Por fim, a Companhia apoia à APAE local e o Abrigo São Vicente de Paulo, incentivando atividades de cunho social e ambiental, e regularmente realiza o mutirão de coleta de plásticos e garrafas PET das praias de Ilhéus, envolvendo nossos funcionários e a população.

Com base nessa perspectiva, a Companhia está empenhada em desenvolver sua Agenda ASG, envolvendo uma comunicação ativa com seus diversos acionistas. O objetivo é construir, em conjunto, iniciativas ambientais, sociais e de governança que sejam integradas, agreguem valor às nossas relações e sejam incorporadas no dia a dia da Companhia, haja vista que já possui os certificados ISO 9001 e ISO14001.

A Companhia está realizando trabalhos de diagnóstico em andamento para ajudar a definir a forma como as informações relacionadas ao tema ASG serão divulgadas. Por essa razão, atualmente, a Companhia não reporta nem divulga informações ASG ao mercado, seja por meio de relatório anual ou outro documento específico para essa finalidade. No entanto, a Companhia reconhece a importância do tema e está incluindo em seu planejamento a estruturação dos primeiros relatórios de sustentabilidade.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### **(ii) a não adoção de matriz de materialidade**

A Companhia ainda não possui uma matriz de materialidade, haja vista que não divulga um relatório anual ou documento específico para a divulgação de informações ASG.

No entanto, a Companhia reconhece a importância de adotar uma matriz de materialidade caso venha futuramente a divulgar um relatório anual ou documento específico para a divulgação de informações ASG, pois a matriz auxiliaria a Companhia a identificar e priorizar os temas mais relevantes e impactantes para seus negócios e *stakeholders*. Assim, a matriz de materialidade ajudaria a Companhia a mapear os aspectos ambientais, sociais e de governança que têm maior importância estratégica e que estão mais alinhados com os valores de nossa Companhia.

### **(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

A Companhia não divulga relatório anual ou documento específico e, por essas razões, conforme justificado no item 1.9(i)(ii), não adota uma matriz de materialidade. Todavia, caso a Companhia venha a adotar uma matriz de materialidade, será possível adotar indicadores-chave de desempenho, haja vista que terá as condições necessárias para definir quais dados e informações deverão ser acompanhados para eventuais relatos futuros.

### **(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

Considerando que a Companhia não divulga informações ambientais, sociais e de governança (ASG) em um relatório anual ou documento específico, não é possível realizar uma auditoria ou revisão dessas informações.

Contudo, a Companhia reconhece a importância de promover iniciativas que contribuam para a sustentabilidade, segurança e confiabilidade das informações. Portanto, pretende avaliar, em um futuro próximo, a possibilidade de envolver uma consultoria externa para auditar eventuais futuros relatórios ou documentos específicos ASG.

### **(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

Ao longo do último ano, a Companhia tem se baseado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma não oficial como fonte de inspiração. Essa abordagem reflete nossa convicção de que os ODS são um guia para alcançar um futuro melhor e mais sustentável para todos, além de contribuir ativamente para o cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Companhia entende que os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão em sintonia com suas prioridades e com seu modelo de negócio:

- ODS 1 que engloba tópicos como a erradicação da pobreza;
- ODS 4 que aborda a relação entre uma educação de qualidade e os projetos sociais apoiados por meio do direcionamento de recursos financeiros, levando em consideração as políticas fiscais de incentivo;

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- ODS 13 que aborda ações para combater as mudanças climáticas, considerando sua relação com as medidas de mitigação dos impactos ambientais, como a promoção da geração de energia limpa e renovável; e
- ODS 16 que aborda a paz, justiça e instituições eficazes, é considerado relevante pela Companhia devido à compreensão de que os procedimentos de governança permitem à Companhia operar em harmonia com as melhores práticas do mercado em relação aos seus processos e controles.

Por sua vez, no que se refere ao *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCDF), tais recomendações não são aplicadas, levando em consideração que a Companhia não divulga informações ASG em um relatório anual ou documento específico.

### **(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

Atualmente, a Companhia não possui um sistema estruturado de coleta de informações necessárias para a elaboração de um inventário de emissões de gases de efeito estufa. No entanto, a Companhia planeja incluir em seus futuros planos uma avaliação técnica para progredir no tema das mudanças climáticas e compreender os impactos gerados por suas operações.

A Companhia reconhece a importância de realizar um primeiro inventário de emissões de gases do efeito estufa como parte desse avanço. Nesse sentido, serão avaliadas metodologias reconhecidas no mercado, como o Programa Brasileiro GHG *Protocol*, que oferece orientações para a publicação de inventários de gases de efeito estufa.

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

### 1.10 - Informações específicas de sociedades de economia mista

#### a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável.

#### b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

Não aplicável.

- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável.

- estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável.

#### c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

### **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a aquisição de 51% do capital social da empresa Matheus R A Plastino e Cia S.A. (“Infinite”), que possui o objeto social de consultoria em tecnologia da informação; desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática. A referida aquisição está alinhada à estratégia da Companhia que espera que os serviços prestados possam agregar ao portfólio da WDC sinergias esperadas.

Ademais, não houve outras aquisições ou alienações de ativos relevantes no exercício.

## **1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**

### **1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**

Houve aumento de capital social no montante de R\$ 108.878 mil foi aprovado pelos acionistas, mediante a capitalização da reserva de subvenção para investimentos (Decreto Nº 4.316 de 19 de junho de 1995), sem a entrada de novos recursos financeiros. Referida operação consistiu na reclassificação de valores anteriormente registrados no patrimônio líquido, com a consequente elevação do capital social da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis. O aumento foi realizado sem alteração na participação relativa dos acionistas.

## 1.13 Acordos de acionistas

### 1.13 Acordo de Acionistas

#### (a) Partes

2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo”) e Vanderlei Rigatieri Junior (“Vanderlei” e, em conjunto com o Fundo, “Acionistas”).

#### (b) Data de celebração

17/04/2017 e aditado em 19/02/2021, 12/09/2022 e 19/01/2026.

#### (c) Prazo de vigência

20 (vinte) anos contados da data de celebração do Acordo de Acionistas.

#### (d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas realizarão reuniões prévias para definir o voto em bloco a ser exercido nas deliberações sociais a serem tomadas pelas Partes ou seus representantes, em Assembleia Geral da Companhia, ou em reunião do Conselho de Administração da Companhia, ou pelos representantes da Companhia nos órgãos deliberativos das subsidiárias, conforme aplicável (“Reunião Prévia”).

O voto definido em Reunião Prévia vinculará, em caráter definitivo e incondicional, os Acionistas e seus representantes, bem como os representantes da Companhia nos órgãos deliberativos de suas subsidiárias, conforme aplicável, os quais estarão obrigados a exercer seus direitos de voto de acordo com tal definição, nos termos previstos no Acordo de Acionistas.

As deliberações na Reunião Prévia serão tomadas da seguinte forma: As Matérias Qualificadas da Assembleia, conforme descritas abaixo, dependerão da aprovação unânime da totalidade dos Acionistas e as demais matérias serão deliberadas por maioria de votos das Partes presentes à Reunião Prévia.

As decisões aprovadas na Reunião Prévia vincularão todos os Acionistas e os seus representantes, ficando os mesmos obrigados, de forma irrevogável e irretroatável, a manifestar seus respectivos votos na Assembleia Geral ou na reunião de Conselho de Administração pertinente, conforme o caso, de acordo com referida orientação de voto.

O eventual exercício, por qualquer dos Acionistas e seus representantes, do direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia ou nas reuniões do Conselho de Administração pertinentes em desacordo com as decisões aprovadas na Reunião Prévia ou das demais disposições aplicáveis ao Acordo de Acionistas, será nulo e ineficaz e não poderá ser reconhecido pela Companhia.

As seguintes matérias de competência da Assembleia Geral serão consideradas como matérias qualificadas (as “Matérias Qualificadas da Assembleia”):

(a) qualquer modificação do Estatuto Social da Companhia;

(b) qualquer criação de nova classe de ações da Companhia, ou qualquer alteração das características, vantagens ou privilégios de ações de emissão da Companhia; (c) qualquer redução de capital, exceto para compensação de prejuízos acumulados; (d) qualquer decisão

## 1.13 Acordos de acionistas

relacionada à dissolução ou liquidação envolvendo Companhia e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia;

(e) qualquer decisão relacionada à confissão de autofalência ou apresentação de requerimento para recuperação judicial ou extrajudicial envolvendo a Companhia; (f) celebração de qualquer acordo de acionistas ou qualquer outro acordo que proporcione a terceiros direitos não conferidos ao Fundo, ou que acarrete diminuição dos direitos do Fundo previsto no Acordo de Acionistas; e

(g) qualquer mudança nas práticas contábeis da Companhia que não decorra de Lei.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Segundo o Acordo de Acionistas, os Acionistas deverão sempre envidar seus melhores esforços para eleger o maior número possível de conselheiros, observados os termos da regulamentação aplicável à Companhia e o seu estatuto social, e deverão indicar candidatos para apreciação da Assembleia Geral da seguinte forma: (a) 2 (dois) candidatos indicados pelo Vanderlei; e (b) 1 (um) candidato indicado pelo Fundo. Na Assembleia Geral que tenha em sua ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração, os Acionistas votarão em bloco nos nomes fornecidos na Reunião Prévia.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

E qualquer momento será facultado aos Acionistas desvincular do Acordo de Acionistas, em uma ou mais ocasiões as ações que venha ou pretendam alienar no mercado de valores mobiliários, o que poderá ser feito unilateralmente, mediante comunicação à Companhia, com cópia para a outra Parte. As Ações assim alienadas deixarão de estar vinculadas ao Acordo de Acionistas e estarão livres para negociação em bolsa, sem qualquer restrição.

Caso um Acionista deseje transferir as Ações de sua titularidade, em processo que não seja venda em bolsa de valores, o outro Acionista terá o direito de, individualmente, exigir que parte das Ações por eles detidas sejam incluídas na transferência das Ações pretendida pelo acionista ofertante, nas mesmas condições do acionista ofertante ("Direito de Tag Along"). Nesta hipótese, qualquer acionista ofertado poderá incluir na transferência um número de ações que faça com que este acionista ofertado transfira a mesma porcentagem (de suas respectivas ações) que o acionista ofertante.

Exceto nas hipóteses previstas acima e no caso de outras transferências permitidas na forma prevista no Acordo de Acionistas, qualquer transferência somente poderá ser realizada se o terceiro ao qual o Acionista cedente transferirá as suas ações adira e se torne parte do Acordo de Acionistas por meio da assinatura do competente termo de adesão, devendo (i) assumir todos os direitos, obrigações e responsabilidades do Acionista cedente, caso a transferência compreenda todas as ações detidas pelo Acionista cedente, ou (ii) exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações e responsabilidades em bloco e em conjunto com o Acionista cedente, caso a transferência compreenda apenas parte das ações detidas pelo Acionista cedente.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

### 1.13 Acordos de acionistas

Nos termos do Acordo de Acionistas, é condição prévia para a posse no Conselho de Administração que os representantes indicados pelos Acionistas declarem de forma escrita: (i) ter pleno conhecimento do teor do Acordo de Acionistas e se obrigar a cumpri-lo em todos os seus termos e condições, e (ii) declarar-se responsável, solidariamente com o Acionista que o indicou, por indenizar o Acionista prejudicado (se houver algum) em decorrência do descumprimento de qualquer das obrigações contraídas no Acordo de Acionistas por referido representantes.

Em 19 de janeiro de 2026, foi celebrado o terceiro aditamento ao Acordo de Acionistas da Companhia (originalmente firmado em 17 de abril de 2017). O referido aditamento teve como objetivo a alteração e consolidação de suas disposições para refletir a atual composição acionária, na qual Vanderlei Rigatieri Junior passa a deter 36,138% de participação e o fundo 2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, 20,286%.

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

### **1.14 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

## **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

### **1.15 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante por nós ou por nossas controladas que não fosse diretamente relacionado com nossas atividades operacionais.

## **1.16 Outras informações relevantes**

### **1.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2. Comentários dos diretores

#### 2.1 Os diretores devem comentar sobre:

##### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e pela tomada de recursos de terceiros.

Desde 2018, a Companhia vem apresentando alto patamar em sua Receita Líquida. Além de consistência em outras linhas das demonstrações financeiras da Companhia tais como o ativo imobilizado e o contas a receber líquidas do ativo circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$590.350 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$101.959 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$488.391 mil o que equivalia a 2,11x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$589.664 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$102.030 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2024, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$487.634 mil o que equivalia a 1,80x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$622.422 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$171.983 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2025, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$450.439 mil o que equivalia a 1,74x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração utiliza indicadores financeiros para avaliar a condução dos negócios da Companhia. Por exemplo, para avaliar a liquidez e saúde financeira da Companhia, a Administração monitora os índices de Liquidez Corrente e Liquidez Seca. O índice de Liquidez Corrente, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante e (ii) passivo circulante e, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 foi de 1,68, 1,76, 2,74 respectivamente. Já o índice de Liquidez Seca, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante menos estoques

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e (ii) passivo circulante, e em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, foi de 1,26, 1,30 e 1,83 respectivamente.

Ainda, para analisar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras, a Administração utiliza indicadores relacionados ao endividamento bruto e líquido. O índice de endividamento bruto correspondente a divisão da Dívida Bruta, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 o índice de endividamento bruto foi de 1,33, 0,89 e 1,22 respectivamente.

O índice de endividamento líquido, correspondente a divisão da Dívida Líquida, conforme definido no antigo item 2.5 deste Formulário de Referência, dividido pelo patrimônio líquido, representando o tamanho do endividamento líquido da Companhia, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, o índice de endividamento líquido foi de 0,97, 0,73 e 0,77, respectivamente. Os Diretores da Companhia avaliam que os indicadores financeiros utilizados apontam para uma regular estabilidade na capacidade da Companhia em honrar com as suas obrigações nos últimos três exercícios sociais.

A tabela abaixo resume os indicadores financeiros apresentados acima em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente:

(em R\$ milhares, exceto %)	Índices relevantes		
	Em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Liquidez Corrente <sup>(1)</sup>	1,68	1,76	2,74
Liquidez Seca <sup>(2)</sup>	1,26	1,30	1,83
Índice de Endividamento Bruto sobre PL <sup>(3)</sup>	1,33	0,89	0,93
Índice de Endividamento Líquido sobre PL <sup>(4)</sup>	0,97	0,73	0,77
Índice de Endividamento Bruto sobre EBITDA Ajustado <sup>(5)</sup>	2,41	2,27	2,55
Índice de Endividamento Líquido sobre EBITDA Ajustado <sup>(6)</sup>	1,74	1,88	2,11

(1) O índice de liquidez corrente corresponde à divisão entre ativo circulante e passivo circulante.

(2) O índice de liquidez seca corresponde o ativo circulante menos estoques dividido pelo passivo circulante.

(3) O índice de endividamento bruto sobre o PL correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo patrimônio líquido

(4) O índice de endividamento líquido sobre o PL é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, e dividida pelo patrimônio líquido.

(5) O índice de Dívida bruta sobre o EBITDA Ajustado correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(6) O índice de Dívida líquida sobre o EBITDA ajustado é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, e dividida pelo EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pelos Diretores da Companhia na condução de seus negócios:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	2025	2024	2023	2025 x	2024 x
				2024	2023
Receita líquida	871.847	837.880	900.718	4,05%	-6,98%
Lucro bruto Ajustado	254.149	226.717	188.262	12,10%	20,43%
Margem Lucro Bruto ajustado	29,15%	27,06%	20,90%	2,09 p.p	6,16 p.p
Lucro Líquido Ajustado <sup>(1)</sup>	28.958	36.374	-11.876	-20,39%	-406,29%
Margem Lucro Líquido Ajustado <sup>(2)</sup>	3,32%	4,34%	-1,32%	<b>-1,02 p.p</b>	<b>5,66 p.p</b>
EBITDA Ajustado <sup>(3)</sup>	<b>258.284</b>	<b>271.406</b>	<b>231.608</b>	-4,83%	17,18%
Margem EBITDA Ajustada <sup>(4)</sup>	<b>29,62%</b>	<b>32,39%</b>	<b>25,71%</b>	<b>-2,77%</b>	<b>6,68%</b>

(1) Corresponde ao Lucro Líquido Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde à Margem Lucro Líquido Ajustado da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do Lucro Líquido Ajustado do Exercício pela receita líquida.

(3) Corresponde ao EBITDA Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) Corresponde à Margem EBITDA Ajustada da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do EBITDA Ajustado do Exercício pela receita líquida.

	Em 31 de dezembro de	Variações horizontais
--	----------------------	-----------------------

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em R\$ milhares, exceto %)					
	2025	2024	2023	2025 x	2024 x
				2024	2023
(+) Empréstimos e Financiamentos	615.643	580.037	573.546	6,14%	1,13%
Circulante	257.911	185.219	63.633	39,25%	191,07%
Não Circulante	357.732	394.818	509.913	-9,39%	-22,57%
(+) Partes Relacionadas (Mútuo)	-	-	-	-	-
(+) Arrendamento Mercantil	6.779	10.376	11530	-34,67%	-10%
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	-	-749	5.274	n.a.	-114,20%
<b>Dívida Bruta <sup>(1)</sup></b>	<b>622.422</b>	<b>589.664</b>	<b>590.350</b>	<b>5,56%</b>	<b>-0,12%</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-171.983	-102.030	-101.959	68,56%	0,07%
(-) Investimento de curto prazo	-	-	-	n.a	n.a
<b>Dívida Líquida <sup>(2)</sup></b>	<b>450.439</b>	<b>487.634</b>	<b>488.391</b>	<b>-7,63%</b>	<b>-0,15%</b>

(1) Correspondente a Dívida Bruta da Companhia, na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde a Dívida Líquida da Companhia na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

### b) estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$635.111 mil, correspondendo a uma redução de 2,0%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R\$647.794 mil em 31 de dezembro de 2022. A diminuição do patrimônio líquido neste período decorreu principalmente do prejuízo acumulado no montante de R\$11.876.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$665.846 mil, correspondendo a um aumento de 4,8%, em comparação com o patrimônio líquido da

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Companhia em 31 de dezembro de 2023. O aumento do patrimônio líquido neste período decorreu principalmente da reversão do prejuízo contabilizado em 2023.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$466.360 mil, correspondendo a uma diminuição de de 30,0%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024. A diminuição do patrimônio líquido neste período decorreu principalmente em função de decisão da administração da Companhia em baixar 263 milhões de recebíveis que tinham baixa expectativa de recebimento.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital da Companhia:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de					
	2025		2024		2023	
	(em R\$ milhares)	%	(em R\$ milhares)	%	(em R\$ milhares)	%
<b>Capital próprio</b> <sup>(1)</sup>	466.360	39,3%	665.846	45,7%	635.111	46,9%
<b>Capital de terceiros</b> <sup>(2)</sup>	789.589	66,5%	789.589	54,3%	717.940	53,1%
<b>Capital Total</b> <sup>(3)</sup>	<b>1.188.024</b>	<b>100%</b>	<b>1.455.435</b>	<b>100%</b>	<b>1.353.051</b>	<b>100,0%</b>

(1) Corresponde à posição do patrimônio líquido da Companhia.

(2) Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante da Companhia.

(3) Corresponde à soma do patrimônio líquido (capital próprio) e passivo circulante e não circulante (capital de terceiros).

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia é adequada aos seus objetivos.

### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Administração acompanha de perto o índice de endividamento da Companhia, levando em consideração evolução e projeções, e saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

O índice de liquidez geral da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de 1,74. Em 31 de dezembro de 2024 era de 1,84 e em 31 de dezembro de 2023 era de 1,88, apresentando melhora em relação ao último período reportado, o que evidencia a capacidade de controle

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da Diretoria sobre o índice de liquidez geral. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, 12,0% das dívidas eram de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, 32,1% das dívidas eram de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, 41,9% das dívidas eram de curto prazo. Esse aumento da dívida de curto prazo se deve ao início dos vencimentos relacionados a Debênture.

O indicador de liquidez geral representado acima não considera a receita futura já contratada (receita diferida) oriunda da modalidade TaaS – Technology as a Service que, em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 476 milhões, em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 745 milhões e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$875 milhões. A queda do TaaS se explica pela estratégia da Cia em reduzir o Capex objetivando preservação de liquidez e caixa mais robusto.

### **d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia financia suas operações principalmente com caixa líquido gerado por suas atividades operacionais, bem como por meio de empréstimos de instituições financeiras e de fomento.

A Companhia tem utilizado seu caixa, principalmente, para financiar sua necessidade de capital de giro, cumprir com suas obrigações (pagamento de empréstimos) e investir em melhorias em sua operação. Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, vide item 2.1 (i) deste Formulário de Referência.

### **e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A principal fonte de recurso para as necessidades de capital que os Diretores da Companhia pretendem utilizar no curso regular dos negócios da Companhia é o caixa operacional.

Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar empréstimos de instituições financeiras e de fomento. Os Diretores acreditam que essas opções são suficientes para atender às necessidades regulares de capital da Companhia, respeitando os indicadores de endividamento e liquidez de acordo com compromissos estabelecidos nos contratos atuais de empréstimos em aberto, bem como as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração.

### **f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$615.643 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$450.439 mil.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$580.037 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$487.634 mil.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$573.546 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$488.391 mil.

### i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### Pode ocorrer variações com a dívida bruta por conta do custo de captação

BANCOS	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA	MÊS TÉRMINO	SALDO DA DÍVIDA	TAXA
BANCO DO BRASIL	CAPITAL DE GIRO	jun/24	jun/29	43.750.000	CDI + 1,95%
BANCO DO BRASIL	VENDOR	jul/23	abr/28	53.449.030	1,40% a.m
CAIXA ECONÔMICA	NOTA COMERCIAL	jun/25	mai/30	100.124.857	CDI + 1,85%
DAYCOVAL	CESSÃO DE RECEBÍVEIS	mar/25	dez/26	39.600.954	1,29% a.m
ITAÚ	DEBÊNTURES 2ª SÉRIE LVTC12	jun/22	jun/27	149.317.627	CDI + 2,30%
ITAÚ	DEBÊNTURES 2ª SÉRIE LVTC22	jun/22	jun/29	198.116.278	CDI + 2,70%
DAYCOVAL	FINIMP	nov/25	jul/26	10.741.720	5,83% a.a
SAFRA	FINIMP	nov/25	jul/26	8.954.737	6% a.a
SAFRA	NC	dez/25	mar/30	40.129.785	CDI + 2,50%
<b>Total</b>				<b>644.184.990</b>	<b>-</b>

### ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informaram que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras além daquelas citadas no item anterior (i).

### iii) grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informaram que em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contratos de financiamentos com determinadas instituições financeiras e, para garantia destes financiamentos, determinados instrumentos dispunham de percentual de duplicatas a receber.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Observado o disposto no parágrafo anterior, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as demais obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) financiamentos e empréstimos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

### **iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (covenants) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, cross default, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos acima do mínimo legal, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

Adicionalmente, alguns dos instrumentos de dívida preveem a obrigação da Companhia de observância a determinadores índices financeiros semestral e anualmente, conforme descritos a seguir:

#### **(i) Debêntures 2ª Emissão - Itaú**

(a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.

(b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido (covenants) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.

#### **(iii) Banco do Brasil**

(a) A relação entre dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.

(b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2024.

#### **(iii) Caixa Econômica**

(a) A relação entre dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, todos os índices financeiros descritos acima foram cumpridos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de					
	2025		2024		2025 x 2024	
		AV(%)		AV(%)	AH(%)	AH(\$)
<b>Receita líquida</b>	<b>871.847</b>	<b>100,00%</b>	<b>837.880</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,05%</b>	<b>33.968</b>
Custos das vendas e serviços	-635.283	-72,87%	-621.682	-79,10%	2,19%	-13.601
<b>Lucro Bruto</b>	<b>236.565</b>	<b>27,13%</b>	<b>216.198</b>	<b>20,90%</b>	<b>9,42%</b>	<b>20.367</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Despesas com Pessoal	-63.522	-7,29%	-61.632	-5,99%	3,07%	-1.890
Despesas Comerciais	-236.752	-27,16%	-63.176	-7,44%	274,75%	-173.576

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

Despesas Gerais e Administrativas	-25.934	-2,97%	-20.130	-1,18%	28,83%	-5.804
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-47.160	-5,41%	-11.912	-2,26%	295,89%	-35.248
<b>Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social</b>	<b>-136.804</b>	<b>-15,69%</b>	<b>59.348</b>	<b>4,04%</b>	<b>-330,51%</b>	<b>-196.151</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	58.633	6,73%	113.121	9,81%	-48,17%	-54.488
<b>Despesas Financeiras</b>	-134.566	-15,43%	-130.501	-15,64%	3,11%	-4.065
Resultado Financeiro	-75.933	-8,71%	-17.380	-5,83%	336,91%	-58.553
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-212.737</b>	<b>-24,40%</b>	<b>41.968</b>	<b>-1,79%</b>	<b>-606,90%</b>	<b>-254.705</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social líquido	21.241	2,44%	-13.312	0,47%	-259,56%	34.553
Monoritários	-277	<b>-0,03%</b>	0	n.a	<b>n.a.</b>	<b>-277</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>-191.773</b>	<b>-22,00%</b>	<b>28.656</b>	<b>-1,32%</b>	<b>-769,23%</b>	<b>-220.429</b>

### Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 871.847 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando +4,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$837.880 mil. Aumento atribuído ao aquecimento de todas as linhas de negócio. Vale comentar que em 2025 a Companhia passou a fornecer maior granularidade na abertura da Receita, especialmente nos negócios do segmento corporativo, antes nomeados como Enterprise.

Atualmente, as receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Segmento	2025	2024	Δ%
Audio e Vídeo Profissional	154,2	107,3	43,7%
Segurança Eletrônica	76,7	53	44,7%
Data Center	33	25,9	27,4%
Cibersegurança	82,3	64,8	27,0%
Infra de Redes	34,3	31,5	8,9%
Telecom	432,3	412,5	4,8%
Outros	59,1	77,5	-23,7%
<b>Total Ex-Solar</b>	<b>871,8</b>	<b>772,5</b>	<b>12,9%</b>
Solar	-	65,4	n.a.
<b>Toral Geral</b>	<b>871,8</b>	<b>837,9</b>	<b>4,0%</b>

### Custos das Vendas e Serviços - Consolidado

(-) CMV	2.025	2.024		
---------	-------	-------	--	--

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	VR	AV	VR	AV	AH	AH\$
<b>Consolidado</b>	<b>-635.283</b>	<b>100,00%</b>	<b>-621.682</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,19%</b>	<b>-13.601</b>
. Custo de Mercadorias Vendidas	-426.790	67,18%	-419.989	67,56%	1,62%	-6.800
. Custo com Depreciação	-188.449	29,66%	-196.671	31,64%	-4,18%	8.222
. Despesas de Importação e Frete	-7.448	1,17%	-7.418	1,19%	0,41%	-30
. Custos com Pessoal	-4.313	0,68%	-2.793	0,45%	54,42%	-1.520
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-6.930	1,09%	5940,809657	-0,96%	-216,65%	-12.871
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-864	0,14%	-379	0,06%	128,12%	-485
. Outros Custos	-488	0,08%	-373	0,06%	31,13%	-116
<b>Total</b>	<b>-635.283</b>	<b>100,00%</b>	<b>-621.682</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,19%</b>	<b>-13.601</b>

O custo das vendas e serviços reduziram 2,2%, passando de R\$621.682 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$635.283 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. A redução se dá pelo atual mix da companhia e saída do segmento Solar.

### Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$236.565 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 9,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$216.198 mil. Como comentado anteriormente, a saída do segmento Solar e a performance das atuais linhas de negócio, resultou em crescimento do lucro bruto em termos nominais e margens.

O lucro bruto consolidado da Companhia, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto Consolidado	Período de doze meses findo em:				2025 X 2024	
	2025		2024			
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)	AH(\$)

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>Lucro Bruto</b>	<b>236.565</b>	<b>100%</b>	<b>216.198</b>	<b>100%</b>	<b>9,4%</b>	<b>20.367</b>
--------------------	----------------	-------------	----------------	-------------	-------------	---------------

### Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$63.522 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 3,1%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram R\$61.632 mil. Aumento abaixo da inflação do período.

### Despesas comerciais (ex-PCLD)

As despesas comerciais totalizaram R\$42.354 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando aumento de 8,5% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram R\$39.028 mil. A variação é principalmente explicada pelo aumento da Representação Comercial, reflexo do crescimento das demais linhas de negócios, que são comercializadas por integradores que demandam pagamento de comissões. Exemplo: Cibersegurança, projetos de LED e segurança eletrônica, entre outros.

### Evento extraordinário

Conforme previamente e amplamente divulgado para o mercado, ao longo do ano, a Companhia praticou novas políticas de crédito e cobrança reformuladas no segundo semestre de 2024 com o objetivo de fortalecer os processos de gestão de risco e qualidade dos ativos financeiros.

Os resultados foram muito favoráveis e significativos para as novas safras de vendas a partir de 2025. Contudo, o avanço na recuperação de vencidos de safras de vendas antigas se mostrou insatisfatório, justificando a reclassificação de sua recuperabilidade de possível para remoto.

Desse modo, a Administração recomendou a baixa contábil desses ativos e, em janeiro de 2026, o Conselho de Administração, em decisão unânime, deliberou pela baixa contábil de aproximadamente R\$ 263 milhões em recebíveis vencidos provisionados, vencidos a provisionar, a vencer em balanço (efeito vagão) e no backlog (efeito vagão off-balance) bem como, por fim, os respectivos equipamentos alugados em imobilizado.

Essa baixa não provocou impacto nas projeções operacionais uma vez que, além provisionados contabilmente, também estavam provisionados gerencialmente de modo que, conservadoramente, desconsidera-se devedores duvidosos de sua perspectiva de entradas operacionais.

A baixa contábil de R\$ 263 milhões é composta por:

- Vencidos totalizando R\$162 milhões

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- o R\$ 96 milhões provisionados (sem impacto no lucro líquido)
- o R\$66 vencidos com menos de 360 dias
- A vencer de clientes devedores (efeito vagão) totalizando R\$101 milhões:
- Outras baixas correlacionadas à baixa do contas a receber (ex: juros ativos e AVP):  
R\$ 10 milhões

Outras baixas:

- Ativo Imobilizado: R\$ 30 milhões referente aos contratos de TaaS baixados
- R\$77 milhões do backlog off-balance (sem impacto no lucro líquido)
- Reversão de R\$ 96 milhões de PCLD

### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$25.934 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 28,8%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram R\$20.130 mil.

### Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram uma despesa de R\$47.160 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando aumento nas despesas de 579,8%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram uma despesa de R\$11.912 mil. A variação se deve principalmente pela baixa de R\$ 30 milhões de imobilizados, vinculados a contratos de locação (TaaS), sem expectativa de recebimento.

### Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou -R\$212.737 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, versus R\$ 41.968 mil registrados em 2024. Queda majoritariamente atribuída pelas baixas de recebíveis já mencionadas.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou - R\$75.933 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando uma piora de R\$58.553 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

- Receita financeira: variação devido: (i) juros e ativos (encargos derivados de acordos e confissões de dívida) que totalizaram R\$19,6 milhões em 2025 e R\$88,0 milhões em 2024 (direitos contratuais da WDC não contabilizados até dez/24), que representou uma variação de -R\$68,4 milhões, parcialmente compensados por (ii) rendimentos sobre

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aplicação financeira que cresceram mais de R\$13 milhões devido maior saldo médio de caixa ao longo de 2025.

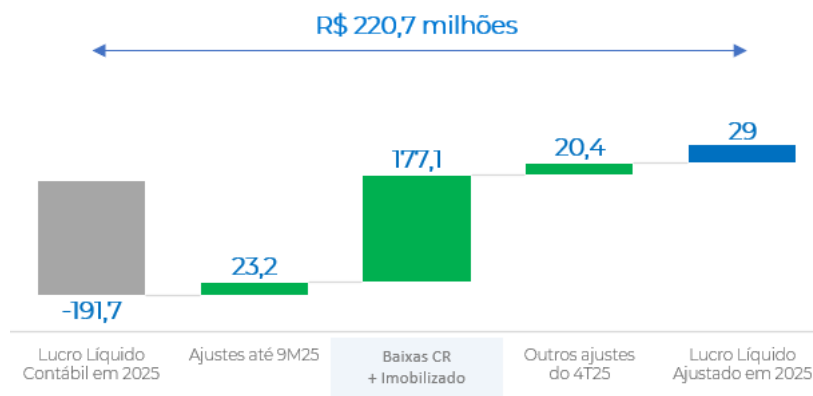
- Despesa financeira: variação explicada por (i) juros sobre empréstimos que totalizaram R\$91,6 milhões em 2025 e R\$72,9 milhões em 2024, que representou variação de R\$19 milhões, parcialmente compensado por (ii) melhora no Ajuste a Valor Presente (AVP) em função da redução do recebíveis.

### Lucro líquido do período

Devido aos fatores acima, o lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou -R\$ 191.773 mil, representando queda de -R\$220.429 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou - R\$28.656 mil.

### Lucro líquido do período

Eliminando os eventos extraordinários e não recorrentes, principalmente em função das baixas, temos a seguinte composição:



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

### COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024		12.2025 x 12.2024
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	171.983	14,48%	102.030	7,01%	68,56%
Investimentos de curto prazo	0	0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Contas a receber, líquidas	237.116	19,96%	317.745	21,83%	-25,38%
Impostos a recuperar	12.916	1,09%	24.918	1,71%	-48,17%
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	749	0,05%	0,00%
Estoques	147.179	12,39%	169.601	11,65%	-13,22%
Adiantamentos a fornecedores	17.867	1,50%	27.941	1,92%	-36,05%
Despesas Antecipadas	390	0,03%	356	0,02%	9,59%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>587.451</b>	<b>49,45%</b>	<b>643.340</b>	<b>44,20%</b>	<b>-8,69%</b>
Contas a receber, líquidas	179.537	15,11%	259.559	17,83%	-30,83%
Depósitos judiciais	3.339	0,28%	109	0,01%	2963,30%
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Impostos a recuperar	3.603	0,30%	7148	0,49%	100,00%
Impostos diferidos	65.012	5,47%	43.012	2,96%	51,15%
Ativo de direito de uso	5.567	0,47%	9.405	0,65%	-40,81%
Imobilizado, líquido	262.843	22,12%	388.070	26,66%	-32,27%
Intangível, líquido	80.672	6,79%	104.792	7,20%	-23,02%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>600.573</b>	<b>50,55%</b>	<b>812.095</b>	<b>55,80%</b>	<b>-26,05%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.188.024</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.455.435</b>	<b>100,00%</b>	<b>-18,37%</b>
(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024		12.2025 x 12.2024
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Fornecedores	58.371	4,91%	108.786	7,47%	-46,34%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	8.810	0,74%	7.895	0,54%	11,59%

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

Impostos a recolher	5.055	0,43%	30.645	2,11%	-83,50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	257.911	21,71%	185.219	12,73%	39,25%
Dividendos a pagar		0,00%	3015	0,21%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Arrendamentos mercantis	2.758	0,23%	3110	0,21%	-11,32%
Partes relacionadas		0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Outras obrigações	17.093	1,44%	26.838	1,84%	-36,31%
Receita diferida		0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>349.998</b>	<b>29,46%</b>	<b>365.508</b>	<b>25,11%</b>	<b>-4,24%</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	357.732	30,11%	394.818	27,13%	-9,39%
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Provisões para demandas judiciais	4.317	0,36%	1924	0,13%	124,38%
Receita diferida		0,00%	0	0,00%	0,00%
Arrendamentos mercantis	4021	0,34%	7266	0,50%	-44,66%
Outras obrigações	5.596	0,47%	20073	1,38%	-72,12%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>371.666</b>	<b>31,28%</b>	<b>424.081</b>	<b>29,14%</b>	<b>-12,36%</b>
Capital Social	401.739	33,82%	301.397	20,71%	33,29%
Ações em tesouraria	0	0,00%	-8.536	-0,59%	-100,00%
Reservas de Capital	236.632	19,92%	236.632	16,26%	0,00%
Reservas de lucro	12.577	1,06%	130.500	8,97%	-90,36%
Lucro/Prejuízo acumulado	-191.723	-16,14%	0	0,00%	100,00%
Outros resultados abrangentes	6.289	0,53%	5853	0,40%	7,45%
Participação dos não controladores	846	0,07%	0	0,00%	0,00%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>466.360</b>	<b>39,26%</b>	<b>665.846</b>	<b>45,75%</b>	<b>-29,96%</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.188.024</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.455.435</b>	<b>100,00%</b>	<b>-18,37%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.118.024 mil, representando redução de 18% em relação a 31 de dezembro de 2024, que totalizou R\$1.455.435.051 mil.

### Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo circulante da Companhia reduziu 9%, passando de R\$643.340 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$587.451 mil em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

### Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$171.983 mil em 31 de dezembro de 2025, aumento de 69% em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$102.030 mil. Aumento devido a captações estratégicas, somada a melhora da geração de caixa operacional e redução do volume de Capex.

### Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$237.116 mil em 31 de dezembro de 2025, representando redução de 25%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$317.745 mil.

### Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$12.916 mil em 31 de dezembro de 2025, representando redução de 48%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$24.918 mil.

### Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$147.179 mil em 31 de dezembro de 2025, representando diminuição 13%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando correspondia a R\$169.601 mil. Diminuição foi ocasionada principalmente pelo rigor da companhia no controle e gestão de estoques.

### Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$17.867 mil em 31 de dezembro de 2025, representando diminuição de 36%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$27.941 mil.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo não circulante da Companhia reduziu 26%, passando de R\$812.095 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$600.573 mil em 31 de dezembro de 2025. Essa redução ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

### Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$179.537 mil em 31 de dezembro de 2025, representando redução de 31%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$259.559 mil. Essa redução é principalmente explicada pela baixa de recebíveis com baixa expectativa de recebimento, já explicada.

### Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$262.843 mil em 31 de dezembro de 2025, representando uma redução de 32%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$388.070 mil. Diminuição decorreu principalmente pela redução de vendas na modalidade de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service), e pela baixa de imobilizados de contratos de locação, com baixa expectativa de recebimento.

### Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$80.672 mil em 31 de dezembro de 2025, representando um resultado em linha com o ano anterior, quando totalizou R\$104.792 mil.

## PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou uma redução de 18,4% em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.455.435 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.188.024 mil em 31 de dezembro de 2025. Redução explicada principalmente pelas baixas de recebíveis.

### Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante da Companhia reduziu 4%, passando de R\$ 365.508 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$349.998 mil em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$58.371 mil em 31 de dezembro de 2025, representando queda de 46%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$108.786 mil.

### Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$5.055 mil em 31 de dezembro de 2025, representando queda de 84%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$30.645 mil.

### Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$257.911 mil em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de 39%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$185.219 mil. Variação em função do início de novos empréstimos de prazos mais curtos.

### Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 12%, passando de R\$ 424.081 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$371.666 mil em 31 de dezembro de 2025. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

### Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$357.732 mil em 31 de dezembro de 2025, representando uma diminuição de 9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$394.818 mil. Redução em função da aproximação de vencimentos que se movimentaram para o curto prazo.

### Capital Social

O Capital Social era de R\$401.739 mil em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de 33% em relação a 2024, devido a aumento de capital aprovado em AGE, utilizando as reservas de subvenção.

### Patrimônio líquido

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia reduziu 30%, passando de R\$665.846 mil em 31 de dezembro de 2024 para R\$466.360 mil em 31 de dezembro de 2025. A redução é principalmente explicada pela baixa dos recebíveis explicadas anteriormente.

### EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de					
	2024		2023		2024 x 2023	
		AV(%)		AV(%)	AH(%)	AH(\$)
<b>Receita líquida</b>	<b>837.880</b>	<b>100,00%</b>	<b>900.718</b>	<b>100,00%</b>	<b>-6,98%</b>	<b>-62.838</b>
Custos das vendas e serviços	-621.682	-74,20%	-712.456	-79,10%	-12,74%	90.774
<b>Lucro Bruto</b>	<b>216.198</b>	<b>25,80%</b>	<b>188.262</b>	<b>20,90%</b>	<b>14,84%</b>	<b>27.936</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Despesas com Pessoal	-61.632	-7,36%	-53.922	-5,99%	14,30%	-7.710
Despesas Comerciais	-63.176	-7,54%	-67.022	-7,44%	-5,74%	3.846
Despesas Gerais e Administrativas	-20.130	-2,40%	-10.601	-1,18%	89,89%	-9.529
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-11.912	-1,42%	-20.334	-2,26%	-41,42%	8.421
<b>Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social</b>	<b>59.348</b>	<b>7,08%</b>	<b>36.385</b>	<b>4,04%</b>	<b>63,11%</b>	<b>22.963</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>Receitas Financeiras</b>	113.121	13,50%	88.389	9,81%	27,98%	24.731
<b>Despesas Financeiras</b>	-130.501	-15,58%	-140.886	-15,64%	-7,37%	10.385
Resultado Financeiro	-17.380	-2,07%	-52.496	-5,83%	-66,89%	35.117
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	41.968	5,01%	-16.112	-1,79%	-360,48%	58.080
Imposto de renda e contribuição social corrente	-23.463	-2,80%	-2.076	-0,23%	1030,20%	-21.387
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	10.151	1,21%	6.312	0,70%	60,82%	3.839
Imposto de renda e contribuição social líquido	-13.312	-1,59%	4.236	0,47%	-414,26%	-17.548
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>28.656</b>	<b>3,42%</b>	<b>-11.876</b>	<b>-1,32%</b>	<b>-341,29%</b>	<b>40.532</b>

### Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 900.718 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando diminuição de R\$170.187 mil ou -15,89%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$1.070.905 mil. Diminuição atribuída a queda em vendas.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita Líquida por segmento	Período de nove meses findo em:				2024 X 2023
	2024		2023		
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)
Telecom	478.710	57%	475.940	53%	0,58%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Enterprise	293.746	35%	258.229	29%	13,75%
Solar	65.423	8%	166.549	18%	-60,72%
<b>Total - Receita Líquida</b>	<b>837.880</b>	<b>100%</b>	<b>900.718</b>	<b>100%</b>	<b>-6,98%</b>

A Receita Líquida do segmento de Telecom totalizou R\$478.710 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 0,58%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$475.940 mil. Variação está em linha no comparativo entre anos.

A Receita Líquida do segmento Enterprise totalizou R\$293.746 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 13,75%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$258.229 mil. Variação é explicada pelo atual momento de Audio e Video e Cibersegurança.

A Receita Líquida do segmento Solar totalizou R\$65.423 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando redução de -60,72%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$166.549 mil. Diminuição esperada pela administração, por conta da estratégia da Companhia em priorizar vendas com maiores margens e foco em segmentos mais lucrativos.

### Custo das vendas e serviços

(-) CMV	2024		2023		AH	AH\$
	VR	AV	VR	AV		
<b>Telecom</b>	<b>-358.189</b>	<b>57,62%</b>	<b>-367.539</b>	<b>51,59%</b>	<b>8,32%</b>	<b>-28.224</b>
. Custo de Mercadorias Vendidas	-194.332	31,26%	-197.266	27,69%	4,77%	-8.983
. Custo com Depreciação	-162.978	26,22%	-163.341	22,93%	17,32%	-24.113
. Despesas de Importação e Frete	-2.812	0,45%	-3.443	0,48%	-55,73%	4.334
. Custos com Pessoal	-1.368	0,22%	-1.262	0,18%	6,85%	-81
. Provisão de Obsolescência de Estoques	3.670	-0,59%	-1.526	0,21%	45,38%	-476
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-183	0,03%	-350	0,05%	-63,46%	607
. Outros Custos	-186	0,03%	-350	0,05%	-58,26%	489

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

<b>Enterprise</b>	<b>-205.406</b>	<b>33,04%</b>	<b>-180.288</b>	<b>25,31%</b>	<b>0,50%</b>	<b>-888</b>
. Custo de Mercadorias Vendidas	-172.050	27,67%	-149.430	20,97%	-1,84%	2.804
. Custo com Depreciação	-32.444	5,22%	-28.039	3,94%	23,68%	-5.369
. Despesas de Importação e Frete	-2.536	0,41%	-3.233	0,45%	-17,52%	687
. Custos com Pessoal	-906	0,15%	-740	0,10%	96,26%	-363
. Provisão de Obsolescência de Estoques	2.766	-0,44%	1.489	-0,21%	344,62%	1.154
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-122	0,02%	-186	0,03%	-35,53%	103
. Outros Custos	-113	0,02%	-149	0,02%	-39,17%	96
<b>Solar</b>	<b>-58.087</b>	<b>9,34%</b>	<b>-164.629</b>	<b>23,11%</b>	<b>-45,94%</b>	<b>139.902</b>
. Custo de Mercadorias Vendidas	-53.607	8,62%	-162.544	22,81%	-43,26%	123.951
. Custo com Depreciação	-1.248	0,20%	-1.032	0,14%	144,04%	-609
. Despesas de Importação e Frete	-2.069	0,33%	-2.020	0,28%	-84,08%	10.672
. Custos com Pessoal	-519	0,08%	-921	0,13%	-38,15%	568
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-495	0,08%	2.382	-0,33%	-311,02%	3.511
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-74	0,01%	-260	0,04%	-79,17%	988
. Outros Custos	-74	0,01%	-233	0,03%	-77,90%	822
<b>Consolidado</b>	<b>-621.682</b>	<b>100,00%</b>	<b>-712.456</b>	<b>100,00%</b>	<b>-13,46%</b>	<b>110.790</b>
. Custo de Mercadorias Vendidas	-419.989	67,56%	-432.048	60,64%	26,88%	-91.531
. Custo com Depreciação	-196.671	31,64%	-159.529	22,39%	-1,46%	2.369
. Despesas de Importação e Frete	-7.418	1,19%	-7.929	1,11%	-32,22%	3.769

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

. Custos com Pessoal	-2.793	0,45%	-2.520	0,35%	61,78%	-962
. Provisão de Obsolescência de Estoques	5.941	-0,96%	2.413	-0,34%	-437,55%	3.128
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-379	0,06%	-743	0,10%	-40,36%	503
. Outros Custos	-373	0,06%	-666	0,09%	-38,58%	418
<b>Total</b>	<b>-621.682</b>	<b>100,00%</b>	<b>-712.456</b>	<b>100,00%</b>	<b>-13,46%</b>	<b>110.790</b>

### Segmento de Telecom

O custo das vendas e serviços no segmento de Telecom reduziu 2,54%, passando de R\$367.539 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$358.189 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

### Segmento Enterprise

O custo das vendas e serviços de segmento Enterprise aumentou 13,93%, passando de R\$180.288 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$205.406 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

### Segmento Solar

O custo das vendas e serviços de segmento Solar diminuiu R64,72%, passando de R\$164.629 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$58.087 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Queda atribuída principalmente a redução das vendas e renovação de estoque mais competitivo.

### Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$216.198 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 14,84%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$188.262 mil. Vale comentar que todos os segmentos evoluíram em termos de lucratividade em 2024, principalmente a decisão da Companhia em desacelerar o segmento Solar, que em 2023 reportou margens ruins.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto por	Período de nove meses findo em:		2024 X 2023
	2024	2023	

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

segmento	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Telecom	120.521	56%	108.401	58%	11,18%	12.120
Enterprise	88.341	41%	77.941	41%	13,34%	10.400
Solar	7.336	3%	1.920	1%	282,01%	5.416
<b>Total - Lucro Bruto</b>	<b>216.198</b>	<b>100%</b>	<b>188.262</b>	<b>100%</b>	<b>14,84%</b>	<b>27.936</b>

### Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$61.632 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 14,3%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$53.922 mil. Aumento justificado com a criação do Design Center, novo departamento criado, com foco em fornecer soluções completas aos clientes, fomentando o Cross Selling.

### Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$63.176 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando redução de 5,7% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$67.022 mil. Vale mencionar que em 2023, a Companhia optou por provisionar 100% dos títulos vencidos e a vencer de um cliente em Recuperação Judicial. O resultado deste reconhecimento, gerou um impacto negativo de R\$7,0 milhões.

### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$20.130 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 89,9%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$10.601 mil.

### Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram uma despesa de R\$11.912 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma diminuição nas despesas de 41,4%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram uma despesa de R\$20.334 mil.

### Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$59.348 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 63,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$36.385 mil. Redução explicada pela desaceleração do segmento Solar que carregava menores margens, além dos motivos citados anteriormente.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou - R\$17.380 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma melhora de R\$35.117 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou - R\$52.496 mil. Tal variação ocorreu devido a:

- De forma negativa, a Variação Cambial Líquida e Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos reflete a exposição cambial da Companhia sobre seus ativos e passivos em moeda estrangeira, líquido das proteções contratadas via instrumentos financeiros derivativos;

- De forma positiva, a Companhia contabilizou no último trimestre de 2024, encargos financeiros originados em renegociações de contratos de cliente que ocorreram ao longo do ano.

### Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou - R\$16.112 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 304,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R\$7.894 mil.

### Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizou uma despesa de -R\$13.312 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$11.039 mil quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou uma receita de R\$4.236 mil.

### Lucro líquido do período

Devido aos fatores acima, o lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 28.656 mil, representando um aumento de R\$40.531 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou - R\$11.876 mil.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS

#### COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023		12.2024 x 12.2023
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	102.030	7,01%	101.959	7,54%	0,07%
Investimentos de curto prazo	0	0,00%	0	0,00%	0%
Contas a receber, líquidas	317.745	21,83%	220.153	16,27%	44,33%
Impostos a recuperar	24.918	1,71%	19.763	1,46%	26,08%
Instrumentos financeiros derivativos	749	0,05%	0	0,00%	0,00%
Estoques	169.601	11,65%	179.428	13,26%	-5,48%
Adiantamentos a fornecedores	27.941	1,92%	21.410	1,58%	30,50%
Despesas Antecipadas	356	0,02%	506	0,04%	-29,64%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>643.340</b>	<b>44,20%</b>	<b>543.219</b>	<b>40,15%</b>	<b>18,43%</b>
Contas a receber, líquidas	259.559	17,83%	209.818	15,51%	23,71%
Depósitos judiciais	109	0,01%	109	0,01%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	0	0,00%	0%
Impostos a recuperar	7.148	0,49%	34.259	2,53%	100,00%
Impostos diferidos	43.012	2,96%	32.861	2,43%	30,89%
Ativo de direito de uso	9.405	0,65%	11.517	0,85%	-18,34%
Imobilizado, líquido	388.070	26,66%	412.858	30,51%	-6,00%
Intangível, líquido	104.792	7,20%	108.410	8,01%	-3,34%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>812.095</b>	<b>55,80%</b>	<b>809.832</b>	<b>59,85%</b>	<b>0,28%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.455.435</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.353.051</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,57%</b>
(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023		
		AV(%)		AV(%)	
Fornecedores	108.786	7,47%	96.099	7,10%	13,20%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	7.895	0,54%	3.734	0,28%	111,44%
Impostos a recolher	30.645	2,11%	5.444	0,40%	462,91%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	185.219	12,73%	63.633	4,70%	191,07%
Dividendos a pagar	3015	0,21%	0	0,00%	N/A
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	4.698	0,35%	-100,00%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Arrendamentos mercantis	3110	0,21%	2650	0,20%	17,36%
Partes relacionadas	0	0,00%	16	0,00%	-100,00%
Outras obrigações	26.838	1,84%	22.153	1,64%	21,15%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>365.508</b>	<b>25,11%</b>	<b>198.427</b>	<b>14,67%</b>	<b>84,20%</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	394.818	27,13%	509.913	37,69%	-22,57%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	576	0,04%	-100,00%
Provisões para demandas judiciais	1924	0,13%	144	0,01%	1236,11%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Arrendamentos mercantis	7266	0,50%	8880	0,66%	-18,18%
Outras Obrigações	20.073	1,38%	0	0%	N/A
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>424.081</b>	<b>29,14%</b>	<b>519.513</b>	<b>38,40%</b>	<b>-18,37%</b>
Capital Social	301.397	20,71%	301.397	22,28%	0,00%
Ações em tesouraria	-8.536	-0,59%	-8.536	-0,63%	0,00%
Reservas de Capital	236.632	16,26%	236.632	17,49%	0,00%
Reservas de lucro	130.500	8,97%	116.734	8,63%	11,79%
Lucro/Prejuízo acumulado	0	0,00%	-11.876	-0,88%	100,00%
Outros resultados abrangentes	5853	0,40%	760	0,06%	670,13%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>665.846</b>	<b>45,75%</b>	<b>635.111</b>	<b>46,94%</b>	<b>4,84%</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.455.435</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.353.051</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,57%</b>

### Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.455.435 mil, representando aumento de 7,57% em relação a 31 de dezembro de 2023, que totalizou R\$1.353.051 mil.

### Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo circulante da Companhia aumentou 18,43%, passando de R\$543.219 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$643.340 mil em 31 de dezembro de 2024. Essa variação ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

### Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$102.030 mil em 31 de dezembro de 2024, em linha com o valor registrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$101.959 mil.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$317.745 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento 44,33%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$220.153 mil.

### Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$24.918 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento 26,08%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$19.763 mil.

### Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$169.601 mil em 31 de dezembro de 2024, representando diminuição 5,48%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando correspondia a R\$179.428 mil. Diminuição foi ocasionado principalmente pela estratégia da Companhia em liquidar estoques mais antigos e giro de estoque mais rápido.

### Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$27.941 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 30,50%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$21.410 mil.

### Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo não circulante da Companhia aumentou 0,28%, passando de R\$809.832 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$812.095 mil em 31 de dezembro de 2024. Esse leve aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

### Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$259.559 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 23,71%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$209.818 mil. Esse aumento decorreu principalmente do maior volume de renegociações, que resultam em alongamento dos prazos de pagamento.

### Imobilizado líquido

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$388.070 mil em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução 6,00%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$412.858 mil. Diminuição decorreu principalmente pela redução de vendas na modalidade de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

### Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$104.792 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um resultado em linha com o ano anterior, quando totalizou R\$108.410 mil.

### PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento de 7,57% em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.353.051 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$1.455.435 mil em 31 de dezembro de 2024.

### Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia aumentou 84,20%, passando de R\$ 198.427 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$365.508 mil em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

### Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$108.786 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 13,20%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$96.099 mil.

### Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$30.645 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento 462,91%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$5.444 mil.

### Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$185.218 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 191,07%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$63.633 mil. Variação em função da aproximação de vencimentos relativos a debênture.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 18,37%, passando de R\$519.513 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$424.081 mil em 31 de dezembro de 2024. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

### Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$394.818 mil em 31 de dezembro de 2024, representando uma diminuição de 22,57%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizou R\$509.913 mil. Redução em função da aproximação de vencimentos mais relevantes que se movimentaram para o curto prazo.

### Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 4,84%, passando de R\$635.111 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$665.846 mil em 31 de dezembro de 2024.

### COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2023		Em 31 de dezembro de 2022		12.2023 x 12.2022
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	101.959	7,54%	152.470	9,30%	-33,13%
Investimentos de curto prazo	0	0,00%	152.170	9,30%	-100,00%
Contas a receber, líquidas	220.153	16,27%	195.944	12,00%	12,36%
Impostos a recuperar	19.763	1,46%	64.470	3,90%	-69,35%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	0	0,00%	0%
Estoques	179.428	13,26%	310.034	18,90%	-42,13%
Adiantamentos a fornecedores	21.410	1,58%	53.104	3,20%	-59,68%
Despesas Antecipadas	506	0,04%	927	0,10%	-45,42%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>543.219</b>	<b>40,15%</b>	<b>929.119</b>	<b>56,70%</b>	<b>-41,53%</b>
Contas a receber, líquidas	209.818	15,51%	155.312	9,50%	35,09%
Depósitos judiciais	109	0,01%	109	0,00%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	581	0,00%	-100,00%
Impostos a recuperar	34.259	2,53%	0	0,00%	100,00%
Impostos diferidos	32.861	2,43%	26.635	1,60%	23,38%
Ativo de direito de uso	11.517	0,85%	1.832	0,10%	528,66%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imobilizado, líquido	412.858	30,51%	444.839	27,10%	-7,19%
Intangível, líquido	108.410	8,01%	80.196	4,90%	35,18%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>809.832</b>	<b>59,85%</b>	<b>709.504</b>	<b>43,30%</b>	<b>14,14%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.353.051</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.638.623</b>	<b>100,00%</b>	<b>-17,43%</b>
(Em R\$ milhares, exceto %)					
	<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>12.2023 x 12.2022</b>
		<b>AV(%)</b>		<b>AV(%)</b>	<b>AH(%)</b>
Fornecedores	96.099	7,10%	142.112	8,67%	-32,38%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	3.734	0,28%	4.825	0,29%	-22,61%
Impostos a recolher	5.444	0,40%	6.435	0,39%	-15,40%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	63.633	4,70%	218.820	13,35%	-70,92%
Dividendos a pagar	0	0,00%	862	0,05%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos	4.698	0,35%	7.674	0,47%	-38,78%
Arrendamentos mercantis	2650	0,20%	969	0,06%	173,48%
Partes relacionadas	16	0,00%	125	0,01%	-87,20%
Outras obrigações	22.153	1,64%	40.149	2,45%	-44,82%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>198.427</b>	<b>14,67%</b>	<b>421.971</b>	<b>25,75%</b>	<b>-52,98%</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	509.913	37,69%	567.067	34,61%	-10,08%
Instrumentos financeiros derivativos	576	0,04%	507	0,03%	13,61%
Provisões para demandas judiciais	144	0,01%	378	0,02%	-61,90%
Receita diferida	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Arrendamentos mercantis	8880	0,66%	906	0,06%	880,13%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>519.513</b>	<b>38,40%</b>	<b>568.858</b>	<b>34,72%</b>	<b>-8,67%</b>
Capital Social	301.397	22,28%	301.397	18,39%	0,00%
Ações em tesouraria	-8.536	-0,63%	-7.044	-0,43%	21,18%
Reservas de Capital	236.632	17,49%	236.632	14,44%	0,00%
Reservas de lucro	116.734	8,63%	116.734	7,12%	0,00%
Lucro/Prejuízo acumulado	-11.876	-0,88%	0	0,00%	100,00%
Outros resultados abrangentes	760	0,06%	75	0,00%	913,33%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>635.111</b>	<b>46,94%</b>	<b>647.794</b>	<b>39,53%</b>	<b>-1,96%</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.353.051</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.638.623</b>	<b>100,00%</b>	<b>-17,43%</b>

**Total do ativo**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.353.051 mil, representando redução de 17,43%, ou R\$285.572 mil em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$1.638.623 mil.

### Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante da Companhia reduziu 41,53% ou R\$385.900 mil, passando de R\$929.119 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$543.219 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

### Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$101.959 mil em 31 de dezembro de 2023, diminuição de R\$50.511 mil ou 33,13%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$152.470 mil. Diminuição se deve ao pagamento de dívidas.

### Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$220.153 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$24.209 mil ou 12,36%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$195.944 mil.

### Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$19.763 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$44.707 mil ou 3,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$64.470 mil.

### Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$179.428 mil em 31 de dezembro de 2023, representando diminuição de R\$130.606 mil ou 42,13%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando correspondia a R\$310.034 mil. Diminuição foi ocasionado principalmente pela estratégia da Companhia em liquidar estoques mais antigos.

### Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$21.140 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$31.694 mil ou 59,68%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$53.104 mil.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo não circulante da Companhia aumentou 14,14%, passando de R\$709.504 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$809.832 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$100.328 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

### Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$209.818 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$54.506 mil ou 35,09%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$155.312 mil. Esse aumento decorreu principalmente do volume de vendas e locações gerados no exercício.

### Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R\$32.861 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$6.226 mil ou 23,38%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$26.635 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisão de deságio na venda de créditos acumulados de ICMS, Derivativos Swap, IOF sobre mútuo, adição de IFRS16 e prejuízo fiscal, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

### Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$412.858 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução R\$31.981 mil ou 7,19%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$444.839 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela redução de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

### Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$108.410 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento R\$28.214 mil ou 35,18%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$80.196 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento do negócio de cibersegurança, o qual demandou imobilizações de softwares/intangíveis para cessão de uso em contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

### PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia apresentou uma diminuição em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.638.623 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.353.051 mil em 31 de dezembro de 2023, significando uma diminuição de 17,43% ou R\$285.572 mil.

### Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia reduziu 52,98% ou R\$223.544 mil, passando de R\$ 421.971 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$198.427 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa redução ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

#### Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$96.099 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$46.013 mil ou 32,38%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$142.112 mil.

#### Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais da Companhia totalizou R\$3.734 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$1.091 mil ou 22,61%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$4.825 mil.

#### Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$5.444 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de R\$991 mil ou 15,40%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$6.435 mil.

#### Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$63.633 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$155.187 mil ou 70,92%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$218.820 mil.

### Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 8,67% ou R\$49.345 mil, passando de R\$568.858 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$519.513 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

#### Empréstimos, financiamentos e debêntures

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$509.913 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de R\$57.154 mil ou 10,08%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$567.067 mil. Redução ocorreu pela estratégia da Companhia em liquidar dívidas mais caras em 2023.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia reduziu 1,96%, passando de R\$647.794 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$635.111 mil em 31 de dezembro de 2023.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 - Resultado operacional e financeiro

- a. resultados das operações do emissor
- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Atualmente, a receita do demonstrativo de resultado da Companhia reflete a segmentação da sua atuação nos mercados de Telecom, Infra de Redes, Cibersegurança, Data Center, Segurança Eletrônica e áudio e vídeo profissional. Esta segmentação decorre do entendimento da Companhia de que as dinâmicas de atendimento, tipos de produtos e, modelos de negócios são distintas nestes mercados e, conseqüentemente requerem equipes independentes e especializadas, que possam entender as necessidades específicas de cada cliente. Vale comentar que a partir de 2025, o resultado passou a ser expresso apenas em sua forma consolidada com aberturas apenas em receita, demonstrando a participação de cada negócio no topline.

Dentro de cada segmento, as BUs e produtos estão divididos de acordo com a descrição abaixo:

#### (i) TELECOM

*Redes de Fibra Ótica (FTTx):* Linha completa de centrais de distribuição de sinal de internet de banda larga, modens de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede para construção de redes banda-larga fixa.

*Redes de alta-capacidade DWDM:* Sistema de transmissão de dados com alta-capacidade entre cidades, interligando regiões e criando backhaul para operadoras.

*Produtos de Infraestrutura de Data Centers:* Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.

O segmento de Telecom no exercício social findo em 31 de dezembro 2025 representou 50% da receita total da companhia.

#### (ii) AUDIO E VIDEO PROFISSIONAL

O Segmento reúne soluções audiovisuais profissionais, incluindo painéis de LED indoor e outdoor, caixas acústicas, amplificadores, processadores de áudio (DSP), microfones sem fio e monitores profissionais de vídeo, atendendo aplicações em ambientes corporativos, varejo, entretenimento, eventos e comunicação visual.

O portfólio é composto por parcerias com fabricantes líderes globais, como Leyard, referência mundial em painéis de LED, Shure, QSC, Yamaha, entre outras.

Em 2025, o segmento, registrou Receita Líquida de R\$154,2 milhões, crescimento de 43,7% em relação a 2024. O desempenho reflete a expansão do mercado de mídia digital, especialmente no segmento Out-of-Home (OOH) e Retail Media, no qual a WDC está bem-posicionada para capturar oportunidades de crescimento por meio de seu portfólio tecnológico, parcerias estratégicas e rede de canais especializados.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### (iii) SEGURANÇA ELETRÔNICA

No segmento de Segurança Eletrônica a WDC oferta de soluções para proteção de ambientes corporativos, industriais e públicos, incluindo câmeras de videovigilância, controle de acesso, monitoramento inteligente, reconhecimento facial e análise de dados em tempo real. Não atuamos no mercado SoHo (small office / home office) e de varejo.

O portfólio é composto por parcerias com fabricantes líderes globais, com destaque para Axis e Dahua, além de todo o portfólio do grupo Motorola (Pelco e Avigilon) que são as principais referências internacionais no segmento de segurança eletrônica profissional. Além disso, distribuímos os sistemas de gerenciamento de imagens mais sofisticados do mercado, tais como ISS, Genetec e Digifort. A WDC atua na distribuição e no suporte técnico dessas soluções, apoiando integradores e parceiros na implementação de projetos de diferentes portes e aplicações.

Em 2025, este segmento registrou Receita Líquida de R\$ 76,7 milhões, crescimento de 44,5% em relação aos R\$ 53,0 milhões registrados em 2024, refletindo a expansão da demanda por soluções de segurança e consolidando o segmento como um importante vetor de crescimento da Companhia.

### (iv) CIBERSEGURANÇA

O segmento de Cibersegurança oferece um portfólio de soluções de proteção digital, abrangendo segurança de redes, endpoints, gestão de acessos privilegiados e detecção de ameaças avançadas. As soluções são desenhadas para atender empresas de diferentes portes e setores, acompanhando a crescente complexidade e sofisticação das ameaças cibernéticas.

A WDC mantém parcerias com fabricantes que são referências no setor de cibersegurança como Sophos, Vicarius e Hillstone. Em 2026 esse portfólio deve crescer para complementar a segurança em todos os níveis.

Em 2025, o segmento registrou Receita Líquida de R\$ 82,3 milhões, crescimento de 27,0% em relação aos R\$ 64,8 milhões registrados em 2024. O desempenho reflete a expansão estrutural da demanda por soluções de segurança digital e o posicionamento da WDC nesse segmento de alto crescimento. Vale destacar que a grande maioria das soluções são licenças de software, que não necessitam estoques e são compradas sob demanda, operando com baixa necessidade de capital de giro.

### (v) DATA CENTER

Em um contexto de acelerada transformação digital, a I.A. Inteligência Artificial faz desse segmento a vertical de Data Center um dos que tem mais potenciais de crescimento no Brasil e no mundo. A WDC se concentrou em Data Centers EDGE, ou de borda, que são ambientes de menor porte, com altíssima eficiência energética, não necessitam de grande capacidade instalada (a média é de 200KW). A experiência adquirida na construção desses Data Centers para ISP's deixou a companhia bem-posicionada para o momento atual onde as empresas corporativas de

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

grande porte estão repensando suas estratégias de nuvem, trazendo para seus domínios parte do processamento que havia migrado devido ao alto custo. Bem como as empresas de médio porte estão buscando opções mais econômicas para suas necessidades, com proximidade física (baixa latência) e com a mesma segurança de grandes Data Centers.

O portfólio atual da WDC inclui racks modulares auto-suficientes, sistemas de energia crítica redundantes, soluções de cooling de precisão, segurança de dados, conectividade em nuvem e sistemas de transmissão de dados de alta capacidade.

A Huawei é o principal fornecedor desse segmento na WDC, oferecendo um portfólio abrangente de soluções para infraestrutura de data centers, incluindo módulos integrados, sistemas de UPS, ar-condicionado de precisão e plataformas inteligentes de gerenciamento de infraestrutura.

Em 2025, o segmento registrou Receita Líquida de R\$ 33,0 milhões, crescimento de 27,4% em relação aos R\$ 25,9 milhões registrados em 2024. O desempenho ainda não reflete o potencial total, pois temos a expectativa de haver incentivos do governo para construção desses centros em 2026.

### iv) INFRAESTRUTURA DE REDES

O segmento de Infraestrutura de Redes é muito abrangente e permeia tudo que se relaciona com conectividade tais como Switches, Roteadores, Access Point Wi-Fi, incluindo cabeamento estruturado, racks, conectores de fibra óptica. As soluções atendem todos os tipos de verticais de mercado, seja Telecom como corporativos. A venda é feita basicamente via canais especializados na modalidade Revenda.

Algumas marcas são referências nesse segmento, tais como Huawei, Grandstream, TP-LINK, Panduit entre outras. A Companhia atua como uma das principais distribuidoras dessas marcas no país, resultado de um relacionamento estratégico de longo prazo que permite à WDC oferecer um portfólio amplo de soluções, aliado a suporte técnico especializado e acesso às inovações dos fabricantes.

Em 2025, o segmento registrou Receita Líquida de R\$ 34,3 milhões, crescimento de 9,1% em relação aos R\$ 31,5 milhões registrados em 2024, mas possui enorme potencial de crescimento. Esse segmento é muito competitivo e tem grandes players internacionais no Brasil, tais como CISCO, JUNIPER, HP, etc. Porém, a capacidade de relacionamento com as Revendas tem sido o diferencial da WDC para conquistar mais canais em todo Brasil

### ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e poderão continuar sendo influenciados por uma ampla gama de fatores. Em especial, o mercado de atuação da Companhia é afetado pelos seguintes fatores:

(i) Estratégia de compras: Um dos fatores críticos para os resultados operacionais da Companhia é a nossa cadeia de compras junto a nossos fabricantes parceiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 tivemos, respectivamente, 51%, 55% e 52% de nossas compras de produtos para comercialização realizadas através de importação.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Sendo assim, estamos expostos a possíveis variações nos custos de importação e respectivos tramites aduaneiros, bem como a riscos diplomáticos de países nos quais esses fornecedores estão inseridos.

(ii) Obsolescência de estoque: Os custos decorrentes da variação de provisão de estoques obsoletos podem impactar materialmente os resultados. Cabe ressaltar que a Companhia oferta o que tem de mais inovador no mercado em se tratando de tecnologia e, a renovação tecnológica pode fazer com que tenhamos produtos que não deixem de ter uma demanda crescente de mercado.

(iii) Crescimento PIB (Produto Interno Bruto): As linhas de produtos nos quais a Companhia está inserida estão suscetíveis ao poder de consumo e desenvolvimento da atividade do país. Os indicadores de PIB tiveram performance +3,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, +3,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e +2,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O aumento da atividade econômica estimula os investimentos e contribuem para aquecer o consumo, os quais estimulam positivamente os negócios em que a Companhia atua.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente as despesas da Companhia (como salários, contratos e materiais de consumo) e, também, custos de produção.

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na Receita Bruta dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 deveram-se aos seguintes fatores:

(i) Variação cambial: A Companhia faz o repasse das variações cambiais dos produtos atrelados ao dólar vendidos aos seus clientes. O repasse é realizado através de atualizações periódicas dos custos de reposição de produtos e recálculo dólar Ptax, considerando a cotação do dia anterior a venda. Dessa forma podemos afirmar que 100% dos custos decorrentes da variação do câmbio são repassados, o que nos protege das flutuações cambiais e nos mantém com margens saudáveis. A Companhia tem exposição à flutuação do câmbio nos seus contratos de moeda estrangeira. Adicionalmente a Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira e possui respectivos instrumentos de derivativos que anulam o risco de variação cambial, vide item 2.1 desse formulário de referência.

(ii) Inflação: Historicamente, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A inflação impacta na aplicação do dissídio dos colaboradores de nossa linha de produção e logística. Sendo esses custos revistos para possíveis ajustes nos preços de venda dos produtos. Os contratos de locação (Despesa) da Companhia são reajustados pelo IGPM. Estamos expostos a possíveis variações de CDI e IPCA, decorrentes dos contratos de empréstimos que temos em vigor. Os contratos de locação no modelo TaaS (Receita) são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

(iii) Revisão tecnológica dos produtos: Com o crescente aperfeiçoamento e investimento em tecnologia, bem como em pesquisas de novo produtos, a evolução tecnológica pressiona para baixo dos preços dos produtos. A Companhia busca sempre diagnosticar as tendências de mercado a fim de se antecipar aos futuros movimentos de mercado.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais impactos no resultado operacional e no resultado financeiro são:

(i) Prazo de pagamento de fornecedores estrangeiros, acarretando em uma exposição de variação cambial.

(ii) A variação cambial gera grande sensibilidade em nossas linhas de estoque de fornecedores estrangeiros. As flutuações cambiais impactam tanto nos custos de importação quanto o resultado financeiro da Companhia.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3 Os diretores devem comentar:

#### a) **mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Pronunciamento contábil aplicado inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para subsidiárias:

- Alterações à IFRS 1 – Adoção inicial as normas de contabilidade – Subsidiária como adotante pela primeira vez;

#### ii) **opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não aplicável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

Em 2025, conforme amplamente divulgado, a Companhia descontinuou toda sua unidade de negócio "Solar". Do ponto de vista econômico, o segmento não contribuía de forma satisfatória.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 8 de janeiro de 2019, a Companhia, adquiriu 100% do capital social da Munddo Comércio e Importação Ltda. ("Munddo"), especializada na distribuição de sistemas inteligentes para automação residencial e predial. A principal motivação para aquisição foi o know-how e relação comercial com fabricantes de tais segmentos.

Em conjunto com os produtos já oferecidos pela Companhia, essa aquisição possibilita a oferta de soluções mais completas aos clientes.

Em 12 de setembro de 2019, como parte da reestruturação societária, a Munddo foi incorporada pela Companhia.

No dia 15 de fevereiro de 2021 os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, o plano de opção de compra de ações da Companhia.

Em 26 de fevereiro de 2025, a Companhia, adquiriu 51% do capital social da Infinite Consulting, especializada em serviços de gerenciamento de redes. A principal motivação para aquisição foi o know-how na prestação dos serviços mencionados, além do avanço da estratégia da Companhia no avanço de serviços.

**c) eventos ou operações não usuais**

Conforme previamente e amplamente divulgado para o mercado, ao longo do ano, a Companhia praticou novas políticas de crédito e cobrança reformuladas no segundo semestre de 2024 com o objetivo de fortalecer os processos de gestão de risco e qualidade dos ativos financeiros.

Os resultados foram muito favoráveis e significativos para as novas safras de vendas a partir de 2025. Contudo, o avanço na recuperação de vencidos de safras de vendas antigas se mostrou insatisfatório, justificando a reclassificação de sua recuperabilidade de possível para remoto.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Desse modo, a Administração recomendou a baixa contábil desses ativos e, em janeiro de 2026, o Conselho de Administração, em decisão unânime, deliberou pela baixa contábil de aproximadamente R\$ 263 milhões em recebíveis vencidos provisionados, vencidos a provisionar, a vencer em balanço (efeito vagão) e no backlog (efeito vagão off-balance) bem como, por fim, os respectivos equipamentos alugados em imobilizado.

Essa baixa não provocou impacto nas projeções operacionais uma vez que, além provisionados contabilmente, também estavam provisionados gerencialmente de modo que, conservadoramente, desconsidera-se devedores duvidosos de sua perspectiva de entradas operacionais.

A baixa contábil de R\$ 263 milhões é composta por:

- Vencidos totalizando R\$162 milhões
  - R\$ 96 milhões provisionados (sem impacto no lucro líquido)
  - R\$66 vencidos com menos de 360 dias
- A vencer de clientes devedores (efeito vagão) totalizando R\$101 milhões:
- Outras baixas correlacionadas à baixa do contas a receber (ex: juros ativos e AVP): R\$ 10 milhões

Outras baixas:

- Ativo Imobilizado: R\$ 30 milhões referente aos contratos de TaaS baixados
- R\$77 milhões do backlog off-balance (sem impacto no lucro líquido)
- Reversão de R\$ 96 milhões de PCLD

A decisão de baixar reflete a convicção da Administração e Conselho de Administração em promover o saneamento do balanço, assegurando que o patrimônio da Companhia seja refletido de forma mais fidedigna. Esse movimento, aliado ao fortalecimento da política de concessão de crédito e ao maior rigor na régua de cobrança, contribui para que a composição dos recebíveis esteja plenamente alinhada às expectativas de qualidade e performance esperadas pelos investidores.

## 2.5 Medições não contábeis

**2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**a) informar o valor das medições não contábeis**

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
<b>Vendas Totais</b>	<b>828.249</b>	<b>965.354</b>	<b>1.151.972</b>
<b>EBITDA</b>	<b>54.480</b>	<b>259.711</b>	<b>231.608</b>
Margem EBITDA	6,25%	31,00%	25,71%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>258.284</b>	<b>271.406</b>	<b>231.608</b>
Margem EBITDA Ajustada	29,62%	32,39%	25,71%
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>-191.773</b>	<b>28.656</b>	<b>-11.876</b>
Margem Lucro Líquido	-22,00%	3,42%	-1,32%
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>28.958</b>	<b>36.374</b>	<b>-11.876</b>
Margem Lucro Líquido Ajustado	3,32%	4,34%	-1,32%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>622.422</b>	<b>589.664</b>	<b>590.350</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>450.439</b>	<b>487.634</b>	<b>488.391</b>
<b>Dívida Líquida / EBITDA Ajustado</b>	<b>1,7</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>
<b>ROIC Ajustado</b>	<b>8,51%</b>	<b>5,03%</b>	<b>3,59%</b>

### Vendas Totais

Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que considera soma do valor nominal dos contratos de locação "TaaS (VGV Locações)" e a Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços de acordo com o IFRS. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venda Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato (Valor Geral de

## 2.5 Medições não contábeis

Vendas de Locações – “VGV Locações”). A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – Internacional Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

### **Valor Novos Contratos TaaS**

O Valor Novos Contratos TaaS é uma medida não contábil que é obtida através da divisão do valor total de Vendas Totais (ou VGV Locações) pela quantidade de novos contratos celebrados no período.

O Valor Novos Contratos TaaS não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelo IFRS emitido pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Valor Médio de Novos Contratos TaaS de maneira diferente da Companhia.

### **EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA, Margem EBITDA LTM e, Margem EBITDA Ajustada e Margem EBITDA LTM Ajustada**

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527/12”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização. O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA LTM (“Last Twelve Months”), correspondendo ao EBITDA calculado considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas, bem como a Margem EBITDA LTM, correspondente ao EBITDA LTM dividido pela receita líquida reconhecida no período de doze meses anterior às datas indicadas.

A Companhia utiliza o EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras

## 2.5 Medições não contábeis

sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM e EBITDA LTM Ajustado, bem como a Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, Margem EBITDA LTM e a Margem EBITDA LTM Ajustada não são medidas de desempenho financeiro elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil BR GAAP, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting.

Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e tampouco devem ser considerados como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicadores do desempenho operacional, alternativas aos fluxos de caixa ou como indicadores de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, EBITDA LTM Ajustado, bem como a Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, Margem EBITDA LTM e a Margem EBITDA LTM Ajustada também não devem ser analisados individualmente. Tais medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA ajustado por (i) despesas relacionadas à tentativa de realização de sua oferta pública inicial de ações no primeiro trimestre de 2021; (ii) despesas não recorrentes pré-operacionais com a abertura da Casa Conectada nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, sendo o início da operação na Colômbia, (iii) despesas não recorrentes com a aquisição empresa Munddo Comércio e Importação Ltda. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, (iv) provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações, registradas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018 e (v) evento extraordinário ocorrido em 2025 relativo a baixa de recebíveis amplamente divulgado neste documento. Para mais detalhes sobre os ajustes contemplados no EBITDA Ajustado, vide tabela de reconciliação constante do item (b) abaixo. Por sua vez, a Margem EBITDA consiste no EBITDA, dividido pela receita líquida. E a Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado, dividido pela receita líquida. Adicionalmente, apresentamos também, com relação aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, o EBITDA Ajustado LTM (“Last Twelve Months”), correspondendo ao EBITDA Ajustado calculado considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas, bem como a Margem EBITDA Ajustada LTM (“Last Twelve Months”), correspondente Margem EBITDA Ajustada, calculada considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas.

### **Lucro Líquido Ajustado e Margem de Lucro Líquido Ajustado**

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu

## 2.5 Medições não contábeis

rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes e a reversão do IR e CSLL. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera os seguintes ajustes: (i) despesas relacionadas à tentativa de realização de sua oferta pública inicial de ações no primeiro trimestre de 2021; (ii) despesas não recorrentes com a aquisição empresa Munddo Comércio e Importação Ltda. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações, registradas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, (iv) despesas não recorrentes pré-operacionais com a abertura da Casa Conectada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e no início da operação na Colômbia e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (v) reversão do IR e CSLL, relativo ao plano de opção de compra de ações da Companhia, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

### **A Margem de Lucro Líquido Ajustado é calculada pela divisão de Lucro Líquido Ajustado pela receita líquida.**

O Lucro Líquido Ajustado e a Margem de Lucro Líquido Ajustado não são medidas de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado e a Margem de Lucro Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia.

### **Dívida Bruta, Dívida Líquida, e Dívida Líquida / EBITDA Ajustado**

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida / EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como substitutos para o fluxo de caixa, bem como não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a soma de empréstimos e financiamentos bancários (circulante e não-circulante), bem como de instrumentos financeiros derivativos líquidos (ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante e passivo não circulante), mútuo com partes relacionadas (passivo circulante), e duplicatas descontadas (passivo circulante).

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Bruta, menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante), e investimento de curto prazo (ativo circulante).

A Dívida Líquida / EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado.

## 2.5 Medições não contábeis

### ROIC

O Retorno sobre o Capital Investido, também conhecido como ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) é uma medida não contábil que é obtida pela divisão do Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social depois de imposto de renda e contribuição social (NOPAT) pelo Capital Investido. O capital investido por sua vez, é a somatória do capital investido nas atividades operacionais da Companhia composto pelo Patrimônio Líquido e Dívida Bruta, Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo. Entendemos que a média do capital investido entre o período corrente e anterior reflete melhor o desempenho da Companhia em função do crescimento acelerado.

O ROIC não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira diferente da Companhia.

### b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

#### Vendas Totais

Vendas Totais (Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	2024	2023
(+) Receita Bruta Vendas	659.843	619.020	737.620
(+) TaaS (VGV Locações)	168.406	346.334	414.352
<b>Vendas Totais</b>	<b>828.249</b>	<b>965.354</b>	<b>1.151.972</b>

#### Valor Médio de Novos Contratos TaaS

Novos Contratos TaaS (Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
TaaS (VGV Locações)	168.406	346.334	414.352
Quantidade de novos contratos celebrados (#)	755	1467	995
<b>Valor Novos Contratos TaaS (Média R\$ mil/contrato)</b>	<b>223</b>	<b>236</b>	<b>313</b>

**2.5 Medições não contábeis****EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, EBTIDA LTM e Margem EBTIDA Ajustada LTM**

<b>Reconciliação EBITDA</b> (Em milhares de reais, exceto %)	<b>Exercício social findo em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>871.847</b>	<b>837.880</b>	<b>900.718</b>
<b>Lucro Líquido do período</b>	<b>-191.773</b>	<b>28.656</b>	<b>-11.876</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	21.241	-13.312	4.236
(+) Resultado financeiro, líquido	-75.933	-17.380	-52.496
(+) Depreciação e amortização	191.284	200.364	195.223
<b>EBITDA</b>	<b>54.480</b>	<b>259.711</b>	<b>231.608</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>6,25%</b>	<b>31,00%</b>	<b>25,71%</b>
(+) Custos de Exercícios anteriores <sup>1</sup>	17.584	10.519	-
(+) Despesas M&A <sup>2</sup>	0	1.119	-
(+)	0	-	-
Remuneração Variável Baseado em Ações <sup>3</sup>	0	-	-
Despesas não recorrentes <sup>4</sup>	203.772	-	-
(-) Reversão IR e CSLL		-3976	-
(+) Despesas Pré-Operacionais	31	56	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>258.284</b>	<b>271.406</b>	<b>231.608</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada (%)</b>	<b>29,62%</b>	<b>32,39%</b>	<b>25,71%</b>

## 2.5 Medições não contábeis

- (1) Custos de Exercícios anteriores: Custos não contabilizados em 2022 e 2023, reconhecidos em 2024.
- (2) Despesas M&A: despesas não recorrentes em diligências.
- (3) Despesas Remuneração Variável Baseado em Ações: provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações.
- (3) Despesas não recorrentes relacionadas a baixa de recebíveis com baixa previsão de recuperabilidade.

### Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado

Reconciliação Dívida Bruta e Dívida Líquida	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
(em R\$ milhares, exceto %)			
(+) Empréstimos e Financiamentos	615.643	580.037	573.546
Circulante	257.911	185.219	63.633
Não Circulante	357.732	394.818	509.913
(+) Partes Relacionadas circulante (Mútuo)	-	-	-
(+) Duplicatas Descontadas circulante	-	-	-
(+) Arrendamento Mercantil	6.779	10.376	11.530
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	-	749	5.274
<b>Dívida Bruta</b>	<b>622.422</b>	<b>589.664</b>	<b>590.350</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	171.983	102.030	(101.959)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>450.439</b>	<b>487.634</b>	<b>488.847</b>

Reconciliação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
(em R\$ milhares, exceto %)			
<b>Dívida Líquida</b>	<b>450.439</b>	<b>487.634</b>	<b>488.391</b>
<b>EBITDA Ajustado LTM</b>	<b>258.284</b>	<b>271.406</b>	<b>231.608</b>
<b>Dívida Líquida / EBITDA Ajustado</b>	<b>1,74</b>	<b>1,80</b>	<b>2,11</b>

## 2.5 Medições não contábeis

### ROIC

Reconciliação ROIC (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social Ajustado (1)	67.000	59.348	36.385
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (2)	21.241	13.312	4.236
<b>Lucro Operacional Depois de Impostos (A) (3)</b>	<b>88.241</b>	<b>46.036</b>	<b>40.621</b>
(+) Patrimônio Líquido (B)	466.360	665.846	635.111
(+) Dívida Bruta (C)	622.422	589.664	590.350
(-) Caixa e equivalentes de caixa (D)	(171.983)	(102.030)	(101.959)
<b>Capital Investido (F = B + C + D)</b>	<b>916.799</b>	<b>1.153.480</b>	<b>927.710</b>
<b>Média Capital Investido (2 anos)</b>	<b>1.037.229</b>	<b>1.138.491</b>	<b>1.131.009</b>
<b>ROIC</b>	<b>8,5%</b>	<b>4,0%</b>	<b>3,59%</b>

(1) Saldos divulgados considerando o período de doze meses.

(2) Saldos divulgados considerando o período de doze meses.

(3) NOPAT: Net Operating *Profit After Taxes* ou Lucro Operacional Líquido Após os Impostos.

**c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

#### Vendas Totais

As Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa a somadas vendas faturadas. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venda Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato. A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta

## 2.5 Medições não contábeis

o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

### **Valor Médio de Novos Contratos TaaS**

O Valor Médio de Novos Contratos TaaS é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa o Valor Total dos novos contratos vendidos na modalidade TaaS no período dividido pela quantidade total de contratos vendidos no mesmo período.

A Companhia apresenta o Valor Médio de Novos Contratos TaaS como indicador de eficiência de vendas (venda de serviços agregados).

### **EBITDA**

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois apresenta o resultado das atividades ligadas ao seu desempenho operacional, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

### **Margem EBITDA**

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

### **EBITDA Ajustado**

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

### **Margem EBITDA Ajustada**

A Companhia apresenta a Margem EBITDA Ajustada como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Além disso, a Margem EBITDA Ajustada demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

## 2.5 Medições não contábeis

### **EBITDA Ajustado LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses)**

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses) como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional do período dos últimos 12 meses, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

### **Margem EBITDA Ajustada LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses)**

A Companhia apresenta a Margem EBITDA Ajustada LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses) como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional do período dos últimos 12 meses, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Além disso, a Margem EBITDA Ajustada LTM demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

### **Lucro Líquido Ajustado**

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera o ajuste com as despesas de remuneração variável baseado em ações não recorrentes e a reversão do IR e CSLL, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

### **Margem Lucro Líquido Ajustado**

A Companhia apresenta a Margem Lucro Líquido Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro para os acionistas, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

### **Dívida Bruta e Dívida Líquida**

Entendemos que a Dívida Bruta e a Dívida Líquida, indicadores não contábeis utilizados pela nossa administração, são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

### **ROIC**

## 2.5 Medições não contábeis

A Companhia apresenta o ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) como medida de retorno sobre o capital investido da Companhia, ou seja, considera o capital empregado para as atividades da Companhia.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

Não há qualquer evento relevante que deva ser reportado.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

#### a) regras sobre retenção de lucros

Em 2023, não houve constituição de reserva de lucros, devido a Companhia ter reportado prejuízo de R\$ 11.875.528,86. Em 2024, o lucro do exercício foi R\$ 28.656.096,13, dos quais R\$15.163.923,66 foram destinados à investimentos em subvenções e R\$ R\$ 1.432.804,81 destinado a constituição da reserva legal. Em 2025, não houve constituição de reserva de lucros, devido a Companhia ter reportado prejuízo de R\$191.723.171,44 (cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

#### b) regras sobre distribuição de dividendos

Como consta da Lei das Sociedade por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

#### c) periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade é uma vez ao ano.

#### d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

#### e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Companhia praticou novas políticas de crédito e cobrança reformuladas no segundo semestre de 2024 com o objetivo de fortalecer os processos de gestão de risco e qualidade dos ativos financeiros.

Os resultados foram muito favoráveis e significativos para as novas safras de vendas a partir de 2025. Contudo, o avanço na recuperação de vencidos de safras de vendas antigas se mostrou insatisfatório, justificando a reclassificação de sua recuperabilidade de possível para remoto.

Desse modo, a Administração recomendou a baixa contábil desses ativos e, em janeiro de 2026, o Conselho de Administração, em decisão unânime, deliberou pela baixa contábil de aproximadamente R\$ 263 milhões em recebíveis vencidos provisionados, vencidos a provisionar, a vencer em balanço (efeito vagão) e no backlog (efeito vagão off-balance) bem como, por fim, os respectivos equipamentos alugados em imobilizado.

Essa baixa não provocou impacto nas projeções operacionais uma vez que, além provisionados contabilmente, também estavam provisionados gerencialmente de modo que, conservadoramente, desconsidera-se devedores duvidosos de sua perspectiva de entradas operacionais.

A baixa contábil de R\$ 263 milhões é composta por:

- Vencidos totalizando R\$162 milhões
  - o R\$ 96 milhões provisionados (sem impacto no lucro líquido)
  - o R\$66 vencidos com menos de 360 dias
- A vencer de clientes devedores (efeito vagão) totalizando R\$101 milhões:
- Outras baixas correlacionadas à baixa do contas a receber (ex: juros ativos e AVP): R\$ 10 milhões

Outras baixas:

- Ativo Imobilizado: R\$ 30 milhões referente aos contratos de TaaS baixados
- R\$77 milhões do backlog off-balance (sem impacto no lucro líquido)

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- Reversão de R\$ 96 milhões de PCLD

Nos anos de 2024 e 2023 não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais

### ii) **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

### iii) **contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

### iv) **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2025, 2024 e 2023.

### b) **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2025, 2024 e 2023.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

A baixa dos recebíveis ocorrida em 2025 não provocou impacto nas projeções operacionais uma vez que, além provisionados contabilmente, também estavam provisionados gerencialmente de modo que, conservadoramente, desconsidera-se devedores duvidosos de sua perspectiva de entradas operacionais.

2024 e 2023 não aplicável.

**b) natureza e o propósito da operação**

A decisão de baixar reflete a convicção da Administração e Conselho de Administração em promover o saneamento do balanço, assegurando que o patrimônio da Companhia seja refletido de forma mais fidedigna. Esse movimento, aliado ao fortalecimento da política de concessão de crédito e ao maior rigor na régua de cobrança, contribui para que a composição dos recebíveis esteja plenamente alinhada às expectativas de qualidade e performance esperadas pelos investidores.

2024 e 2023 não aplicável.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Montante das baixas de 2025 já reportado no item 2.8.

2024 e 2023 não aplicável.

## 2.10 Planos de negócios

### **2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos, incluindo:**

**i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Parte da estratégia da Companhia é o modelo de vendas TaaS no qual o cliente aluga o bem ao invés de comprar e realizar investimentos em ativo imobilizado. Esse modelo requer que a Companhia faça investimentos constantes em ativos imobilizado, o que justifica o incremento em nosso imobilizado líquido (i.e. valor de aquisição do bem, menos as baixas por vendas ou descarte e depreciação), o qual era de R\$412.858 mil em 31 de dezembro de 2023, de R\$388.070 mil em 31 de dezembro de 2024 e de R\$262.638 mil em 31 de dezembro de 2025. Acreditamos que esse modelo gera benefícios para nossos clientes e para a Companhia. Como consequência da continuidade dessa estratégia, devemos continuar com um expressivo imobilizado líquido na Companhia.

Em 2023 a WDC divulgou seu reposicionamento estratégico, o qual acrescentaremos ao modelo simples de distribuição de produtos, a oferta de soluções completas a parceiros de negócios e clientes. A ideia é acessarmos novas verticais de mercado e por meio de projetos, atrair novos cliente e maiores tickets.

**ii) fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia pretende manter suas fontes atuais de financiamento, quais sejam: (i) recursos próprios e (ii) recursos de terceiros (empréstimos) contraídos com a finalidade específica de expansão para compra de ativo imobilizado (Capex) e expansão do modeloTaaS.

**iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

A Companhia adquiriu ativos da Axyon em 2018 e a totalidade do capital social da Munddo em

## 2.10 Planos de negócios

2019. Essas aquisições foram importantes do ponto de vista de ampliação do portfólio de produtos e serviços. Conseguimos integrar essas operações a nossa estrutura sem qualquer evento material e de forma rápida. Em 2020 observamos expressiva evolução nas vendas dos produtos dessas duas empresas que representaram mais do 4 vezes a soma das receitas das duas empresas em 2018. Em 2025, a Companhia concluiu a operação junto a Infinite Consulting, resultando na aquisição de 51% do capital social da Infinite. Aquisição estratégica da WDC para ampliar sua estratégia no fornecimento de serviços.

**c) novos produtos e serviços, indicando:**

**i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

No processo de aquisição à Infinite Consulting, a Companhia desembolsou a quantia de R\$ 1.150 mil.

**d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Não aplicável.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há nada a ser acrescentado, além do que já fora reportado nesta seção.

### **3.1 Projeções divulgadas e premissas**

#### **3.1 Projeções divulgadas e premissas**

Nos termos da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

## **3.2 Acompanhamento das projeções**

### **3.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

Nos termos da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, optamos por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### 4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários da Companhia envolve exposição a determinados riscos, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. As atividades, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez, a participação de mercado, as margens, as perspectivas, os setores de atuação, os valores de mercado de nossos valores mobiliários e/ou nossos negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir bem como em decorrência das informações contidas neste Formulários de Referência, nas nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que conhecemos e que acreditamos que podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente por nós ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão nos afetar adversamente de forma relevante.

Para fins desta Seção 4, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o indicar, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá ou para nós, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Os termos "nós", "nosso", ou "Companhia", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. e nossas controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

#### (a) riscos relacionados à Companhia

##### **O endividamento da Companhia pode afetar sua capacidade de crescimento.**

O crescimento da Companhia depende de investimentos relevantes financiados, em parte, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo da Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2023 somaram R\$590.350, em 31 de dezembro de 2024 somaram R\$ 589.664 mil e em 31 de dezembro de 2025 somaram R\$ 615.643 mil.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (covenants) previstas em determinados contratos financeiros de que é parte que limitam a capacidade de obter novos financiamentos ou refinar o endividamento existente. Além disso, os contratos contêm restrições a novas captações em certas condições, como por exemplo, no caso de as referidas captações impossibilitarem a manutenção pela Companhia de certos índices financeiros estabelecidos contratualmente.

Dessa forma, a Companhia poderá não ser capaz de contrair novas dívidas para financiar sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital sem a prévia autorização de seus atuais credores ou poderá ser obrigada a pagar antecipadamente determinados empréstimos e financiamentos atualmente contratados, o que poderá afetar sua capacidade de crescimento.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não seja capaz de atender os referidos covenants em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, pode vir a ocorrer o vencimento antecipado de seus contratos, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em outros contratos, o que pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e em sua situação financeira.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, ver Seção 2 deste Formulário de Referência.

**A Companhia depende dos sistemas de transportes e infraestrutura, nacionais e internacionais, para importação e entrega dos produtos aos clientes. Eventos relacionados a estes fatores podem resultar em atrasos e riscos de entrega.**

O sucesso da operação da Companhia está atrelado, dentre outros fatores, à sua capacidade de gerenciar a logística envolvida na comercialização dos produtos. Dessa forma, várias etapas da operação da Companhia (incluindo a compra de matéria prima, a importação de produtos, a venda de produtos) dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, o que inclui portos, aeroportos, rodovias e demais meios de transporte utilizados pela Companhia e por seus prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta muitos problemas que dificultam um funcionamento eficiente, incluindo o elevado custo da mão-de-obra especializada, a saturação e a falta de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura portuária e aeroportuária, a elevada carga tributária incidente sobre essas operações e o precário estado de conservação viária e da frota de transportes. Além disso, destacam-se como obstáculos as constantes interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde atuamos, resultantes, por exemplo, de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes (a exemplo da paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas ou outras causas inesperadas que podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de comercializar os nossos produtos e serviços, bem como ocasionar queda em nossas vendas e perda de clientes existentes, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

A Companhia possui dependência relevante de uma ampla estrutura logística internacional, utilizada para os processos de importação dos produtos e insumos que compõem as suas soluções, incluindo armadores, armazenagem portuária, entre outros.

Dessa forma, quaisquer eventos adversos, interrupções ou reduções significativas nos serviços prestados no funcionamento das infraestruturas de transporte internacional, como redução da frota de armadores e escassez de contêineres, podem igualmente atrasar ou impedir a entrega dos produtos e serviços comercializados pela Companhia, afetando adversa e negativamente os nossos negócios, resultados e condição financeira.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mau funcionamento de seus produtos, que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos.

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos cuja identificação não

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo, mas não se limitando a: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; e (viii) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los, ou mesmo a impossibilidade de corrigi-los tempestivamente, podem afetar adversamente a nossa reputação, os nossos resultados e a nossa condição financeira.

### **Podemos enfrentar dificuldades em atrair e reter funcionários qualificados.**

O sucesso dos nossos negócios depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado que atue em equipes comerciais, técnicas e administrativas, entre outras. Ademais, uma eventual conjuntura econômica de crescimento poderá influenciar a capacidade de retenção de colaboradores, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos, elevando a taxa de rotatividade de pessoal (turn-over).

Adicionalmente, há forte e contínua concorrência no setor em a Companhia atua quanto à contratação de profissionais nas áreas operacional e técnica. Se não conseguirmos atrair novos talentos e/ou treinar e manter funcionários com as necessárias qualificações para dar apoio às operações, poderemos sofrer um efeito adverso relevante sobre os negócios, situação financeira, bem como valores das ações de nossa emissão.

### **Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.**

O tratamento de dados pessoais no Brasil era regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa, como por exemplo na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14). No entanto, em 14 de agosto de 2018, foi publicada a LGPD, a qual regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, de forma geral e estabelece os princípios a serem observados por todos os setores da economia nas operações de tratamento de dados pessoais, independentemente da forma como o dado pessoal é coletado, inclusive em meio digital, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia, podendo nos gerar custos adicionais, em virtude da necessidade de adequação de nossas operações de tratamento de dados pessoais às disposições da LGPD. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir de 1º de agosto de 2021, em virtude da promulgação da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos, transferências e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, e autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD cumprimento das disposições da LGPD.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Não podemos garantir que a nossa infraestrutura de proteção de dados que será à prova de falhas ou que será suficiente para evitar incidentes de cibersegurança, como, por exemplo, acessos indevidos por hackers e consequente vazamentos de CPFs e CNPJs por empresas de proteção ao crédito, a exemplo do ocorrido em meados de janeiro de 2021, e que nossos processos atendam a todas as regras estabelecidas na legislação vigente.

Neste caso, independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD terá como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da ANPD ter iniciado o seu trabalho, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, podemos estar sujeitos às sanções previstas na LGPD, de forma isolada ou cumulativa, quais sejam, de advertência, com condição de prazo para adoção de medidas corretivas, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% do faturamento (excluindo tributos) da sociedade infratora, do seu grupo ou conglomerado no Brasil conforme apurado no seu último exercício social, até o montante global de R\$50.000 mil por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado.

Além disso, poderemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por nós causados e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nossas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Dessa forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados por nós, bem como eventual inadequação de nossas práticas e modelo de negócios à LGPD, podem resultar em custos e afetar adversamente os nossos resultados.

A Companhia pode ser responsabilizada pelo vazamento de dados pessoais de seus clientes armazenados em sua base de dados, já que possui em sua base os dados das pessoas físicas que são pontos de contato nestes clientes corporativos.

**As nossas vendas no mercado internacional estão sujeitas a uma ampla gama de riscos associados a operações transnacionais.**

As vendas no mercado externo representaram 3,0% em 31 de dezembro de 2023, 7,2% em 31 de dezembro de 2024 e 5,8% em 31 de dezembro de 2025 da receita líquida da Companhia. No mercado externo, mantemos operações principalmente na Colômbia e nos EUA, onde estamos sujeitos a muitos dos mesmos riscos em relação ao Brasil, como, por exemplo, condições econômicas, políticas, sociais, e de fornecimento para determinadas regiões.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

As nossas atividades, assim como nossa situação financeira e resultados operacionais, podem ser adversamente afetadas por mudanças políticas e regulamentações governamentais dos países que compõem o mercado em que atuamos fora do Brasil, envolvendo questões tais como:

- política monetária (cambial e taxas de juros);
- deterioração das condições econômicas globais;
- riscos políticos, como turbulência e instabilidade, controles cambiais e incerteza em relação às políticas do governo;
- diminuição da demanda;
- restrições a remessas internacionais, como a imposição de aumento de tarifas, antidumping ou outras barreiras comerciais não-tarifárias;
- greves ou outros eventos que afetem os portos e outras instalações de transporte; conformidade com diferentes regimes legais e regulamentares estrangeiros;
- acesso a infraestrutura adequada, que pode ser afetada por inundações ou eventos similares, escassez de água e energia; e
- mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Além disso, podemos vir a expandir as nossas vendas para outros mercados internacionais, aumentando nossa exposição aos riscos exemplificados acima.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio de parcerias estratégicas ou de emissão de valores mobiliários, por exemplo, o que poderá resultar em uma potencial diluição da participação do investidor em seu capital social.

Tendo em vista que a natureza das operações da Companhia requer volume intensivo de capital, a Companhia poderá analisar alternativas e considerar possibilidades de parcerias estratégicas, venda de ativos e captações adicionais por meio de operações de emissão pública ou privada de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de sua emissão.

Qualquer parceria estratégica ou captação de recursos por meio da distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações pode resultar em alteração no preço de mercado das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos que envolvem suas atividades e está exposta a riscos que podem não estar cobertos pelas suas apólices de seguro ou cujas coberturas podem ser inadequadas para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações e a Companhia não pode garantir que conseguirá manter a cobertura atual, o que pode afetá-la adversamente.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos de interrupção de suas atividades, dentre eles o risco de interrupção de atividades de armazenagem e operações portuárias. Além disso, a Companhia não mantém cobertura para interrupções de atividades causadas por disputas trabalhistas em nenhuma de suas operações. Caso ocorram paralisações promovidas por seus empregados, estas podem ter um efeito negativo substancial sobre a Companhia. Ademais, a Companhia não possui seguro de seus ativos contra guerra, atos de terrorismo ou eventos desta

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

natureza. Portanto, danos e interrupções de atividades causados por esses motivos podem ter um efeito negativo substancial na condição financeira ou resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que existem apólices ou que a cobertura dos seguros por ela contratada estará disponível ou que será suficiente para cobrir danos decorrentes de sinistros. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, pode afetar adversamente as receitas, despesas, imagem e negócios da Companhia. Mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais. Além disso, no caso de eventos segurados, a cobertura de seguros da Companhia está condicionada ao pagamento de prêmios de seguro. O não pagamento desses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em risco, uma vez que os danos poderão não estar sujeitos à cobertura da seguradora, mesmo que segurados.

Nem todas as perdas ou responsabilidades que possam ser incorridas nas operações da Companhia são passíveis de transferência de risco por meio de seguro. Além disso, a Companhia estará sujeita ao risco de não conseguir manter ou obter seguro do tipo e no montante desejado por preços razoáveis, ou que conseguirá fazê-lo com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares, o que poderá gerar maiores custos à Companhia. Assim, se a Companhia incorrer em uma responsabilidade significativa para a qual não esteja inteiramente segurada, seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A nossa falha em pagar tais prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

**Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em atuais e futuros processos judiciais, administrativos ou arbitrais envolvendo a Companhia e/ou seus administradores podem nos afetar adversamente.**

A Companhia e seus administradores são e podem ser, no futuro, partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais relevantes, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, regulatória, ambiental, criminal, dentre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados destes processos nos serão favoráveis ou serão favoráveis aos membros de nossa administração, ou, ainda, que constituiremos e/ou manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Além disso, nós e nossos administradores, conforme o caso, incorreremos em custos com honorários advocatícios para o patrocínio desses processos, além de podermos ser obrigados a oferecer garantias ou sofrermos contrições em tais processos, o que poderá reduzir nossa liquidez e afetar nossa condição financeira.

O nosso envolvimento ou de nossos administradores em processos que causem dano à nossa imagem, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados, podem nos causar um efeito adverso relevante, inclusive à nossa reputação.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de cumprir as cláusulas restritivas (covenants) impostas em nossos contratos de financiamento, o que poderá configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros e, conseqüentemente, afetar adversamente a Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants) de acordo com os termos e as condições dos contratos de financiamento e dos documentos que formalizam seus títulos de dívida, que incluem disposições de vencimento antecipado caso sejam verificadas determinadas situações, como decretação de falência, pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, alteração de sua composição acionária, entre outras.

Caso a Companhia não cumpra com as cláusulas previstas em tais contratos financeiros, e caso não seja capaz de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado (waiver) a Companhia poderá ser obrigada a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, o que pode afetar adversamente seu resultado. Ainda, alguns dos instrumentos de dívida possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross default e cross acceleration), de modo que estes instrumentos poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia. Em decorrência de custos altos ou falta de crédito juntos a instituições financeiras, a Companhia pode não ser capaz de obter novos financiamentos junto a instituições financeiras ou pode enfrentar restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos covenants financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações.

O vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão limitar o acesso da Companhia a novas linhas de financiamento, consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e a condição financeira da Companhia.

Caso parte relevante ou todos os nossos contratos financeiros sejam vencidos antecipadamente, nossa situação financeira e, conseqüentemente, nossa capacidade de pagamento de dívidas será afetada de forma material e adversa, podendo resultar em nossa insolvência. Adicionalmente, podemos enfrentar dificuldades ou limitações no acesso a novas linhas de financiamento, o que pode prejudicar a execução de nosso plano de investimentos, afetando de forma material e adversa nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o acionista ou o grupo de acionistas que atingir participação igual ou superior a 25% do capital social estará obrigado a efetivar uma OPA por Atingimento de Participação Relevante, o que poderá impedir ou dificultar operações de interesse dos demais acionistas que poderiam gerar um benefício para Companhia.

Nos termos do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia, e observadas as demais disposições previstas no Estatuto Social, o acionista ou grupo de acionistas que atingir, de forma direta ou indireta, a titularidade de ações de emissão da Companhia (ou quaisquer direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia), em quantidade igual ou superior a 25% do capital social da Companhia, seja por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações, de titularidade dos nossos demais acionistas (OPA por Atingimento de Participação Relevante). O preço de aquisição por ação da OPA por Atingimento de Participação Relevante não poderá ser inferior ao maior preço pago pelo novo acionista relevante nos 12

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC. Tal disposição poderá vir a impedir ou dificultar operações de interesse dos acionistas da Companhia e, inclusive em benefício da Companhia.

Falhas em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos padrões de ética e conduta da Companhia em nossos sistema, políticas e processos de gestão e controle de riscos e compliance por nossos administradores, empregados e fornecedores, incluindo violações de leis e regulamentos de combate à fraude, corrupção e suborno, podem ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossa reputação e nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação das ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos contrários à administração pública, praticados por seus dirigentes, administradores, colaboradores ou terceiros que atuem em nosso nome ou benefício. A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, por atos contra a Administração Pública praticados por colaboradores ou quaisquer terceiros que agem em nome, interesse ou benefício da Companhia, pode resultar em sanções aplicadas tais como multas, perda de bens, direitos e valores ilícitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e confisco de ativos, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Os controles internos de procedimentos de conformidade da Companhia podem não ser suficientes para prevenir ou detectar todas as condutas inapropriadas, fraudes ou violações da legislação aplicável ou das políticas internas da Companhia por seus empregados, administradores, fornecedores e outros agentes, partes relacionadas e investidas ou assegurar que todos atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 8.666/1996, a Lei nº 9.613/1998, a Lei Anticorrupção, Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000 e o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006. As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilícitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados da Companhia. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia pode estar sujeita a violações de seus controles internos, leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, que podem levar a penalidades nas esferas administrativa, cível e penal, tais como (i) reparação integral dos danos causados; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da nossa Companhia; (v) proibição ou suspensão das nossas atividades;

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

(vi) dissolução compulsória da nossa Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à nossa reputação ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados de operações e condição financeira.

A Companhia não tem como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos dessas investigações ou alegações envolvendo a Companhia, ou quaisquer de nossas afiliadas, diretores, empregados, terceiros agindo em seu nome ou membros do Conselho de Administração. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Caso surjam investigações, alegações ou desdobramentos, a reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das ações ordinárias da Companhia, poderão ser adversamente afetados.

### **A Companhia está sujeita a imposição de penalidades no âmbito da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).**

A Companhia possui atualmente contratos celebrados com entes públicos regidos pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). Caso a Companhia não seja capaz de cumprir os requisitos estabelecidos pela referida lei, estará sujeita à imposição de penalidades.

Nesse sentido, o artigo 83 da Lei nº 13.303/2016 permite que as empresas estatais apliquem, pela inexecução total ou parcial do contrato, sanções de (i) advertência, (ii), multa, e (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

A aplicação dessas sanções pode resultar em despesas significativas, impactos reputacionais, discussões administrativas e judiciais e prejuízo na nossa capacidade de renovar ou celebrar novos contratos com a entidade sancionadora.

A Companhia pode não conseguir identificar falhas e erros nos processos de produção, compras, importação e comercialização de produtos, o que poderá prejudicar a qualidade de seus produtos e serviços e acarretar aumentos de despesas com assistência técnica. Adicionalmente, falhas ou brechas de nossos sistemas de tecnologia da informação podem interromper nossas operações e impactar adversamente nossos negócios.

A Companhia está sujeita a ocorrência de falhas na gestão de qualidade no processo de compra de insumos, produção, montagem, distribuição e/ou nos componentes utilizados que podem gerar um aumento do índice de falhas dentro do prazo de garantia e gerar uma elevação das despesas com assistência técnica. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo, mas não se limitando a: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação de nossos produtos no mercado; (vi) possíveis ações indenizatórias; (vii) e problemas reputacionais no mercado. A

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a nossa reputação, resultados e condição financeira.

Adicionalmente, a tecnologia da informação é uma parte importante do nosso negócio e dependemos dos nossos sistemas para suportar e gerenciar os dados das nossas operações e aumentar a eficiência nas unidades fabris e no processo de fabricação de nossos produtos e de gerenciamento de estoques. Nós também utilizamos tecnologia da informação para processar as informações financeiras e resultados para reportes internos e para atender as leis e regulamentação fiscais. Além disso, dependemos da tecnologia da informação para o marketing digital e comunicações eletrônicas entre nossas centrais de operação, lojas, pessoal, clientes e fornecedores. Ainda, temos um portfólio de produtos e softwares distribuídos no mercado que dependem de sistemas de tecnologia da informação para funcionamento.

**A perda de pessoas-chave de nossa administração e de áreas estratégicas da Companhia ou a incapacidade de atrair ou reter pessoas qualificadas para cargos de alta relevância poderão causar efeitos adversos nas operações.**

A Companhia depende de alguns membros da nossa administração, especialmente com relação à definição e à implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações. Estamos sujeitos ao risco de que tais pessoas-chave deixem de integrar o nosso quadro de colaboradores. Nesse caso, poderemos enfrentar dificuldades para a contratação de novas pessoas-chave com as mesmas qualificações. Para que tenhamos capacidade de reter ou repor pessoas-chave em nosso quadro de colaboradores, poderá ser necessária uma alteração na nossa política de remuneração, o que poderá acarretar em aumento nos nossos custos e despesas.

Não há garantia de que seremos bem-sucedidos em atrair ou reter pessoas-chave para nossa administração. Caso qualquer dessas pessoas-chave da nossa administração deixe de exercer suas atuais atividades por qualquer motivo, poderemos sofrer um impacto adverso relevante em nossas operações, o que poderá afetar nossos resultados e condição financeira.

**Violações, interrupções ou falhas dos nossos sistemas de tecnologia da informação, incluindo como resultado um possível ataque cibernético, podem interromper nossas operações e resultar em impactos adversos e significativos à sua reputação e aos nossos negócios.**

Os sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia são parte essencial do funcionamento dos nossos negócios, os quais dependem de sistemas computadorizados para gerenciar informações e aumentar a eficiência de nossas unidades de produção e armazenagem, bem como dos processos de gestão de estoques. A título de exemplo, a Companhia utiliza diversos sistemas de tecnologia da informação para processar informações financeiras e resultados operacionais em relatórios internos e atender às exigências regulatórias e legais. Além disso, dependemos de sistemas de tecnologia da informação para realizar atividades de publicidade e marketing digital e nos comunicar, por meio de mensagens eletrônicas, com nossas unidades produtivas, nosso pessoal, nossos clientes e nossos fornecedores.

Nesse sentido, é relevante destacar que os sistemas de tecnologia da informação que utilizamos podem estar vulneráveis a uma variedade de interrupções, ameaças e incidentes relacionados a ataques cibernéticos. No ambiente atual, nossas atividades estão sujeitas a riscos relacionados à segurança cibernética e privacidade, incluindo hackers criminosos, hacktivistas, espionagem industrial, má conduta de funcionários, erro humano ou falha tecnológica.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Tais circunstâncias podem resultar, por exemplo, em acesso não autorizado, divulgação, modificação, uso indevido, perda ou destruição de informações comerciais, dados pessoais ou sistemas, incluindo aqueles que pertencem a nós, aos nossos clientes ou a terceiros; roubo de dados confidenciais, incluindo dados pessoais; perda de acesso a dados ou sistemas críticos através de ransomware, ataques destrutivos ou outros meios; erros de transação; atrasos nos negócios; e interrupções no serviço ou no sistema.

Uma violação bem-sucedida dos seus sistemas, softwares ou hardwares, redes e sistemas de tecnologia de dados ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um longo período antes de ser devidamente detectada e a Companhia pode não ser capaz de lidar, ou de fazê-lo tempestivamente com as consequências de tais incidente. Além disso, os ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação e a Companhia poderá não ser capaz de desenvolver ou obter meios para a neutralização de tais incidentes, ou fazê-lo em tempo hábil, visando evitar danos a seus produtos e à prestação de nossos serviços.

A nossa ineficiência em impedir falhas de segurança, incluindo falhas que impeçam nossos sistemas de funcionarem como desejado (inclusive ocasionando problemas de desempenho de sistemas), mesmo por um período limitado de tempo, poderá causar erros de transação, ineficiências de processos, perdas de vendas, vazamento de informações de clientes, afetar a funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade dos nossos sistemas e resultar em despesas significativas para nós e/ou perda de participação de mercado para outros provedores de comunicações afetando, inclusive, a nossa reputação. Os custos associados a um grande ataque cibernético poderiam onerar nossos clientes e parceiros de negócios, aumentar os nossos gastos com medidas de segurança cibernética e afetar a nossa receita em razão de eventuais interrupções de negócios e litígios. Adicionalmente, a nossa falha em antever uma interrupção sistêmica e/ou um ataque cibernético poderá nos sujeitar a ações judiciais por reparação de danos e a perdas financeiras em razão da reposição de produtos inutilizados, provocando, dessa forma, um impacto negativo em nossos negócios e em nossa reputação.

Qualquer destes acontecimentos, pode nos sujeitar, direta e indiretamente, a responsabilizações, ou processos judiciais, arbitrais e administrativos. Somado a isto, poderemos, ainda, estar sujeitos à perda de clientes existentes ou potenciais, perda de vendas, danos à marca, reputação e outras perdas financeiras. Além disso, se não formos capazes de evitar violações à segurança, poderemos sofrer danos ou penalidades financeiras e de reputação devido à divulgação não autorizada de informações confidenciais pertencentes a nós ou a nossos parceiros, clientes, consumidores ou fornecedores.

O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética e implementar medidas de remediação podem ser significativos e/ou ser insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros. Além disso, esses custos podem não ser cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia, ou as apólices contratadas podem ser insuficientes.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes, e durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão de dano ou a melhor forma de remediá-lo.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

O nosso risco de segurança cibernética também depende de fatores como as ações, as práticas e os investimentos de clientes, contratados, parceiros de negócios, fornecedores e terceiros. Não podemos garantir que as medidas e planos de recuperação por nós implementados serão bem-sucedidos na prevenção de ataques de segurança cibernética, incidentes gerais de segurança de informações ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação. Além disso, à medida que os nossos negócios e o cenário de segurança cibernética evoluam, poderão ser necessários investimentos adicionais significativos para proteger nossa infraestrutura de tecnologia de dados e informações, o que poderá afetar adversamente a nossa condição financeira, nossa reputação e os resultados das nossas operações.

O ambiente regulatório em relação às questões de segurança cibernética, privacidade e proteção de dados é cada vez mais complexo e pode ter impactos nos nossos negócios, incluindo aumento de riscos, custos e das obrigações de conformidade. Para maiores informações, veja o risco Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções”.

**A Companhia depende de suas fábricas para a montagem de parcela significativa de seus produtos comercializados. As operações fabris estão sujeitas a atrasos e falhas que podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.**

A Companhia depende de suas fábricas para a montagem de parcela significativa de seus produtos comercializados. As operações fabris estão sujeitas a riscos de eventos adversos de diversas naturezas como, por exemplo, interrupções no funcionamento de suas fábricas, causadas por intempéries naturais, como vendavais, alagamentos, incêndios entre outras; interrupções do suprimento de insumos importantes, como energia elétrica e água; falhas humanas no processo, como erros na montagem dos produtos; quebra de maquinário; entre outros. A ocorrência de quaisquer destes eventos pode levar a atrasos na produção e comercialização dos produtos, o que gerar efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

No âmbito da nossa unidade de energia solar, comercializamos sistemas geradores de energia elétrica com base em energia solar. O sucesso da comercialização desses sistemas depende de vários fatores que fogem ao nosso controle (incluindo fatores naturais, relacionados à capacidade solar do país, e fatores governamentais, a exemplo de instituição de novas obrigações a serem observadas pelos consumidores de energia solar por agências reguladoras brasileiras, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL).

Conforme descrito na Seção 1 deste formulário de referência a nossa atividade comercial pode ser dividida nas seguintes unidades de negócios: (i) telecom (que inclui redes de fibra ótica e rede de dados e Wi-Fi); e (ii) enterprise (que inclui sistemas de segurança eletrônica, sistemas de cibersegurança, produtos de infraestrutura de data centers, automação de escritórios e residências, produtos de áudio e vídeo profissional, painéis de LED).

**Aumento de salários, atrasos em negociações sindicais e paralisações ou greves de nossa força de trabalho poderão reduzir a lucratividade e afetar as operações da Companhia.**

Os salários e benefícios dos colaboradores representaram 6,7%, 7,4% e 7,3% e respectivamente dos custos e despesas da Companhia considerando nossos resultados em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025. De acordo com as leis trabalhistas, a Companhia está obrigada a negociar anualmente com os sindicatos os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não seja capaz de negociar de forma que lhe seja satisfatória com os sindicatos, poderá ser obrigada a aumentar os níveis dos salários em valores superiores aos índices inflacionários pelos quais as receitas são corrigidas, ou conceder outros benefícios que podem resultar em um aumento dos custos ou despesas, ou gerar insatisfações dos empregados, que podem resultar em greves e/ou paralisações. É possível que a Companhia não consiga repassar os aumentos salariais aos preços dos serviços, o que pode vir a reduzir as margens.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos e contratos de trabalho, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Adicionalmente, greves, paralisações ou interrupções de trabalho nas instalações da Companhia, ou que afetem qualquer um de seus fornecedores ou contratados, podem ter um efeito adverso sobre as suas operações e seus negócios.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus ativos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, ou, ainda, se a Companhia violar a propriedade intelectual de terceiros, poderá afetar negativamente a Companhia.

**Problemas relacionados à proteção de ativos de propriedade intelectual da Companhia, essencialmente, marcas e nomes e domínio, podem afetar a Companhia negativamente.**

Alguns dos pedidos de registro de marca detidos pela Companhia enfrentam algumas dificuldades em seu processo de obtenção dos registros, tais como oposições, sobrestamentos, processos administrativos de nulidade e indeferimento. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou prejudicar sua reputação, o que também pode fazer com que a Companhia sofra impacto negativo em seus resultados operacionais. Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar, manter ou lograr êxito na obtenção de registro de alguma de suas marcas ou de que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas, existentes ou futuras, registradas ou licenciadas pela Companhia, resultando em dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.

Ainda, métodos, melhorias tecnológicas, incremento de novas soluções e desenvolvimento de novos produtos, aplicados pela Companhia em suas atividades, podem ser questionados por terceiros alegando violação de direitos de propriedade intelectual, podendo dar início a disputas e/ou litígios relacionados a ativos de propriedade intelectual que, ainda que sem mérito, podem ser onerosos e demorados e ter um efeito negativo nos resultados da Companhia. Nestas hipóteses, a Companhia pode ser impedida de continuar utilizando tais marcas de terceiros, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

Sendo assim, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual da Companhia, o que poderá impactá-la adversamente.

Se não cumprirmos satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderemos ficar sujeitos a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderemos ser impactados de forma negativa.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Lei Anticorrupção conceito de responsabilidade objetiva, no âmbito administrativo e civil, para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infratora penalidades cíveis e administrativas. Há risco de que nossos administradores, empregados, representantes, fornecedores ou agentes intermediários pratiquem atos que violem a Lei Anticorrupção ou outras leis relativas à prevenção e combate à corrupção e fraudes. Conforme a Lei Anticorrupção, as empresas que forem consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ser sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, além de reparação integral dos danos e publicação de decisão condenatória em meios de comunicação de grande circulação. Não podemos assegurar a eficácia da nossa área de compliance com relação à prevenção de atos que violem a Lei Anticorrupção. Tampouco podemos assegurar que a existência desta área de compliance será levada em consideração pelas autoridades brasileiras na aplicação das sanções citadas acima, nos termos da Lei Anticorrupção.

Nesse sentido, violações à Lei Anticorrupção ou a outras leis e regulamentos anticorrupção nacionais ou internacionais podem levar a penalidades nas esferas administrativa, civil e penal, tais como de (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores relacionados à vantagem ilícita; (iv) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da nossa Companhia; (v) proibição ou suspensão das atividades da nossa Companhia; (vi) dissolução compulsória da nossa Companhia; (vii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; e/ou (viii) responsabilização individual criminal dos membros da sua administração, funcionários e representantes, além de danos à reputação da nossa Companhia ou outras consequências legais, causando um efeito adverso relevante nos negócios da nossa Companhia, resultados de operações e condição financeira.

Também podemos vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por nossos acionistas controladores, controladas ou coligadas, o que poderia afetar adversamente a nossa reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais. Além disso, a nossa reputação pode ser negativamente impactada por violações às leis anticorrupção aplicáveis a nós e/ou a nossos acionistas controladores.

Por conseguinte, se nos envolvermos em quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial, nos termos da Lei Anticorrupção, poderemos sofrer sanções ainda mais graves, incluindo a suspensão ou interdição parcial de nossas atividades, nossa dissolução, além de danos à nossa reputação, o que nos afetará de modo adverso. Adicionalmente, os atos praticados por nossos administradores, colaboradores, representantes ou agentes intermediários fogem ao nosso controle, e, caso violem a Lei Anticorrupção ou legislação relacionada, podem culminar com a aplicação de sanções a nós, inclusive as sanções mencionadas acima.

### **Estamos sujeitos a riscos relacionados à administração de nosso estoque.**

Estamos sujeitos a diversos riscos relacionados à rede de reposição e à otimização de estoques, por exemplo, a capacidade de produção dos nossos fornecedores chineses, mudanças rápidas de ciclos, demanda e preços de produtos, capacidade dos fornecedores chineses em nos enviar

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

produtos, complicações de natureza aduaneira das mercadorias adquiridas, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos do consumidor e outros fatores.

A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento em que compramos os produtos de nossos fornecedores e o momento da venda para os clientes e consumidores finais, o que pode diminuir a nossa capacidade de vender os produtos mantidos em estoque. Além disso, não é possível assegurar que selecionaremos corretamente os novos produtos a serem fabricados e/ou importados, ou que a nossa estimativa inicial da demanda para o produto será mantida ou correta. A aquisição de certos produtos pode exigir prazo de entrega longo, bem como realização de pré-pagamento significativo, além da possibilidade de não poder retornar ou trocar tais produtos para os nossos fornecedores. Qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente os nossos resultados.

### **A Companhia pode não ser capaz de atender as cotas para contratação de pessoas com deficiência e/ou aprendizes.**

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais de diversos órgãos governamentais que determinam o atendimento de cotas para contratação de pessoas com deficiência e/ou aprendizes. Falhas em atender integralmente tais cotas podem resultar em sanções e outras consequências, que podem afetar adversamente a imagem, os negócios e os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

A construção de plantas industriais e a expansão de nossas fábricas existentes podem demandar recursos adicionais, bem como apresentar riscos que afetem negativamente os nossos resultados.

Nossa estratégia de crescimento envolve a abertura e a operação de novas unidades fabris e a construção de plantas industriais. Essa estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, que podem ficar sobrecarregados e conseqüentemente resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, o que, por sua vez, pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas unidades fabris individualmente e de nosso negócio como um todo. Ainda, quando a inauguração de novas unidades fabris ocorrer em mercados onde já possuímos unidades fabris, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das unidades fabris pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas, o que pode nos afetar negativamente.

Além disso, a construção, expansão ou otimização das nossas atuais fábricas ou a construção de novas plantas industriais estão sujeitas aos riscos de não obtenção de autorizações ambientais, alvarás e/ou licenças necessários para nossa operação, falta de fornecedores apto a fornecer equipamentos ou matéria-prima, elevação de custos ou redução de receitas, falta de mão-de-obra capacitada, falta de fonte de financiamento em condições satisfatórias ou de qualquer forma, indisponibilidade de imóveis apropriados nas proximidades da área desejada, entre outros. Ainda, tais fábricas podem não ser concluídas no prazo planejado ou ser concluídas em desacordo com os respectivos projetos. Descumprimentos contratuais por parte de fornecedores de equipamentos ou serviços podem causar prejuízos financeiros, prejuízos ao projeto e descumprimento de obrigações assumidas perante terceiros, e as obrigações de indenização ou garantias prestadas por tais fornecedores podem ser insuficientes para compensar os prejuízos a que poderíamos estar sujeitos. Quaisquer falhas ou descumprimentos na implementação dos projetos de crescimento e/ou expansão das plantas existentes poderão causar impacto negativo em nossa situação financeira e em nossos negócios.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**A Companhia pode não ser capaz de obter, manter ou renovar, em prazo adequado, as licenças imobiliárias necessárias e os contratos de locação dos imóveis nos quais realiza suas operações, ou de celebrar novos contratos ou renová-los em condições que sejam comercialmente adequadas, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.**

A ocupação de imóveis operacionais e/ou sedes administrativas por nós está sujeita à obtenção de licenças junto aos órgãos municipais (alvará de licença para uso e funcionamento) e aos departamentos de corpos de bombeiros responsáveis, na forma prevista na legislação aplicável, as quais devem ser tempestivamente obtidas e renovadas por nós e/ou pelos locadores dos contratos em que figuramos como locatários.

Não podemos assegurar que a obtenção dessas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto de abertura de novas lojas e centros de distribuição. A falta de uma dessas licenças, indeferimento da sua obtenção ou não renovação tempestiva pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até o encerramento das atividades no respectivo imóvel, bem como pode prejudicar a capacidade de produzir e distribuir mercadorias para nossos clientes, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente nossos resultados.

Ainda, caso ocorra a rescisão dos contratos de locação de imóveis, por qualquer motivo, a Companhia terá que buscar no mercado novos imóveis que possam receber suas operações. Referida busca poderá incorrer na necessidade de paralisação temporária das atividades realizadas naquele imóvel e em custos de transição, sendo que o valor do aluguel dos novos imóveis poderá ser superior ao valor anteriormente pago. Dessa forma, a Companhia não pode garantir que obterá sucesso na renovação dos contratos de locação vigentes.

Caso o imóvel locado pela Companhia seja alienado a terceiros durante a vigência do contrato de locação, o terceiro adquirente não se encontrará obrigado a respeitar os mesmos termos e condições acordados com o antigo proprietário, salvo se, cumulativamente, (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca competente. Tendo em vista que a maioria dos contratos contém cláusula de vigência prevista no artigo 8º da Lei nº 8.245/91 (Lei de Locações) e/ou não estão devidamente registrados junto aos cartórios competentes, os requisitos mencionados acima poderão não ser preenchidos, possibilitando ao terceiro adquirente solicitar à Companhia a desocupação do imóvel, em um prazo de 90 dias, livre de qualquer penalidade.

Adicionalmente, na hipótese de o imóvel locado ser colocado à venda durante o prazo de vigência da locação, a locatária terá direito de preferência para adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, mediante notificação enviada pelo locador concedendo prazo de 30 dias para exercer o direito de preferência. Caso a locatária não o exerça, o imóvel locado poderá ser alienado ao terceiro. A locatária cujo direito de preferência não for respeitado poderá adquirir o imóvel locado, mediante depósito judicial do preço de aquisição e de outras despesas de transferência pertinentes, desde que requeira a adjudicação do imóvel no prazo de 6 meses após o registro da respectiva escritura em nome do terceiro adquirente no Cartório de Registro de Imóveis competente, desde que o contrato de locação tenha sido averbado na matrícula do imóvel locado, pelo menos 30 dias antes da alienação em questão. Caso o contrato de locação não esteja averbado, a locatária poderá apenas reivindicar do locador uma indenização por perdas e danos. Além disso, não há garantia de que a Companhia conseguirá alugar os imóveis nos quais está interessada.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

O locatário - empresário ou sociedade empresária - tem o direito de obter, por meio da ação renovatória, a renovação compulsória do contrato de locação para a proteção do fundo de comércio, que abrange o estabelecimento e as atividades ali realizadas. Esse direito será assegurado desde que estejam presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos previstos na Lei de Locação: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo mínimo do contrato ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de pelo menos 5 anos e (iii) o locatário esteja explorando seu comércio no mesmo ramo pelo prazo mínimo e ininterrupto de 3 anos. O locatário, seu cessionário ou seu sucessor são as pessoas dotadas de legitimidade ativa para ingressar com a referida ação renovatória. O sublocatário também pode ingressar com a ação renovatória, na hipótese de ser contratualmente permitida a sublocação total do imóvel.

A legislação dispõe que a ação renovatória deverá ser proposta, sob pena de decadência, no prazo de 1 (um) ano, no máximo, até 6 (seis) meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato de locação comercial. Caso a ação renovatória não seja proposta em tal prazo, o locador terá a faculdade de, findo o contrato, retomar o imóvel, independentemente de motivação. A observância do prazo para a propositura da ação renovatória é essencial para o regular exercício do direito. Se perdido tal prazo, não será assegurada ao locatário qualquer outra medida judicial que lhe garanta a prorrogação do prazo e a permanência no imóvel.

A Lei de Locação afasta o direito à ação renovatória na hipótese de o imóvel locado vir a ser utilizado pelo próprio locador ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1(um) ano, cuja maioria do capital seja de titularidade do locador, de seu cônjuge, de seu ascendente ou descendente.

O reajuste dos aluguéis a valor de mercado também poderá resultar em impactos materiais não esperados em nossos custos operacionais, se resultar em aumento significativo. Em um cenário de hiperinflação, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia podem ser adversamente afetados em razão dos reajustes aplicáveis aos aluguéis devidos.

Além disso, se decidir rescindir qualquer um de seus contratos de locação, antes do fim do prazo contratual determinado, poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Os valores envolvidos em tais multas e sua eventual quantidade poderia, no total, afetar adversamente a Companhia.

Por fim, caso a Companhia deixe de cumprir com suas obrigações nos termos de seus contratos de locação, tais contratos podem ser encerrados antecipadamente.

Caso não seja capaz de (i) manter seus contratos de locação; (ii) celebrar novos contratos; ou (iii) renová-los em condições que entenda serem adequadas, a Companhia pode ter suas atividades interrompidas e ser adversamente impactada, em razão de (i) custos decorrentes da realocação de operações, e (ii) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados para suas atividades e/ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

**Nossa estratégia de crescimento depende do crescimento dos setores de telecomunicações e Corporativo no Brasil, que podem ter efeitos adversos para os negócios da Companhia.**

Nosso crescimento depende do crescimento dos setores de telecomunicações e corporativo no Brasil, incluindo os mercados que compõem estes setores, como, por exemplo o mercado de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

banda larga, preponderante em nossas atividades. O crescimento do mercado de banda larga depende de uma série de fatores que fogem ao nosso controle, como a penetração da banda larga no total de domicílios no país; o aumento do número de consumidores de internet banda larga, via conexões de fibra ótica; a velocidade de substituição das tecnologias de banda larga obsoletas pela tecnologia de fibra ótica; a capacidade dos provedores de internet principalmente os provedores de pequeno e médio porte, que têm sido os principais responsáveis pela expansão da rede de fibra ótica no Brasil de expandir suas redes de fibra ótica; a disponibilidade de equipamentos, majoritariamente importados, para suportar esta expansão; a demanda dos consumidores por velocidades de conexão de internet mais altas e de melhor qualidade; entre outras. O crescimento do mercado corporativo no Brasil também depende de variáveis que fogem ao nosso controle, como por exemplo, o crescimento do produto interno bruto do Brasil; o crescimento do setor de serviços; a velocidade de adoção de novas tecnologias por parte das empresas nacionais, com o objetivo de otimizar suas atividades e/ou reduzir custos operacionais; a disseminação da adoção do modelo Technology as a Service, entre outras. Caso estes fatores deixem de ocorrer no futuro, estes mercados poderão ser negativamente afetados, causando um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia.

**A dependência da Companhia de seus revendedores autorizados para a venda de parte de seus produtos, pode ter um efeito adverso relevante para os negócios da Companhia.**

Parte substancial de nossos produtos é vendida principalmente por meio da venda direta realizada por terceiros, que são revendedores autorizados. Há uma alta taxa de rotatividade entre os revendedores e qualquer perda ou distração dos revendedores pode ter efeitos adversos sobre o nosso negócio. Estamos sujeitos ao risco de créditos de liquidação duvidosa relacionados a representantes. Ainda, tal risco é agravado caso as condições financeiras dos representantes se deteriorarem. Além disso, as condições macroeconômicas podem reduzir nossas vendas, impactar nossa capacidade de executar nossa estratégia comercial global ou causar um efeito adverso relevante no nosso negócio, perspectivas, situação financeira, liquidez, resultados de operações ou fluxos de caixa.

Se perdermos participação de mercado por meio de nossos revendedores (ou seja, se nossos revendedores passarem a trabalhar diretamente com nossos concorrentes ou se outros revendedores conseguirem desenvolver mais negócios do que os revendedores com quem trabalhamos), nosso negócio, perspectivas, situação financeira, liquidez, resultados operacionais e fluxos de caixa podem ser afetados de forma adversa.

Ainda, se qualquer governo ou órgão regulatório do Brasil banir ou restringir rigorosamente nossos métodos de negócio ou modelo operacional/comercial, nossos negócios e resultados financeiros e operacionais podem ser adversamente afetados.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações.

A estrutura organizacional da Companhia dedicada ao gerenciamento de riscos, bem como os mecanismos de controles internos (especificamente descritos nos itens 5.1.b.iii, 5.3.b deste Formulário de Referência) foram criados como forma de adequação da Companhia à realização

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

da sua oferta pública de distribuição de ações e adequação ao regulamento do segmento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão B3

Por esta razão, a Companhia, seus administradores e colaboradores, podem não possuir a experiência necessária à satisfação das políticas e mecanismos de gerenciamento de riscos e integridade no curto prazo, até que tais estruturas estejam adequadas à realidade de companhia aberta a que se sujeitará e, mesmo quando implementadas, não há como garantir que tais estruturas não estarão sujeitas as falhas na prevenção e detecção de riscos.

Nesse sentido, até que tais estruturas estejam plenamente adequadas (o que ainda não se pode garantir), e os administradores e colaboradores da Companhia estejam plenamente habilitados ao exercício das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia pode estar sujeita a falhas na identificação e tratamento dos riscos, o que pode afetar adversamente suas atividades e seu resultado operacional e financeiro. Adicionalmente, mesmo após a implementação de tais estruturas, a Companhia não pode garantir que as mesmas não estarão sujeitas as falhas na prevenção e detecção de riscos.

Podem ainda ocorrer falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia e nos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público, o que pode expor a Companhia a riscos que podem afetar adversamente seus negócios.

As informações em que nos baseamos ou que alimentam ou mantêm modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes, erros ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de compliance e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações às leis aplicáveis por parte dos funcionários e membros da administração da Companhia e de terceiros agindo em nome da Companhia. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou políticas internas da Companhia, a Companhia, seus funcionários, membros de sua administração poderão ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e adversamente os negócios e imagem da Companhia.

Nosso Estatuto Social prevê indenização aos nossos administradores na hipótese de eventual dano ou prejuízo. Não podemos garantir que a decisão pela concessão de tais indenizações seja realizada sem conflito de interesses e visando os melhores interesses da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Nosso Estatuto Social prevê que indenizaremos e manteremos indenidos membros de nosso Conselho de Administração, da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam Beneficiários dano ou prejuízo efetivamente

sofrido por força do exercício regular de suas funções, contanto que tais atos tenham sido praticados de boa-fé e no melhor interesse da Companhia, em linha com as condições e limitações constantes do contrato de indenidade existente. Considerando que a concessão da indenização é feita pelo Conselho de Administração, em observância ao disposto no artigo 156 da Lei das S.A., podemos enfrentar situações de conflitos de interesses nas decisões tomadas por referido órgão.

### **(b) riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

Não temos um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% do capital votante, o que nos deixa susceptíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% de nosso capital votante.

Não temos um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta de nosso capital votante. É possível, dessa forma, que, no futuro, se formem alianças ou acordos de votos entre novos acionistas, o que poderia formar um novo grupo de controle. Caso surja um novo grupo de controle e esse passe a deter o poder decisório da Companhia, as políticas corporativas e as estratégias podem sofrer mudanças repentinas e inesperadas, incluindo, mas não se limitando, à substituição dos seus administradores. Além disso, podemos ficar mais vulneráveis a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações poderá não ser atingido. Nesse caso, nós e os nossos acionistas minoritários poderemos não gozar da mesma proteção conferida pela lei contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos sofridos.

### **Os interesses de acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações ordinárias.**

De acordo com a Lei das S.A., os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estejam alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações.

Adicionalmente, quaisquer dos acionistas controladores da Companhia poderão optar por vender parcela significativa ou a totalidade de suas respectivas participações para terceiros. Caso

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

não haja um acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante da Companhia, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das S.A. contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Caso surja um grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculados por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, é possível que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

Para mais informações acerca dos acionistas controladas da Companhia, veja o item 6 deste Formulário de Referência.

### **(c) riscos relacionados a seus acionistas**

O mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver, limitando a capacidade de nossos acionistas venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e global. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado de nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

### **A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas.**

De acordo com o estatuto social da Companhia, devemos pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das S.A., sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação aplicável, caso em que este não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio, conforme o disposto no artigo 37 de nosso estatuto social. Além disso, a Lei das S.A. permite que o conselho de administração da Companhia determine a não distribuição de dividendos aos acionistas em um determinado exercício social, caso informe à assembleia Geral ordinária que não tivemos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou que a distribuição de dividendos seria desaconselhável ou incompatível com a situação financeira no momento. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Adicionalmente, a isenção de imposto sobre a renda na distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

atual poderá ser revista, e tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passara ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados.

### **(d) riscos relacionados a suas controladas e coligadas**

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

### **(e) riscos relacionados a seus fornecedores**

A Companhia depende de terceiros para fabricar seus produtos.

A Companhia depende de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar seus produtos. A usar terceiros para fabricar seus produtos, a Companhia está sujeita a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos e acidentes de natureza ambiental, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Além disso, algumas categorias de produtos são adquiridas, em grande parte, de um pequeno número de fornecedores. Se algum fornecedor não puder fornecer os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente a Companhia os adquire, e se a Companhia não for capaz de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de algum modo, a Companhia não conseguirá manter seu nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados operacionais.

Os fornecedores da Companhia são suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que os fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e a Companhia não pode prever se conseguirá aumentar os preços de venda para seus consumidores em linha com os aumentos promovidos por seus fornecedores. Um aumento nos custos de produtos da Companhia pode refletir negativamente em seus negócios, resultados operacionais e valor de suas ações.

A Companhia depende de provedores de telecomunicações e internet para sua infraestrutura de Technology as a Service e qualquer oscilação ou interrupção na prestação desses serviços pode prejudicar a prestação de serviços por parte da Companhia e afetar sua rentabilidade.

Parte substancial da receita da Companhia advém da prestação de serviço de Technology as a Service, cujo funcionamento depende dos provedores de telecomunicações e internet e, portanto, eles constituem elemento fundamental para a estratégia de negócios da Companhia, assim como para sua infraestrutura e outras infraestruturas que usa para hospedar suas soluções. A oscilação ou interrupção de serviços da Companhia devido a falhas em seus provedores de telecomunicações e internet podem ser entendidas pelos seus clientes como falhas da Companhia e podem afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade de seus produtos ou serviços, podendo causar o cancelamento de contratos de alguns dos

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

clientes da Companhia, bem como afetar sua capacidade de aumentar suas vendas e, conseqüentemente, afetar de maneira adversa os resultados e a reputação da Companhia.

A ocorrência de casos fortuitos, casos de força-maior, pandemias, guerras, ou desastres naturais e as conseqüentes paralisações em escala global podem gerar interrupções nas fabricações de produtos de tecnologia e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor tecnológico, incluindo a Companhia. Além disso, tais eventos podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios e o resultado da Companhia.

Casos fortuitos, força maior, pandemias, guerras ou desastres naturais podem ter impactos de longo alcance desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Podem ainda ameaçar a produção de produtos de tecnologia e a interrupção da cadeia de peças/suprimentos para empresas do setor tecnológico. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de peças e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, principalmente da China, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, conseqüentemente, redução na sua receita.

Ainda, cabe destacar que qualquer um destes eventos que afete o comportamento das pessoas pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. As ações de emissão da Companhia, e toda a classe de ativos similares que compõem o mercado de capitais global, podem apresentar uma maior volatilidade resultando em pressão negativa na economia mundial e, conseqüentemente, nos negócios da Companhia e no preço das ações de sua emissão.

Eventuais mudanças de políticas ou diretrizes estratégicas dos fornecedores da Companhia podem levar à redução ou interrupção das vendas deles para a Companhia, o que pode gerar impactos negativos em seus resultados.

A Companhia possui uma ampla gama de fornecedores globais de produtos de tecnologia. A negociação e parceria com estes fornecedores está sujeita a mudanças estratégicas e táticas originadas nos mesmos, que podem afetar a capacidade deles de operar com a Companhia e outras empresas no mercado brasileiro.

Eventuais mudanças desta natureza que resultem na redução ou incapacidade da Companhia de adquirir produtos de tecnologia de algum de seus fornecedores levaria, na maior parte dos casos, a um processo de substituição deles. Eventual substituição de fornecedor poderia levar a termos menos favoráveis para a Companhia, com possível efeito adverso sobre suas margens de lucro. Caso não seja possível substituir o fornecedor afetado por tais mudanças, a Companhia pode ser afetada adversamente também por meio de redução de faturamento, impactando negativamente os seus resultados.

**As atividades da Companhia dependem do bom relacionamento e da reputação de seus fornecedores de tecnologia.**

O sucesso das atividades da Companhia depende, em parte, do relacionamento comercial da Companhia com seus fornecedores de tecnologia. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com estes fornecedores ou caso estes rescindam ou não renovem seus contratos, por conta de inadimplementos, mudança em nossa administração, estrutura acionária ou controle,

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

não atingimento dos padrões de qualidade, ou por qualquer outro motivo, a Companhia pode ser prejudicada.

Além disso, a comercialização de alguns equipamentos de tecnologia adquiridos pela Companhia destes fornecedores depende da homologação prévia pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), dentre outros. Esta homologação é feita pelos próprios fabricantes dos equipamentos. Caso os fornecedores demorem ou mesmo não consigam obter as autorizações regulatórias para comercializarem seus produtos, a Companhia não poderá comercializá-los, o que poderá afetar negativamente os seus resultados.

Por fim, se os fornecedores de tecnologia da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, como leis contra o trabalho infantil ou análogo de escravo, e leis de proteção ambiental, a Companhia poderá ser prejudicada devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias, além do eventual efeito adverso da substituição do respectivo fornecedor sobre os resultados financeiros.

Ainda, publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus acionistas, Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer veículo de mídia ou rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Além disso, os colaboradores e representantes da Companhia poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente seu resultado.

Aumentos significativos nos preços dos produtos de tecnologia comercializados pela Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos preços dos produtos de tecnologia necessários às suas atividades. Tais aumentos fogem ao controle da Companhia, e a Companhia não pode prever quando estes preços sofrerão reajustes. Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos preços aos clientes, sua condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

### **A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.**

Somos responsáveis pela destinação final de resíduos sólidos gerados pelas nossas atividades industriais, assim como dos nossos produtos pós-consumo que estão sujeitos a logística reversa. A destinação final dos resíduos de fábrica e pós-consumo é realizada por meio de empresas contratadas. A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Sendo assim, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa, sem limitação de valores e prazos prescricionais. Sendo assim, a responsabilidade civil ambiental pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia, incluindo o descarte de resíduos, não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental ocorrido. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados pelos seus fornecedores, os resultados, operacionais e financeiros, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetadas, incluindo no caso de haver a necessidade de redirecionar planos de investimento em outras áreas, com possível efeito adverso relevante sobre nosso fluxo de caixa.

Podemos ser responsabilizados por obrigações fiscais, trabalhistas, reputacionais, previdenciárias e de qualquer outra natureza de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

Os fornecedores e prestadores de serviço terceirizados pela Companhia são responsáveis pelos serviços de vigilância e limpeza. Se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, poderemos vir a ser responsabilizados solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, que podem nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem.

Podemos ser afetados caso nossos fornecedores venham a se utilizar de práticas irregulares.

Podemos ser negativamente afetados caso nossos fornecedores apresentem problemas relacionados a questões trabalhistas ou à sustentabilidade, emprego de mão de obra infantil ou análoga à escravidão, e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas ou outras irregularidades para terem um custo mais baixo de nossos produtos, bem como caso nossos fornecedores pratiquem atos, em benefício ou interesse nossos, em violação à legislação anticorrupção aplicável (incluindo, mas não se limitando, à Lei 12.846/2013 e o Decreto 8.420/2015). O resultado de tais ações poderá ensejar processos administrativos e judiciais e provocar prejuízos à nossa imagem, reputação e à qualidade dos nossos produtos, e, como consequência, perda de atratividade junto aos nossos clientes, afetando adversamente os nossos negócios. Para mais informações acerca das consequências do descumprimento da lei 12.846/2012, ver risco. Se não cumprirmos satisfatoriamente as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, poderemos ficar sujeitos a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, e poderemos ser impactados de forma

### **(f) riscos relacionados a seus clientes**

Uma diminuição no ritmo de crescimento do uso de tecnologia nos negócios por clientes, atuais e potenciais, da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante os negócios e resultados da Companhia.

As operações da Companhia dependem do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes atuais e potenciais da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de concentrar recursos em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos em vez de serviços ou produtos contratados junto a terceiros como a Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem seus processos e infraestruturas existentes. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios dos clientes atuais e potenciais da Companhia ou de diminuição dos gastos dos clientes atuais e potenciais da Companhia em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes a adotar novas soluções tecnológicas por ela oferecidas, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

As receitas e os resultados operacionais da Companhia dependem da demanda de seus clientes.

Os 10 maiores clientes representaram, juntos, 18,6%, 18,2% e 12,4%, respectivamente, do vendas Totais da Companhia em 31 de dezembro de 2023, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025. Qualquer interrupção na obtenção de receita junto aos clientes da Companhia poderá ter um efeito adverso sobre os resultados, e não há garantias de que a Companhia obterá junto a estes clientes receita equivalente no futuro.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros de terceiros foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, nossa defesa em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

A Companhia está exposta a riscos de crédito e outros riscos de contraparte de seus clientes no curso normal dos negócios.

A Companhia tem créditos com prazos variáveis e seus clientes têm diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes importantes inadimpla suas obrigações de pagamento para com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser afetados de maneira negativa e substancial. Em 31 de dezembro de 2025 o montante provisionado para perdas de crédito de liquidação duvidosa foi de R\$194.398 mil, em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$24.149 mil e em 31 de dezembro de 2023 o montante provisionado para perdas de crédito de liquidação duvidosa

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

foi de R\$20.457 mil. Vale mencionar que em 2025 o volume subiu consideravelmente devido as baixas de recebíveis com baixa previsão de recuperação, já explicadas neste documento.

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, as receitas da Companhia poderão ser afetadas adversamente.

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais constituem, atualmente, fenômeno amplamente difundido no setor e afeta computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos da Companhia (ou da Internet de modo geral) podem levar alguns clientes a buscar reduzir ou postergar compras futuras ou comprar produtos concorrentes que não sejam aplicativos baseados na Internet. Os clientes também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderia postergar a adoção de novas tecnologias. Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

### **(g) riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue**

**Condições desfavoráveis na indústria ou da economia global ou reduções em gastos em setores em que a Companhia atua, principalmente tecnologia da informação e telecomunicações, podem limitar a capacidade de crescer e desenvolver o negócio e afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.**

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças na indústria ou da economia global sobre a Companhia ou seus clientes. O crescimento de receita e rentabilidade potencial do negócio da Companhia depende da demanda por suas soluções. A receita da Companhia decorre dos contratos de fornecimento de produtos de tecnologia como serviço e do volume de vendas diretas de produtos de tecnologia. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que os seus clientes e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda pelas soluções oferecidas pela Companhia, a receita da Companhia pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos em negócios como tecnologia da informação e telecomunicações, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2016. Se as condições econômicas se deterioram ou não melhoram significativamente, os clientes e potenciais clientes da Companhia podem optar por diminuir suas soluções de tecnologia de informação, o que comprometeria a capacidade de expandir o negócio e poderá afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

**As matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia estão sujeitos a flutuações de preço, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.**

As matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia estão sujeitos a flutuações de preço decorrentes da situação conjuntural do mercado, que poderão causar eventualmente situações adversas em suas atividades, com impacto em seus custos de aquisição de materiais e serviços. Os preços das matérias-primas e dos componentes utilizados pela Companhia são influenciados por uma série de fatores sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando às condições econômicas internacionais e nacionais, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso ocorra uma variação significativa nos preços das matérias primas para a produção dos nossos equipamentos eletrônicos nos preços das matérias primas para produção dos nossos equipamentos eletrônicos, os fabricantes poderão repassar o aumento deste custo, o que poderá impactar os preços finais dos produtos. Adicionalmente, um aumento significativo nos preços das matérias primas pode encarecer o preço final destes produtos oferecidos pela indústria a ponto de reduzir parte da demanda proveniente de consumidores das classes de renda mais baixas, reduzindo o tamanho do mercado como um todo e, por conseguinte, causar um efeito adverso nas nossas vendas.

Adicionalmente, podem ocorrer aumentos de preço das matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia, em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos respectivos contratos. Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de repassar aos seus clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos dos produtos, o que poderá vir a diminuir a sua margem de lucro e causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

### **A Companhia está sujeita a possíveis atrasos motivados por greves nas alfândegas, portos e Receita Federal.**

Devido ao fato de grande parte das matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia serem importados, sendo transportados via aérea ou marítima, a Companhia está sujeita ao regular funcionamento da Receita Federal do Brasil e demais autoridades aduaneiras para que os produtos importados sejam liberados e cheguem até nós. Dessa forma, possíveis greves de funcionários da Receita Federal, alfândegas, aeroportos e portos podem afetar a entrega desses materiais pelos fornecedores, e, por consequência, a capacidade produtiva da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso em suas operações, resultados e situação financeira. Adicionalmente, possíveis falhas logísticas no transporte das matérias primas da Companhia poderão causar efeito adverso em sua capacidade produtiva.

As nossas atividades estão concentradas em um setor que abrange uma gama de atividades e, por essa razão, possui um número considerável de sociedades atuantes, desde pequenas empresas a grandes multinacionais. Um aumento da concorrência nos mercados em que operamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais poderá prejudicar nossa participação de mercado e exercer pressão para redução dos nossos preços, ocasionando a redução da nossa margem de lucro.

As nossas atividades estão concentradas no desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos e soluções eletrônicas e tecnológicas no Brasil, um setor que abrange uma gama de atividades e, por essa razão, possui um número considerável de sociedades atuantes.

### **Concorremos com empresas de soluções tecnológicas nacionais e internacionais, bem como fabricantes de produtos e soluções tecnológicas.**

Conforme descrito na Seção 1 deste Formulário de Referência a nossa atividade comercial pode ser dividida em telecom e grupos de soluções corporativas como Audio e Video, CiberSegurança, Segurança eletrônica e outros. Dessa forma, a abrangência da nossa atividade empresarial nos expõe a ambientes de competição em diferentes frentes de atuação, o que pode dificultar a nossa estratégia de expansão e manutenção de mercado (market share).

Os nossos concorrentes são dos mais variados portes, desde pequenas empresas a grandes multinacionais com tradição de mercado, amplo portfólio e alta capilaridade. Caso qualquer de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

nossos concorrentes lance no mercado algum produto ou serviço disruptivo, nossas vendas poderão ser adversamente afetadas, impactando os nossos negócios, os nossos resultados e a nossa situação financeira. Ainda, a nossa participação de mercado poderá ser reduzida caso não consigamos nos manter competitivos. Um aumento no nível de competição no setor em que atuamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais pode limitar nossa capacidade de crescimento e pressionar para baixo os preços de nossos produtos e serviços, reduzindo nossas receitas e afetando adversamente nosso negócio, margem de lucro, resultados e fluxo de caixa.

Caso sociedades estrangeiras que desenvolvem atividades empresariais semelhantes às nossas passem a atuar no mercado local, a nossa concorrência poderá aumentar, o que poderá impactar as nossas vendas, as nossas operações e os nossos resultados.

Ainda, caso qualquer fornecedor passe a vender os produtos que comercializamos diretamente a nossos clientes, poderemos ser adversamente afetados, visto que perderemos a comercialização dos produtos desse fornecedor e precisaremos substituí-lo por outro fornecedor que atenda a demanda de nossos clientes.

Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos ou caso não consigamos responder adequadamente as estratégias de nossos concorrentes atuais ou daqueles que vierem a se tornar nossos concorrentes no futuro, poderemos ter a nossa participação reduzida em um ou mais mercados, o que conseqüentemente reduzirá nossas receitas e criará uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

### **(h) riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue**

Os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser prejudicados se ela não for capaz de proteger e fazer valer os seus direitos de propriedade intelectual.

As medidas adotadas para proteger a propriedade intelectual da Companhia podem ser insuficientes para a prevenção contra infrações, acarretando no uso inadequado de seus produtos por terceiros ou fazendo com que a Companhia venha a tentar proteger periodicamente sua propriedade intelectual por meio de processos legais ou administrativos. O uso inadequado de seus produtos por terceiros ou as medidas tomadas para proteger sua propriedade intelectual podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração e equipe tecnológica, o que poderá adversamente afetar os negócios, posição competitiva, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de processos envolvendo eventual violação dos direitos de propriedade intelectual de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia. A Companhia pode ser forçada a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso de patentes ou materiais com direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos produtos da Companhia.

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais a partir de programas do governo e está sujeita à complexidade do sistema tributário brasileiro. Esses incentivos podem ser encerrados ou reduzidos no futuro, o que pode prejudicar os resultados das operações da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais relacionados a crédito presumido de ICMS sobre vendas, diferimento de ICMS na importação, redução de 75% do IRPJ sobre as vendas de produtos industrializados na Matriz em Ilhéus/BA e na filial em Salvador/BA (Sudene). A capacidade da Companhia de se beneficiar desses incentivos depende do cumprimento de certas obrigações. O não cumprimento de determinadas obrigações de acordo com as normas aplicáveis e/ou de envio da documentação exigida para a concessão de tais incentivos, poderá implicar a perda do direito aos incentivos ainda não utilizados e a cobrança, pelas autoridades fiscais, do valor correspondente aos tributos não pagos em decorrência dos incentivos já utilizados, acrescidos de multa e de juros previstos na legislação tributária, sem prejuízo de eventuais sanções penais cabíveis, o que poderá afetar adversamente a Companhia. Se houver a expiração, extinção ou cancelamento dos benefícios fiscais atualmente concedidos, a Companhia não poderá garantir que tais benefícios serão renovados ou que a Companhia terá sucesso na obtenção de novos benefícios fiscais em condições igualmente favoráveis. Se tais benefícios não forem renovados, os negócios da Companhia poderão ser adversamente afetados, devido aos questionamentos e as multas fiscais decorrentes.

### **Podemos sofrer multas e restrições relacionadas à legislação consumerista brasileira.**

A legislação de defesa do consumidor do Brasil imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente. Diante desse contexto, cortes judiciais podem adotar posturas favoráveis aos pleitos formulados por consumidores de produtos e serviços oferecidos no mercado. Caso verificadas tais medidas protetivas aos consumidores, as quais não podem ser assumidas como regra absoluta, colocarão o prestador de serviço ou fornecedor de produtos em desvantagem em processos judiciais envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os nossos produtos estavam deteriorados, adulterados, ou não continham informações adequadas, dentre outras. Caso venhamos a ser responsabilizados ou condenados por defeitos, erros ou falhas de nossos produtos (incluindo acidentes) em uma ação judicial, tal decisão poderá ter um efeito material adverso em nosso negócio, nossa reputação, nossa marca, nosso resultado operacional e financeiro e em nosso fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente nossa lucratividade.

Adicionalmente, a apresentação de defesa em uma ação judicial cujo objeto é nossa responsabilidade por defeitos em produtos pode demandar um custo adicional elevado, bem como requerer substancial atenção e tempo de nosso pessoal administrativo e técnico. Ainda, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação a defeitos, erros ou falhas em nossos produtos (incluindo acidentes) e à sua qualidade poderia afetar adversamente a nossa reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como nossa imagem corporativa e de nossas marcas, o que poderia causar um efeito adverso relevante em nossos negócios e situação financeira.

Ainda, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, conseqüentemente, nossas vendas e nossa reputação, o que pode impactar adversamente os nossos resultados e a nossa situação financeira.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.**

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPCe normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

### **(i) riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue**

Riscos políticos e econômicos nas regiões e países para os quais exportamos produtos e dos quais adquirimos matérias primas para a nossa produção podem limitar a lucratividade de nossas operações e nossa capacidade de executar a nossa estratégia.

Uma vez que importamos matérias primas de diferentes países, estamos sujeitos a uma série de situações que podem afetar nosso resultado financeiro adversamente. Nas regiões onde comercializamos produtos e de onde importamos matérias primas, existe uma variedade de riscos, como por exemplo:

Instabilidade governamental;

Riscos e conflitos geopolíticos (incluindo guerra, atos de terrorismo e conflitos civis); Câmbio fixo e controle de preços;

Imposição de restrições às exportações dos produtos ou às importações de matérias primas necessárias à produção (incluindo embargos de países em que a Companhia possui atividades de distribuição);

Flutuação de moedas locais contra o real;

Nacionalização das propriedades;

Aumento das tarifas de exportações e impostos sobre os produtos;

Mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Como consequência desses fatores, o resultado operacional e as condições financeiras das operações nas regiões onde a Companhia tem distribuição e/ou de onde as matérias primas são importadas podem ser negativamente afetados e pode haver, no futuro, significativa variação das receitas. Não é possível precisar o impacto dessas mudanças na nossa capacidade de entregar nossos projetos e executar nossa estratégia, podendo, portanto, representar um impacto negativo sobre nossas operações e nosso resultado financeiro.

A maior parte das operações da Companhia está em mercados emergentes. Os resultados operacionais da Companhia, atuais e futuros, bem como a sua condição financeira dependem das condições econômicas nos países onde a Companhia opera e qualquer deterioração nas condições econômicas poderá prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A maior parte das operações da Companhia está localizada na América Latina. Em 31 de dezembro de 2025, 97,3% da receita líquida da Companhia foi gerada a partir de suas operações na América Latina, do qual o Brasil representou 94,3% e a Colômbia, 3,0%. Em 31 de dezembro de 2024, 98,4% da receita líquida da Companhia foi gerada a partir de suas operações na América Latina, do qual o Brasil representou 92,8% e Colômbia, 5,6%. Em 31 de dezembro de 2023, 96,7% da receita líquida da Companhia foi gerada a partir de suas operações na América Latina, do qual o Brasil representou 94,1%, a Colômbia, 2,5% e o Panamá 0,1%. Os países na América Latina têm vivenciado períodos de instabilidade econômica e política nos últimos anos. Ocorrências no cenário macroeconômico nesses países podem ocasionar desaceleração econômica, o que pode afetar as decisões de contratação de prestadores de serviços e a procura pelos produtos por nós oferecidos, com potencial redução da quantidade de clientes.

Os riscos de realizar negócios internacionalmente, incluem, inclusive, tendências de mercado, ambiente de negócios ou regulamentação, entre outros: (i) dificuldades e custos associados ao cumprimento de uma variedade de leis, regulamentos e tratados, nacionais e estrangeiros;

(ii) mudanças nos requisitos legislativos ou regulatórios; (iii) controles de preço e câmbio; (iv) instabilidade política, incluindo nacionalização e expropriação; (v) restrições comerciais, incluindo atrasos associados a procedimentos de aduana, tarifas e requisitos de licenciamento de importação; (vi) impostos; e (vii) dificuldades na aplicação de direitos de propriedade intelectual. Não se pode assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde operamos ou esperamos operar não gerem aumentos nos custos ou reduzam a demanda pelos produtos por nós oferecidos, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

### **(j) riscos relacionados a questões socioambientais**

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação e regulamentação estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões de qualidade de emissão e gerenciamento ambiental, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar dano ambiental, de modo que o dever de reparar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças, outorgas e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação ou em desacordo com as licenças obtidas, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas (que podem alcançar valores de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). No caso de operação de atividades sem licenças ambientais ou em desacordo com a licença obtida, as multas administrativas podem chegar a R\$ 10.000.00,00 (dez milhões de reais), além do risco de cancelamento ou revogação de licenças e autorizações, publicidade negativa (impacto reputacional), responsabilidade por eventuais danos causados e até na suspensão ou interrupção de atividades, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossa reputação, nossos negócios e nossa situação financeira. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa GEE seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

### **(k) riscos macroeconômicos**

Crises econômicas e políticas no Brasil podem ter efeitos adversos relevante sobre os negócios, operações e condição financeira da Companhia, bem como o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

A última eleição presidencial, de governadores, deputados federais e senadores que ocorreu, resultou em significativa volatilidade nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Incertezas com relação a medidas que venham a ser adotadas no futuro pelo Governo Federal brasileiro podem influenciara percepção dos investidores com relação ao risco do Brasil e podem ter um efeito significativo e adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e orientar a condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro de empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro, tampouco os respectivos impactos na economia brasileira e na Companhia.

Adicionalmente, impasses entre o Governo Federal brasileiro e o Congresso Nacional podem gerar incertezas com relação à implementação, pelo Governo Federal brasileiro, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, incluindo a legislação aplicável, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

Em 1º de janeiro de 2023, o novo governo tomou posse e o Presidente Lula assumiu o poder. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária,

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às ações da Companhia.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. A incerteza sobre se o Governo Federal brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Desta forma, não podemos estimar completamente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em nossos negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode nos afetar adversamente, assim como aos nossos valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os nossos negócios.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os nossos negócios e resultado operacional.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os nossos, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das nossas ações.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes, como o comprometimento da capacidade de pagamento de clientes do sistema bancário, teriam impacto direto sobre o nosso negócio.

A inflação e as medidas do Governo Federal para controlar a inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e nos afetar de maneira adversa.

O Brasil experimentou em passado recente, taxas de inflação extremamente altas e, em consequência, seguiu políticas monetárias que contribuíram para uma das maiores taxas de juros real do mundo. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e os nossos negócios. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósitos compulsórios podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, conseqüentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

significativos da taxa de juros, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 foram de 3,75%, 4,31%, 4,52%, 10,06%, 5,79%, 4,62%, 4,83% e 4,26% respectivamente.

As pressões inflacionárias podem resultar em intervenções governamentais na economia, incluindo políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que poderia, por sua vez, afetar adversamente operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão. A inflação, as medidas para conter a inflação e a especulação sobre medidas potenciais também podem contribuir para uma incerteza significativa em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores. Caso o Brasil experimente inflações ou deflações substanciais no futuro, a Companhia e sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras podem ser adversamente afetadas. Tais pressões também podem afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros internacionais e resultar em políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus clientes com o fim de compensar os impactos da inflação em seus custos e despesas, resultando em aumento de seus custos e despesas e redução de suas margens de lucro e lucro líquido.

A inflação também pode aumentar os nossos custos e despesas, e podemos não ser capazes de transferir tais custos aos clientes, reduzindo assim as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Além disso, índices inflacionários elevados geralmente aumentam as taxas de juros domésticas e, portanto, o serviço da dívida da parcela em reais da nossa dívida, que é indexada a taxas flutuantes, também pode aumentar, e com isso, o nosso resultado pode ser afetado. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros domésticas poderiam, ainda, reduzir a liquidez nos mercados de capital e financeiro domésticos, o que afetaria a capacidade de refinarçar o nosso endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também pode nos afetar indiretamente, pois os nossos clientes também podem ser afetados e ter sua capacidade financeira reduzida. Qualquer redução em nossas vendas líquidas ou lucro líquido, bem como qualquer redução no nosso desempenho financeiro podem afetar o preço de negociação de nossos valores mobiliários. Os nossos clientes e fornecedores podem ser afetados por altas taxas de inflação e tais efeitos podem afetar adversamente os nossos negócios.

A piora de condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições econômicas na Europa, na China e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes pode afetar negativamente a economia brasileira e,

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente promove modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, historicamente implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de mercado das nossas ações podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas decrescimento do PIB;
- inflação;
- política fiscal e monetária;
- políticas sanitárias;
- disponibilidade de crédito;
- controle de importações e exportações;
- taxas de juros;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros, de capitais e creditícios domésticos;
- instabilidade econômica, social e política;
- alterações de leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
- alteração na legislação tributária;
- reduções de salários e níveis econômicos;
- aumentos das taxas de desemprego;
- greves internas e normas trabalhistas;
- greves em portos, alfândegas, aeroportos e autoridades fiscais;
- alterações pertinentes ao setor de transporte, inclusive de normas;
- escassez ou racionamento de energia e água;
- instabilidade de preços;

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

- movimentos de taxas de câmbio e controle cambial e restrições a remessa ao exterior; e
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham ao correr no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças nas políticas e normas pelo Governo Federal pode impactar o desempenho econômico e aumentar a volatilidade do mercado.

A Companhia é sensível às incertezas políticas e econômicas no Brasil, as quais podem afetar a volatilidade do mercado de capitais e o valor de mercado de nossos valores mobiliários. O desempenho de nossas ações e a percepção de risco dos investidores estão diretamente vinculados à classificação de risco (rating) soberano do país.

As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil com base em indicadores macroeconômicos, métricas de endividamento e estabilidade institucional. Nos últimos anos, observou-se um ciclo de revisões fundamentado em reformas estruturais e no desempenho do PIB:

Standard & Poor's (S&P): Em dezembro de 2023, elevou o rating de BB- para BB (perspectiva estável), citando a aprovação da reforma tributária e a solidez do setor externo.

Moody's: Em outubro de 2024, elevou a nota de Ba2 para Ba1, com perspectiva positiva, destacando o crescimento econômico e a expectativa de estabilização da dívida pública via cumprimento do arcabouço fiscal.

Fitch Ratings: Manteve a nota em BB, sinalizando cautela quanto ao ritmo de consolidação fiscal e ao crescimento da dívida bruta, que atingiu patamares próximos a 84% do PIB em 2026.

Apesar das melhorias pontuais nos ratings entre 2023 e 2025, o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais. A manutenção ou novos upgrades na classificação dependem da capacidade do Governo Federal em controlar o déficit primário e implementar reformas que garantam a sustentabilidade da dívida pública no médio e longo prazo.

Riscos Identificados:

Custo de Capital: Qualquer rebaixamento futuro ou mudança para perspectiva negativa pode elevar os juros e o rendimento exigido pelos investidores em novas emissões de dívida da Companhia.

Cenário Macroeconômico: Crises políticas, fiscais, sanitárias ou ambientais podem comprimir a renda disponível e o poder aquisitivo da população.

Impacto nas Vendas: Uma eventual deterioração do cenário econômico pode resultar na diminuição do volume de vendas dos nossos produtos e, conseqüentemente, afetar nossos resultados operacionais e situação financeira.

**A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.**

A moeda brasileira tem sido historicamente volátil, sofrendo frequentes desvalorizações nas últimas três décadas. Desde 1999, o Banco Central do Brasil permite a livre flutuação da taxa de câmbio no Brasil, tendo o Real, no período, experimentado frequentes e significativas variações

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

sem relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Ao longo desse período, o Governo Federal brasileiro implementou uma série de planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados cambiais duplos e sistema de câmbio flutuante. A desvalorização do Real ocorrida em períodos menores resultou em variações significativas da taxa de câmbio entre o Real, dólar norte-americano e outras moedas. A Companhia não pode prever se o Banco Central do Brasil ou o Governo Federal brasileiro continuará a permitir que o Real flutue livremente ou intervirá no mercado cambial, retornando ao sistema de banda cambial ou outro. O Real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar norte-americano. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, caso ocorra um desbalanceamento grave na balança de pagamentos brasileira ou haja razões substanciais que prevejam um desbalanceamento grave, podem ser impostas restrições temporárias com relação a remessas de recursos ao exterior. A Companhia não pode prever que tais medidas serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro no futuro.

Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de câmbio (venda) entre o real e o dólar norte-americano foi de R\$5,5024, representando uma valorização de 11,1% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de câmbio (venda) entre o real e o dólar norte-americano foi de R\$6,1923, representando uma desvalorização de 27,9% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio (venda) entre o real e o dólar norte-americano foi de R\$4,8407, uma desvalorização de 7,2% em relação ao dólar norte-americano em comparação à taxa de câmbio (venda) de 31 de dezembro de 2022, que era de R\$5,2171.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O nosso negócio, a nossa situação financeira, os nossos resultados operacionais e as nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

A Companhia está exposta à flutuação do dólar e de outras moedas estrangeiras em suas operações, o que pode acarretar em aumento de custos em decorrência da importação de produtos e de juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

As operações de exportação nos expõem a riscos relacionados a flutuações de moeda, bem como a riscos políticos e econômicos em outros países.

Os riscos atrelados as operações de nossas exportações incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos, incluindo, sem se limitar, a Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior; (vi) altas alíquotas de tributos e/ou ganhos que poderão estar sujeitos

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

a exigências de retenção e aumento de tributos incidentes sobre o repatriamento; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (viii) situações de guerras, ações terroristas, dentre outros. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo relevante sobre os nossos resultados operacionais e a nossa capacidade de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

### **Mudanças nas políticas fiscais e legislação tributária podem afetar adversamente a Companhia.**

O Governo Federal brasileiro tem frequentemente implementado e pode continuar implementando mudanças em suas políticas fiscais, incluindo alterações de alíquotas, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, recolhimento de contribuições temporárias. Algumas dessas medidas podem resultar em aumentos de tributos que podem afetar negativamente os negócios da Companhia, como a redução ou eliminação de isenções de tributos sobre lucros e dividendos. Aumentos de tributos também podem impactar material e adversamente a rentabilidade do setor e os preços dos serviços da Companhia, restringir a capacidade da Companhia de realizar negócios em seus atuais e futuros mercados e impactar negativamente seus resultados financeiros, o que pode afetá-la adversamente, caso não seja capaz de repassar integralmente aos seus clientes por meio dos preços que cobra por seus produtos e serviços os custos adicionais associados a tais mudanças na política fiscal.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal ou de autoridades fiscais estaduais e municipais de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que seus procedimentos e processos serão corretos, nem que manterá ou constituirá provisionamentos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, seus resultados operacionais e a sua condição financeira. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), pode afetar negativamente a Companhia.

Ineficiências ou a incapacidade do governo brasileiro de implementar reformas críticas para aprimorar o sistema tributário e previdenciário brasileiro, a legislação trabalhista e outras áreas-chave para a vitalidade macroeconômica brasileira podem afetar adversamente a Companhia.

### **A concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito.**

De acordo com os dados mais recentes do Relatório de Estabilidade Financeira (REF) do Banco Central do Brasil, o cenário bancário permanece em transição. Ao final de 2025, os quatro maiores bancos do país — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Bradesco — apresentaram uma concentração de depósitos totais próxima a 56,5%, mantendo a trajetória de leve redução observada nos anos anteriores (57,1% em 2024 e 57,9% em 2023).

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

No que tange às operações de crédito, a concentração desses quatro players estabilizou-se em torno de 57,6% no encerramento de 2025, após o patamar de 57,9% registrado em 2024. Apesar da crescente participação de novos entrantes e cooperativas de crédito, as grandes instituições mantêm o domínio em segmentos estratégicos e de longo prazo, como: (i) Crédito Rural; (ii) Financiamento Habitacional e (iii) Crédito para Infraestrutura.

A permanência de níveis elevados de concentração financeira pode limitar a competitividade no setor, influenciando diretamente as taxas de juros e as tarifas bancárias praticadas. Para a Companhia, a dependência desse grupo restrito de instituições representa um risco operacional e financeiro; eventuais alterações em suas políticas de crédito, restrições de liquidez ou deterioração em nosso relacionamento comercial com qualquer uma dessas instituições podem impactar adversamente nossa capacidade de captação de recursos e o custo de nossas linhas de financiamento.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

#### 1- O endividamento da Companhia pode afetar sua capacidade de crescimento.

O crescimento da Companhia depende de investimentos relevantes financiados, em parte, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo da Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2023 somaram R\$590.350, em 31 de dezembro de 2024 somaram R\$ 589.664 mil e em 31 de dezembro de 2025 somaram R\$ 615.643 mil.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (covenants) previstas em determinados contratos financeiros de que é parte que limitam a capacidade de obter novos financiamentos ou refinar o endividamento existente. Além disso, os contratos contêm restrições a novas captações em certas condições, como por exemplo, no caso de as referidas captações impossibilitarem a manutenção pela Companhia de certos índices financeiros estabelecidos contratualmente.

Dessa forma, a Companhia poderá não ser capaz de contrair novas dívidas para financiar sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital sem a prévia autorização de seus atuais credores ou poderá ser obrigada a pagar antecipadamente determinados empréstimos e financiamentos atualmente contratados, o que poderá afetar sua capacidade de crescimento.

Caso a Companhia não seja capaz de atender os referidos covenants em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, pode vir a ocorrer o vencimento antecipado de seus contratos, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em outros contratos, o que pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e em sua situação financeira.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, ver Seção 2 deste Formulário de Referência.

#### 2- A Companhia depende dos sistemas de transportes e infraestrutura, nacionais e internacionais, para importação e entrega dos produtos aos clientes. Eventos relacionados a estes fatores podem resultar em atrasos e riscos de entrega.

O sucesso da operação da Companhia está atrelado, dentre outros fatores, à sua capacidade de gerenciar a logística envolvida na comercialização dos produtos. Dessa forma, várias etapas da operação da Companhia (incluindo a compra de matéria prima, a importação de produtos, a venda de produtos) dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, o que inclui portos, aeroportos, rodovias e demais meios de transporte utilizados pela Companhia e por seus prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta muitos problemas que dificultam um funcionamento eficiente, incluindo o elevado custo da mão-de-obra especializada, a saturação e a falta de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura portuária e aeroportuária, a elevada carga tributária incidente sobre essas operações e o precário estado de conservação viária e da frota de transportes. Além disso, destacam-se como obstáculos as constantes interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde atuamos, resultantes, por exemplo, de desastres naturais,

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes (a exemplo da paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas ou outras causas inesperadas que podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de comercializar os nossos produtos e serviços, bem como ocasionar queda em nossas vendas e perda de clientes existentes, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

A Companhia possui dependência relevante de uma ampla estrutura logística internacional, utilizada para os processos de importação dos produtos e insumos que compõem as suas soluções, incluindo armadores, armazenagem portuária, entre outros.

Dessa forma, quaisquer eventos adversos, interrupções ou reduções significativas nos serviços prestados no funcionamento das infraestruturas de transporte internacional, como redução da frota de armadores e escassez de contêineres, podem igualmente atrasar ou impedir a entrega dos produtos e serviços comercializados pela Companhia, afetando adversa e negativamente os nossos negócios, resultados e condição financeira.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mau funcionamento de seus produtos, que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos.

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo, mas não se limitando a: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; e (viii) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los, ou mesmo a impossibilidade de corrigi-los tempestivamente, podem afetar adversamente a nossa reputação, os nossos resultados e a nossa condição financeira.

### 3- Riscos macroeconômicos

Crises econômicas e políticas no Brasil podem ter efeitos adversos relevante sobre os negócios, operações e condição financeira da Companhia, bem como o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

A última eleição presidencial, de governadores, deputados federais e senadores que ocorreu, resultou em significativa volatilidade nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Incertezas com relação a medidas que venham a ser adotadas no futuro pelo Governo Federal brasileiro podem influenciara percepção dos investidores com relação ao risco do Brasil e podem ter um efeito significativo e adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e orientar a condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro de empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro, tampouco os respectivos impactos na economia brasileira e na Companhia.

Adicionalmente, impasses entre o Governo Federal brasileiro e o Congresso Nacional podem gerar incertezas com relação à implementação, pelo Governo Federal brasileiro, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, incluindo a legislação aplicável, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

Em 1º de janeiro de 2023, o novo governo tomou posse e o Presidente Lula assumiu o poder. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às ações da Companhia.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. A incerteza sobre se o Governo Federal brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Desta forma, não podemos estimar completamente o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em nossos negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode nos afetar adversamente, assim como aos nossos valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política também podem afetar adversamente os nossos negócios.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os nossos negócios e resultado operacional.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os nossos, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das nossas ações.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes, como o comprometimento da

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

capacidade de pagamento de clientes do sistema bancário, teriam impacto direto sobre o nosso negócio.

A inflação e as medidas do Governo Federal para controlar a inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e nos afetar de maneira adversa.

O Brasil experimentou em passado recente, taxas de inflação extremamente altas e, em consequência, seguiu políticas monetárias que contribuíram para uma das maiores taxas de juros real do mundo. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e os nossos negócios. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósitos compulsórios podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos da taxa de juros, o que pode afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 foram de 3,75%, 4,31%, 4,52%, 10,06%, 5,79%, 4,62%, 4,83% e 4,26% respectivamente.

As pressões inflacionárias podem resultar em intervenções governamentais na economia, incluindo políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que poderia, por sua vez, afetar adversamente operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão. A inflação, as medidas para conter a inflação e a especulação sobre medidas potenciais também podem contribuir para uma incerteza significativa em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores. Caso o Brasil experimente inflações ou deflações substanciais no futuro, a Companhia e sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras podem ser adversamente afetadas. Tais pressões também podem afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros internacionais e resultar em políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus clientes com o fim de compensar os impactos da inflação em seus custos e despesas, resultando em aumento de seus custos e despesas e redução de suas margens de lucro e lucro líquido.

A inflação também pode aumentar os nossos custos e despesas, e podemos não ser capazes de transferir tais custos aos clientes, reduzindo assim as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Além disso, índices inflacionários elevados geralmente aumentam as taxas de juros domésticas e, portanto, o serviço da dívida da parcela em reais da nossa dívida, que é indexada a taxas flutuantes, também pode aumentar, e com isso, o nosso resultado pode ser afetado. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros domésticas poderiam, ainda, reduzir a liquidez nos mercados de capital e financeiro domésticos, o que afetaria a capacidade de refinarçar o nosso endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também pode nos afetar indiretamente, pois os nossos clientes também podem ser afetados e ter sua capacidade financeira reduzida. Qualquer redução em nossas vendas líquidas ou lucro líquido, bem como qualquer redução no nosso desempenho financeiro podem afetar o preço de negociação de

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

nossos valores mobiliários. Os nossos clientes e fornecedores podem ser afetados por altas taxas de inflação e tais efeitos podem afetar adversamente os nossos negócios.

A piora de condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, China, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições econômicas na Europa, na China e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes pode afetar negativamente a economia brasileira e, por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções do Governo Federal e pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente promove modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, historicamente implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de mercado das nossas ações podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida por taxas decrescimento do PIB;
- inflação;
- política fiscal e monetária;
- políticas sanitárias;
- disponibilidade de crédito;
- controle de importações e exportações;
- taxas de juros;

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- fornecimento de energia elétrica;
- liquidez dos mercados financeiros, de capitais e creditícios domésticos;
- instabilidade econômica, social e política;
- alterações de leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
- alteração na legislação tributária;
- reduções de salários e níveis econômicos;
- aumentos das taxas de desemprego;
- greves internas e normas trabalhistas;
- greves em portos, alfândegas, aeroportos e autoridades fiscais;
- alterações pertinentes ao setor de transporte, inclusive de normas;
- escassez ou racionamento de energia e água;
- instabilidade de preços;
- movimentos de taxas de câmbio e controle cambial e restrições a remessa ao exterior;
- e
- outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, que venham ao correr no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças nas políticas e normas pelo Governo Federal pode impactar o desempenho econômico e aumentar a volatilidade do mercado.

A Companhia é sensível às incertezas políticas e econômicas no Brasil, as quais podem afetar a volatilidade do mercado de capitais e o valor de mercado de nossos valores mobiliários. O desempenho de nossas ações e a percepção de risco dos investidores estão diretamente vinculados à classificação de risco (rating) soberano do país.

As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil com base em indicadores macroeconômicos, métricas de endividamento e estabilidade institucional. Nos últimos anos, observou-se um ciclo de revisões fundamentado em reformas estruturais e no desempenho do PIB:

Standard & Poor's (S&P): Em dezembro de 2023, elevou o rating de BB- para BB (perspectiva estável), citando a aprovação da reforma tributária e a solidez do setor externo.

Moody's: Em outubro de 2024, elevou a nota de Ba2 para Ba1, com perspectiva positiva, destacando o crescimento econômico e a expectativa de estabilização da dívida pública via cumprimento do arcabouço fiscal.

Fitch Ratings: Manteve a nota em BB, sinalizando cautela quanto ao ritmo de consolidação fiscal e ao crescimento da dívida bruta, que atingiu patamares próximos a 84% do PIB em 2026.

Apesar das melhorias pontuais nos ratings entre 2023 e 2025, o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais. A manutenção ou novos upgrades na classificação dependem da capacidade do Governo Federal em controlar o déficit primário e implementar reformas que garantam a sustentabilidade da dívida pública no médio e longo prazo.

Riscos Identificados:

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

**Custo de Capital:** Qualquer rebaixamento futuro ou mudança para perspectiva negativa pode elevar os juros e o rendimento exigido pelos investidores em novas emissões de dívida da Companhia.

**Cenário Macroeconômico:** Crises políticas, fiscais, sanitárias ou ambientais podem comprimir a renda disponível e o poder aquisitivo da população.

**Impacto nas Vendas:** Uma eventual deterioração do cenário econômico pode resultar na diminuição do volume de vendas dos nossos produtos e, conseqüentemente, afetar nossos resultados operacionais e situação financeira.

### **4- Mudanças nas políticas fiscais e legislação tributária podem afetar adversamente a Companhia**

O Governo Federal brasileiro tem frequentemente implementado e pode continuar implementando mudanças em suas políticas fiscais, incluindo alterações de alíquotas, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, recolhimento de contribuições temporárias. Algumas dessas medidas podem resultar em aumentos de tributos que podem afetar negativamente os negócios da Companhia, como a redução ou eliminação de isenções de tributos sobre lucros e dividendos. Aumentos de tributos também podem impactar material e adversamente a rentabilidade do setor e os preços dos serviços da Companhia, restringir a capacidade da Companhia de realizar negócios em seus atuais e futuros mercados e impactar negativamente seus resultados financeiros, o que pode afetá-la adversamente, caso não seja capaz de repassar integralmente aos seus clientes por meio dos preços que cobra por seus produtos e serviços os custos adicionais associados a tais mudanças na política fiscal.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal ou de autoridades fiscais estaduais e municipais de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que seus procedimentos e processos serão corretos, nem que manterá ou constituirá provisionamentos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, seus resultados operacionais e a sua condição financeira. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), pode afetar negativamente a Companhia.

Ineficiências ou a incapacidade do governo brasileiro de implementar reformas críticas para aprimorar o sistema tributário e previdenciário brasileiro, a legislação trabalhista e outras áreas-chave para a vitalidade macroeconômica brasileira podem afetar adversamente a Companhia.

### **5- Concorremos com empresas de soluções tecnológicas nacionais e internacionais, bem como fabricantes de produtos e soluções tecnológicas**

Conforme descrito na Seção 1 deste Formulário de Referência a nossa atividade comercial pode ser dividida em telecom e grupos de soluções corporativas como Audio e Video, CiberSegurança,

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Segurança eletrônica e outros. Dessa forma, a abrangência da nossa atividade empresarial nos expõe a ambientes de competição em diferentes frentes de atuação, o que pode dificultar a nossa estratégia de expansão e manutenção de mercado (market share).

Os nossos concorrentes são dos mais variados portes, desde pequenas empresas a grandes multinacionais com tradição de mercado, amplo portfólio e alta capilaridade. Caso qualquer de nossos concorrentes lance no mercado algum produto ou serviço disruptivo, nossas vendas poderão ser adversamente afetadas, impactando os nossos negócios, os nossos resultados e a nossa situação financeira. Ainda, a nossa participação de mercado poderá ser reduzida caso não consigamos nos manter competitivos. Um aumento no nível de competição no setor em que atuamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais pode limitar nossa capacidade de crescimento e pressionar para baixo os preços de nossos produtos e serviços, reduzindo nossas receitas e afetando adversamente nosso negócio, margem de lucro, resultados e fluxo de caixa.

Caso sociedades estrangeiras que desenvolvem atividades empresariais semelhantes às nossas passem a atuar no mercado local, a nossa concorrência poderá aumentar, o que poderá impactar as nossas vendas, as nossas operações e os nossos resultados.

Ainda, caso qualquer fornecedor passe a vender os produtos que comercializamos diretamente a nossos clientes, poderemos ser adversamente afetados, visto que perderemos a comercialização dos produtos desse fornecedor e precisaremos substituí-lo por outro fornecedor que atenda a demanda de nossos clientes.

Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos ou caso não consigamos responder adequadamente as estratégias de nossos concorrentes atuais ou daqueles que vierem a se tornar nossos concorrentes no futuro, poderemos ter a nossa participação reduzida em um ou mais mercados, o que conseqüentemente reduzirá nossas receitas e criará uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

### 4.3 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

#### Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam os seguintes tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, de ações, entre outros. A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

#### Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como impactem a demanda por nossos serviços. A Companhia contrata empréstimo e financiamentos junto a instituições financeiras no Brasil, fazendo frente às suas necessidades de caixa para investimentos e seu crescimento. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em Certificado de Depósito Interbancário CDI.

Em 31 de dezembro de 2024, nossa dívida bruta, representada pelo total de empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais (circulante e não circulante), somados a arrendamentos mercantis, era de R\$622.422 mil, atrelada a CDI, conforme detalhado abaixo:

(valores expressos em milhares de R\$)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	615.643	580.037
Arrendamentos Mercantis	6.779	10.376
Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	-	-749
<b>Total</b>	<b>622.422</b>	<b>589.664</b>

Qualquer aumento nestes indicadores poderá gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras, resultados operacionais e o valor de nossas ações.

#### Risco de Liquidez

O risco de liquidez se materializa com a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros, em função dos diferentes prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. Pode ser definido pela possibilidade de não cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, salários a pagar, tributos e encargos sociais a recolher, empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos.

A soma do passivo circulante e do não circulante era de R\$721.664 mil em 31 de dezembro de 2025 e de R\$789.589 mil em 31 de dezembro de 2024.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma do ativo circulante e não circulante, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante era de 1,65 em 31 de dezembro de 2025 e 1,84 em 31 de dezembro de 2024.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

#### Risco de Gestão de Capital

O risco de gestão do capital advém da possibilidade da Companhia não conseguir assegurar uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida.

A atual estrutura de capital da Companhia está detalhada abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
(+) Empréstimos e Financiamentos	615.643	580.037
(+) Arrendamentos Mercantis	6.779	10.376
(+) Duplicatas descontadas		
(+/-) Instrumentos financeiros (SWAP)	-	-749
<b>Dívida Bruta</b>	<b>622.422</b>	<b>589.664</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-171.983	-102.030
(-) Investimentos de curto prazo		
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>450.439</b>	<b>487.634</b>
<b>Patrimônio líquido (B)</b>	<b>466.360</b>	<b>665.846</b>
<b>Patrimônio Líquido e dívida líquida (A + B)</b>	<b>916.799</b>	<b>1.153.480</b>
<b>Índice de alavancagem financeira (A) / (A + B)</b>	<b>0,4913</b>	<b>0,4228</b>

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como substitutos para o fluxo de caixa, bem como não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a soma de empréstimos e financiamentos bancários (passivo circulante e não-circulante), bem como de instrumentos financeiros derivativos líquidos (ativo circulante e não circulante; passivo circulante não-circulante), mútuo com partes relacionadas (passivo circulante), e duplicatas descontadas (passivo circulante); A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Bruta, menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante), e títulos e valores mobiliários (ativo circulante) Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

#### Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira, equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos bem como as operações com risco na taxa de juros classificados em equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras (Banco Central), foi obtida a projeção da moeda estrangeira, CDI para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenários II e III), 50% (cenários I e IV). Para cada cenário foi apresentado a seguir o novo saldo contábil considerando a taxa de stress:

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado (Valores em R\$/mil)			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Operação	Variável de risco	2025					
Caixa e Equivalentes de caixa	CDI	171.983	195.558	160.195	154.301	201.452	207.346
Banco do Brasil	CDI	(43.750)	(51.122)	(40.064)	(38.221)	(52.965)	(54.808)
Banco Itaú Unibanco	CDI	(345.447)	(405.589)	(315.376)	(300.340)	(420.625)	(435.660)
Caixa Econômica	CDI	(100.125)	(116.896)	(91.739)	(87.547)	(121.088)	(125.281)
Banco Safra	CDI	(40.130)	(41.133)	(39.628)	(39.377)	(41.384)	(41.635)
Banco Daycoval – Finimp	CDI	(10.744)	(11.371)	(10.431)	(10.275)	(11.528)	(11.684)
Banco Safra – Finimp	CDI	(8.955)	(9.492)	(8.686)	(8.552)	(9.626)	(9.761)
Operações Vendor	Pré-fixada	(31.606)	(32.048)	(31.385)	(31.274)	(32.159)	(32.270)
Duplicata Descontada	Pré-fixada	(34.886)	(35.350)	(34.654)	(34.538)	(35.466)	(35.582)
Indexador			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
(i) CDI			13,71%	6,85%	10,28%	17,14%	20,56%
(i) CDI - Banco do Brasil			16,85%	8,43%	12,64%	21,06%	25,28%
(i) CDI – Itaú			17,41%	8,71%	13,06%	21,76%	26,12%
(i) CDI - Caixa Econômica			16,75%	8,38%	12,56%	20,94%	25,13%
(i) CDI – Daycoval			5,83%	2,92%	4,37%	7,29%	8,75%
(i) CDI - Safra			2,50%	1,25%	1,88%	3,13%	3,75%
(i) CDI - Safra Finimp			6,00%	3,00%	4,50%	7,50%	9,00%
Taxa pré-fixada - Vendor			1,40%	0,70%	1,05%	1,75%	2,10%
Taxa pré-fixada - Duplicata Descontada			1,33%	0,67%	1,00%	1,66%	2,00%

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

### 4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas figuram como partes em procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não figuravam como parte, no polo passivo, classificado como chance de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas figuravam como parte, no polo passivo, em 18 processos classificados como chance de perda possível, sendo considerado o montante de aproximadamente R\$ 5,9 milhão para tais processos.

No entanto, não há processos a serem descritos no presente item do Formulário de Referência, considerando que o potencial impacto dos processos que nós e/ou nossas controladas estamos envolvidos não é relevante ao nosso patrimônio, à nossa capacidade financeira ou aos nossos negócios. Foram considerados relevantes, para a preparação deste item, processos judiciais ou administrativos cujo impacto financeiro à nossa Companhia seria igual ou superior a R\$ 20 mil, além de processos judiciais ou administrativos que poderiam representar um impacto relevante em nossa imagem ou reputação ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão, independentemente de seu valor.

## **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

### **4.5 – Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

Item não aplicável tendo em vista que não foram descritos processos no item 4.4 deste Formulário de Referência.

## **4.6 Processos sigilosos relevantes**

### **4.6 - Processos sigilosos relevantes**

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas figuram como parte.

## **4.7 Outras contingências relevantes**

### **4.7 - Outras contingências relevantes**

Na data deste Formulário, não há contingências relevantes em que a Companhia ou suas controladas figuram como parte.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

#### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Devido a intenção de abertura de capital, a Companhia elaborou uma Política de Gerenciamento de Riscos, que foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021 (“Política de Gestão de Riscos”).

A Política de Gestão de Riscos é aplicável à Companhia e suas controladas. O documento define os riscos aos quais a Companhia está exposta e define medidas que viabilizam o seu gerenciamento. Dentre as medidas, a Companhia se compromete a atualizar no mínimo anualmente a Matriz de Riscos por ocasião da revisão de planejamento estratégico da Companhia e com o surgimento de eventos de riscos emergentes.

Além disso, a Política de Gestão de Riscos formaliza as estratégias a serem adotadas em resposta à identificação de eventuais riscos, sendo estabelecidas as hipóteses em que devem ser adotadas as seguintes medidas:

- eliminar o risco;
- transferir o risco;
- reduzir/gerir o risco;
- aceitar o risco.

Para a definição de qual das medidas será tomada, a Companhia deve avaliar o limite (ou apetite) do risco de acordo com a metodologia pré-estabelecida na Política de Gestão de Riscos.

#### (b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento de seus objetivos. As diretrizes adotadas pela Companhia para o gerenciamento de riscos consideram que toda e qualquer decisão envolve determinado grau de risco. O objetivo da Companhia é entender os riscos aos quais está exposta, avaliar e definir ações de resposta para que as perdas sejam reduzidas e previstas. Os riscos são, portanto, um dos fatores a ser considerado no processo de decisão da Companhia em seus mais diversos níveis.

##### (i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos listados no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados em quatro principais grupos:

**Riscos Estratégicos:** aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de inovação tecnológica e aumento dos números da Companhia. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**Riscos Operacionais:** aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, compras, produção, marketing, comercial, vendas; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.

**Riscos Financeiros:** aqueles decorrentes da possibilidade de perdas em razão do comportamento das taxas de juros, variação cambial e dos preços das ações, assim como aqueles decorrentes da possibilidade de perdas resultantes de incerteza no recebimento por parte dos clientes, quanto ao recebimento de valores programados em empréstimos e contratos.

**Riscos de Conformidade:** São os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

**Riscos Socioambientais:** são os riscos de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

**Risco de Imagem:** possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

A Matriz de Riscos da Companhia compreende os principais riscos constantes das categorias acima, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia. Dentre esses riscos, a Companhia destaca o Risco Operacional (Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços) sendo o de maior criticidade.

### (ii) instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota como modelo de gestão dos riscos o COSO-ERM (Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission) "COSO ERM", o qual conta com as seguintes etapas:

- Identificação dos riscos: Identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- Avaliação: Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados;
- Proposta de Limites: nível de risco que os acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor;
- Plano de ação: Conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

Para a avaliação dos riscos, a Companhia definiu uma metodologia por meio da qual realiza a análise da exposição e/ou o impacto dos riscos e avalia se está disposta a aceitá-lo. Essa avaliação considera os seguintes fatores:

- avaliação do retorno tangível e intangível relacionado ao limite de risco proposto;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- capacidade da Companhia de suportar o impacto do limite de risco proposto;
- decisão se o risco deve ou não ser aceito conforme sua tipologia;
- viabilidade da implantação das iniciativas de mitigação (custo e esforço) versus efeito na mitigação do risco e respectivo retorno;
- disponibilidade de recursos (investimento e esforço) para implantação.

A partir da classificação do risco, a Companhia pode decidir por:

- eliminar totalmente o risco, protegendo os objetivos da Companhia dos impactos associados ao risco;
- transferir o risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades;
- reduzir parcialmente a exposição ou adotar ações pontuais visando minimizar potenciais impactos;
- assumir os impactos potenciais do risco e respectivas oportunidades.

Para os riscos classificados como de maior criticidade, são exemplos de algumas das medidas mitigadoras adotadas pela Companhia:

- Fator de risco Pessoas: adequado processo de seleção e recrutamento, ações de treinamento, existência de Código de Ética e Normas de Conduta, política adequada de reconhecimento e remuneração;
- Fator de risco Processos: definição dos procedimentos e implantação de controles internos, formalização dos processos operacionais, manutenção contínua destes;
- Fator de risco Sistemas: implantação de controles de acesso (físicos e lógicos), instalação de programas antivírus, back-up periódico de dados, política de uso de equipamentos móveis, internet, e-mail e backup de infraestrutura de conexão de internet; e
- Fator de risco Eventos Externos: implantação de plano de continuidade de negócios, com definição dos processos críticos.

### **(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A estrutura da Companhia segue o modelo de “Três Linhas de Defesa”, de forma que o gerenciamento de riscos da Companhia é realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito abaixo:

Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras atribuições:

- (a) acompanhar as atividades da área de auditoria interna da Companhia e da área de gerenciamento de Riscos da Companhia; e
- (b) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- (a) aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentados pela Diretoria;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(b) fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;

(c) avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e

(d) avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos.

Compete à Diretoria da Companhia, dentre outras atribuições:

(a) desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos Riscos;

(b) definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de Riscos dentro da Companhia;

(c) definir, em conjunto com a área de gestão de Risco, os planos de ação para mitigação dos Riscos;

(d) supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e

(e) disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia.

Compete à auditoria interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

(a) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;

(b) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;

(c) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e

(d) propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

Compete à área de gerenciamento de riscos da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para a Diretoria

(a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco;

(b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;

(c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;

(d) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;

(e) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(f) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;

(g) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

(h) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;

(i) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

(j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e

(k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos.

A área de gerenciamento de riscos será vinculada à Diretoria a ser designada pelo Diretor-Presidente, e suas atividades serão reportadas e acompanhadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Os membros da área de gerenciamento de Riscos não podem acumular funções com atividades operacionais.

Compete aos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

(a) identificar e gerenciar os Riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os Limites de Riscos;

(b) comunicar, tempestivamente, à área de gerenciamento de Riscos da Companhia, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos Limites de Risco; e

(c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

No contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado, em 16 de fevereiro de 2021, a administração da Companhia aprovou a implementação da atual estrutura de gerenciamento de riscos.

Para informações sobre os riscos a que estamos expostos em razão da recente implementação na nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, ver fator de risco “Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.” no item 4.1 deste Formulário de Referência.

**(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

## **5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado**

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2 - Descrição dos controles internos

#### **(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que a Companhia adota baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de seus objetivos. Para isso, o processo consiste basicamente na avaliação periódica do potencial de impacto e a probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que a Companhia está disposta a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com a gestão de riscos de compliance da Companhia encontram-se detalhados na Seção 5.3 abaixo.

Ademais, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Auditoria deverá elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que será divulgado por nós, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

A Companhia considera suas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao seu porte e à complexidade de suas atividades.

#### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

A estrutura organizacional da Companhia é composta por: Área Financeira, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, área de auditoria interna, Área de Compliance e Área de Gerenciamento de Riscos, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

- Área Financeira: é responsável por, dentre outras atribuições, revisar e verificar a consistência dos registros contábeis efetuados e pela elaboração das demonstrações contábeis;
- Área de Compliance: é responsável por, dentre outras atribuições, coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas nos procedimentos de compliance e controles internos da Companhia;
- Área de gerenciamento de Riscos: é responsável por, dentre outras atribuições, (a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco pautado na visão integrada e sistêmica das atividades desenvolvidas pela Companhia e em linha com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração; e (b) monitorar os riscos a que a Companhia está exposta;
- Auditoria Interna: a Auditoria Interna da Companhia, desempenhada por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários, possui as atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração, dentre as quais pode-se destacar (a) revisar e avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais; e (b) determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo tipo de perda; e (c) determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da empresa

## 5.2 Descrição dos controles internos

- Comitê de Auditoria Estatutário: responsável por, dentre outras atribuições, (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; e (c) elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.
- Conselho de Administração: o Conselho de Administração da Companhia é responsável por, dentre outras atribuições, (a) avaliar a adequação da estrutura de controles internos; (b) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos; (c) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; e (d) aprovar as atribuições e o orçamento próprio da Auditoria Interna, bem como o orçamento próprio do Comitê de Auditoria e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, receber o reporte daquela área, avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções.

A implementação da atual estrutura de controles internos, foi realizada em 16 de fevereiro de 2021, no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado.

Para informações sobre os riscos a que estamos expostos em razão da recente implementação na nossa estrutura de controles internos, ver fator de risco Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A administração da Companhia é responsável por: (i) estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras, verificar se operações estão em conformidade com as políticas e/ou regras definidas; (ii) monitorar permanentemente o cumprimento às leis, normas e regulamentos, conforme o disposto em nosso Código de Ética e Conduta; e (iii) auxiliar os controles relacionadas às demonstrações financeiras e à gestão.

A estrutura de controles internos mencionada, aliadas às revisões e trabalho conjunto da Diretoria, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da área de auditoria interna e da Área de gerenciamento de Riscos da Companhia, além das aprovações individuais, colegiadas e consolidadas de todos os órgãos envolvidos, asseguram à administração da Companhia que suas demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

Dessa forma, destaca-se, entre as competências da área de auditoria interna da Companhia cita das no item (b) acima, a de aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança e apresentar, quando solicitada, sua percepção quanto à exposição dos riscos. Ainda, compete à tal área propor limites para exposição de riscos. No mesmo sentido, a Companhia estabeleceu a gerenciamento de Riscos da Companhia, que tem dentre as suas competências a de avaliar periodicamente a aderência dos controles internos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão de assessoramento vinculado ao nosso Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento, de caráter permanente e que avalia o grau de qualidade e efetividade dos controles internos da Companhia.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Após cada processo de auditoria, a Administração recebe dos auditores independentes carta de recomendação sobre os controles internos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM nº 308-99, e propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

Os auditores externos independentes da Companhia não identificaram, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras consolidadas, deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme mencionado no item (d) acima, não foram identificados pelos auditores externos independentes deficiências significativas sobre os controles internos, e também não havia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 deficiências significativas pendentes de remediação.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3 - Programa de integridade

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Código de Ética realizada em 16 de fevereiro de 2021, com objetivo de formalizar os padrões de conduta que norteiam as relações da Companhia.

O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, e deve ser transmitido, sempre que possível, aos terceiros com os quais se relacionam (incluindo fornecedores, parceiros e clientes). O documento define os valores e princípios básicos da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como:

- A relação com terceiros, pessoas politicamente expostas e agentes públicos; confidencialidade das informações;

- Segurança e responsabilidade socioambiental; conflito de interesses.

Além do Código de Ética, a Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade:

- Disponibilização de canal de denúncias independente para colaboradores e terceiros;

- Procedimentos de análise prévia à contratação de fornecedores, incluindo a análise de certidões e documentação relevante, consulta no CNPJ e Sintegra.

Além disso, os riscos de conformidade são analisados periodicamente pela área de Compliance, Riscos e Controles Internos, sendo que os procedimentos e práticas de integridade são revisados sempre que necessário.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance, Riscos e Controles Internos (que desempenha as funções de Compliance, controles internos e riscos corporativos) é responsável por orientar e esclarecer dúvidas sobre Código de Ética, solucionando eventuais lacunas ou pontos omissos. A área de Compliance, Riscos e Controles Internos também é responsável por, dentre outros:

- Implementar o Programa de Integridade e suas respectivas políticas;

- Prevenir, detectar e remediar os atos lesivos contra a administração pública nacional e estrangeira previstos na Lei nº 12.846/2013 e suas atualizações;

- Engajar e apoiar a alta administração para o fomento a uma cultura ética e de respeito às leis e para a aplicação efetiva do Programa de Integridade;

### 5.3 Programa de integridade

- Atuar com autonomia, independência, imparcialidade, recursos materiais, humanos e financeiros para o seu pleno funcionamento, com possibilidade de acesso direto, quando necessário, ao mais alto corpo decisório da Companhia;

- Elaborar as regras, políticas e procedimentos de prevenção de irregularidades;

- Definir procedimentos de verificação da aplicabilidade do Programa de Integridade ao modo de operação da Companhia e criar mecanismos para que as deficiências encontradas em qualquer área, possam realimentar continuamente seu aperfeiçoamento e atualização.

Além disso, o Comitê de Auditoria, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, é responsável pela apuração das denúncias após as análises realizadas pela empresa independente e pela área de Compliance, Riscos e Controles Internos da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética se aplica a todos os funcionários da Companhia, qualquer que seja seu nível hierárquico, incluindo diretoria, conselheiros fiscais e conselheiros de administração.

Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

Todos os funcionários da Companhia recebem uma cópia do Código de Ética na data de sua integração e assinam um termo declarando ciência sobre o seu conteúdo. Apesar de não haver atualmente um calendário formal de treinamentos, a Companhia implementará um calendário de treinamentos periódicos sobre o conteúdo do Código de Ética e da legislação aplicável.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.

Em casos de violação às disposições do Código de Ética estão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, como:

- Advertência oral e/ou por escrito; suspensão;

- Rescisão do contrato de trabalho.

No caso de terceiros, essas violações poderão levar à rescisão do contrato de prestação de serviços, quando couber. Além disso, caso as violações praticadas configurem crime, a Companhia poderá comunicar as autoridades competentes, sem prejuízo das sanções acima descritas.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Código de Ética foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021 e pode ser consultado nos seguintes endereços eletrônicos: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [ri.wdcnet.com.br](http://ri.wdcnet.com.br).

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

### 5.3 Programa de integridade

Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A sede está em Porto Alegre RS, a fim de receber qualquer denúncia ou sugestão, advinda de Colaborador, fornecedor, ou parceiro, de forma imparcial, para que o apresentante de queixa, denúncia, dúvida ou sugestão, tenha total privacidade, e não seja identificado, em sua solicitação. É usado canal de internet no menu principal da homepage da WDC com o nome “CANAL DE ÉTICA” (<http://contatoseguro.com.br/wdc>), sem identificação de endereço de IP, ou linha telefônica 0800-900-9292.



- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Nosso canal está aberto para o recebimento de denúncias de todos os empregados e terceiros.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O canal utilizado pela Companhia garante o sigilo quanto ao colaborador ou ao terceiro que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As apurações e penalidades de violação de código de conduta da Companhia serão sempre centralizadas no departamento de Gente & Gestão. A Companhia estruturou um comitê de apuração de denúncias, formado pela diretora de Gente & Gestão, gerente de Gente & Gestão, Diretor Financeiro, Diretor de Logística, Gerente Administrativo de Ilhéus, podendo incluir outras áreas ou pessoas, caso um dos participantes do comitê esteja envolvida em tal denúncia, para que haja definição independente e não tendenciosa das penalidades a serem aplicadas.

#### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Além daqueles já descritos neste item 5.4 do Formulário de Referência, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares. Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia segue determinadas práticas de diligência, dentre as quais (a) a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados; e (b) a contratação de escritórios de advocacia conceituados.

### 5.3 Programa de integridade

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, considerando que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

## **5.4 Alterações significativas**

### **5.4 - Alterações significativas**

Não houve, no último exercício social, qualquer alteração significativa nos principais riscos aos quais está exposta.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5 – Outras inf. relev. – Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo Invest Partic Multiestratégia</b>						
14.596.766/0001-95	Brasil	Sim	Sim	25/08/2025		
Não						
12.873.942	20,286	0	0,000	12.873.942	20,286	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>ALASKA POLAND FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES – BDR NÍVEL I INVESTIMENTO NO EXTERIOR</b>						
05.775.774/0001-08	Brasil	Não	Não	25/08/2025		
Não						
5.140.300	8,100	0	0,000	5.140.300	8,100	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Multisetorial Plus Investimento no Exterior</b>						
08.978.630/0001-47	Brasil	Não	Não	23/07/2021		
Não						
6.465.000	10,187	0	0,000	6.465.000	10,187	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>TUESDAY VINTAGE I FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM ACOES</b>						
60.859.232/0001-21	Brasil	Não	Não	25/08/2025		
Não						
8.795.592	13,860	0	0,000	8.795.592	13,860	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR</b>						
055.084.198-96	Brasil	Sim	Sim	04/10/2021		
Não						
22.953.900	36,170	0	0,000	22.953.900	36,170	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
7.232.729	11,397	0	0,000	7.232.729	11,397	
<b>TOTAL</b>						

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
63.461.463	100,000	0	0,000	63.461.463	100,000	

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
2B Capital – Brasil Capital de Crescimento I – Fundo Invest Partic Multiestratégia				14.596.766/0001-95		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	30/04/2026
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	3.437
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	63
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	0

#### Ações em Circulação

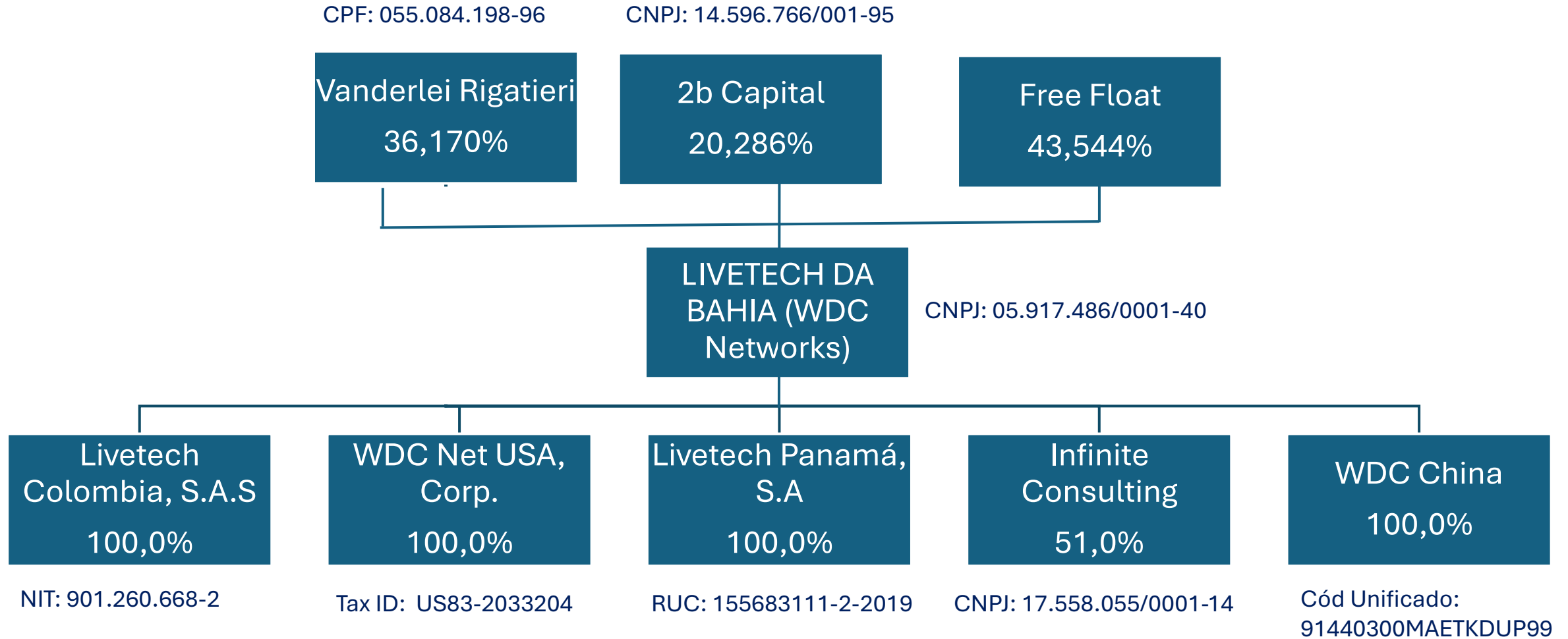
*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	27.633.621	43,544%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	27.633.621	43,544%

## 6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
INFINITE CONSULTING	17.558.055/0001-14	51
LIVETECH CHINA	00.000.000/0000-00	100
LIVETECH COLOMBIA, S.A.S	00.000.000/0000-00	100
LIVETECH PANAMÁ, S.A.	00.000.000/0000-00	100
WDCNET USA, CORP	00.000.000/0000-00	100

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 6.6 Outras informações relevantes

### 6.6 Outras informações relevantes

Em complementação às informações prestadas no item 6 – Controle e Grupo Econômico deste Formulário de Referência, informamos que o acionista 2B CAPITAL - Brasil Capital de Crescimento I - Fundo Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de 20,286% do capital social da Companhia, é um fundo de investimento em participações, constituído de acordo com as leis brasileiras, destinado exclusivamente a investidores qualificados e que possui gestão discricionária, realizada pelo gestor 2B Capital S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/ME sob nº. 07.063.675/0001-29 Gestora autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e controlada pelo Banco Bradesco BBI S.A., detentor de 100% de seu capital social.

O Fundo não possui, direta ou indiretamente, cotistas que o controlem ou que influenciem as decisões do Fundo, sendo que as principais decisões são deliberadas no Comitê de Investimentos do Fundo, composto por até 7 membros, sendo até 2 membros indicados pela Gestora e até 5 membros indicados pelos cotistas.

Descrevemos abaixo descrição do perfil dos investidores do Fundo:

Tipo de Investidor	Número de Investidores	Número de Investidores (% do Total)	Recursos Administrados (R\$ mil)	Recursos Administrados (% do Total)
Pessoas Naturais	3	25,0%	2.801	0,7%
Pessoas Jurídicas (Não Financeiras ou Institucionais)	-	-	-	-
Instituições Financeiras	4	33,3%	155.939	41,2%
Entidades Abertas de Previdência Complementar	-	-	-	-
Entidades Fechadas de Previdência Complementar	4	33,3%	210.097	55,6%
Regimes Próprios de Previdência Social	-	-	-	-
Seguradores	-	-	-	-
Sociedades de Capitalização e de Arrendamento Mercantil	-	-	-	-
Clubes de Investimento	-	-	-	-
Fundos de Investimento	1	8,3%	9.338	2,5%
Investidores Não Residentes	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>	<b>378.175</b>	<b>100,0%</b>

Além das informações acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

#### **(a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Ainda, de modo a auxiliar os administradores e acionistas da Companhia, ela conta com um Comitê de Auditoria Estatutário. Além do Comitê de Auditoria Estatutário, outros comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração e Diretoria, quando necessário.

O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e destituição. O mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, deverá terminar quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua eleição, podendo ser destituídos e reeleitos. Os membros do Comitê de Auditoria possuem mandato de 2 (dois) anos admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos.

Todos os membros da administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, devem subscrever um termo de posse contemplando sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia.

Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

A Companhia possui Política de Indicação de Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração, incluindo aspectos como reputação, qualificação técnica, experiência profissional e alinhamento com os valores e cultura organizacional. A política também faz referência ao princípio da diversidade, inclusive de gênero, especialmente no contexto da composição da Diretoria.

Embora a política ainda não preveja formalmente requisitos ou procedimentos específicos com foco em aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança), a Companhia reconhece a importância do tema e avalia periodicamente oportunidades para o aprimoramento de suas práticas de governança.

A Política de Indicação de Administradores está disponível no site da Companhia: [ri.wdcnet.com.br](http://ri.wdcnet.com.br).

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### (b) Mecanismos de avaliação de desempenho

#### Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

*Periodicidade da avaliação e sua abrangência.* Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho realizará, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Conselheiros uma autoavaliação de cada um de seus membros, individualmente, uma avaliação do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (“Comitês”).

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

*Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação.* O processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro, o fortalecimento dos valores e conduta ética; e a efetividade dos Comitês.

*Resultados da avaliação.* Os resultados consolidados das avaliações do Conselho e dos Conselheiros serão divulgados a todos os membros do Conselho.

#### Diretoria

*Periodicidade da avaliação e sua abrangência.* Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os Diretores que estiverem na função por mais de 90 dias.

Adicionalmente, os Diretores também são avaliados anual e individualmente, por processo de avaliação de desempenho “360 graus” (“Avaliação de Desempenho”), que inclui tanto a avaliação por seus subordinados, quanto por seus pares e pelo Diretor Presidente. O Diretor-Presidente, por sua vez, também participa do processo de Avaliação de Desempenho, sendo também avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração e pelos Diretores (seus subordinados). A Diretoria, como grupo, é avaliada pelo Conselho de Administração.

A condução do processo de avaliação dos Diretores individualmente é de responsabilidade do Diretor-Presidente. A avaliação da diretoria como órgão é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

*Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação.* Processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

*Resultados da avaliação.* Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria, e os resultados das avaliações individuais à pessoa em questão, ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração. Os resultados serão discutidos em sessões de feedback individuais, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro.

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria, bem como de seus respectivos membros, são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser aprimorados. Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos. Os planos de ação podem ser utilizados, por exemplo, para a definição de metas para o ano subsequente, para reajustes eventuais de remuneração ou, até mesmo, para indicação para outros cargos na administração da Companhia.

### (c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Na hipótese de conflitos de interesses serão aplicadas regras constantes na legislação brasileira. De acordo com o estatuto social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa em assembleia geral de acionistas, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

A Companhia possui política de transação com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses, aprovada em 16 de julho de 2021, com o objetivo estabelecer as regras e procedimentos que visam assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e/ou situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas. Para mais informações acerca da política de transação com partes relacionadas, vide Seção 11.1 deste Formulário de Referência.

### (d) Indicar por órgão:

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Órgão	Até 59 anos	Maior que 59 anos	Total
Diretoria	3	1	4
Conselho de Administração	2	5	7
Conselho Fiscal	0	0	0
Comitê de Auditoria	0	3	3

### (e) Objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não divulgou objetivos específicos relacionados a informações de diversidade de gênero, cor ou raça em relatório anual ou documento específico.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### **(f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não divulgou objetivos específicos relacionados a informações de riscos e oportunidades relacionados ao clima em relatório anual ou documento específico.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 11</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	1	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 11</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 11</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

#### (a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

##### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que (i) pelo menos 1 (um) membro deverá ser um Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado); e (ii) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em conformidade com as normas aplicáveis expedidas pela CVM.

É de responsabilidade do Comitê de Auditoria Estatutário:

A. De acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário:

- (i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

B. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Estatutário contará com um Coordenador, nomeado pelo Conselho de Administração, que será responsável por representar o Comitê de Auditoria Estatutário e organizar e coordenar suas atividades. Além disso, nos termos do regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário, será responsável por:

- (i) convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria;
- (ii) representar o Comitê de Auditoria em suas interações com o Conselho de Administração e a Diretoria, outros grupos de trabalho ou comitês internos e outros órgãos da Companhia. Também será encarregado de representar o Comitê de Auditoria assinando correspondências, intimações e relatórios;
- (iii) convidar outros participantes a participar das reuniões do Comitê de Auditoria; e
- (iv) cumprir e impor o cumprimento deste Regimento Interno aos membros do Comitê de Auditoria.

#### (b) Avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Todos os trabalhos realizados pelo auditor independente, tais como, mas não se limitando, os relatórios das informações contábeis intermediárias e das demonstrações financeiras, são

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

apreciadas pelo Comitê de Auditoria até serem examinados, finalmente, pelo Conselho de Administração, ocasiões estas em que o representante do auditor independente se faz presente em todas as reuniões cujo tema de pauta seja a apreciação dos referidos trabalhos.

### **(c) Canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração**

Questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade podem ser enviadas através do canal de canal de denúncias independente com a empresa “Contato Seguro” – cuja sede está em Porto Alegre (RS), a fim de receber qualquer denúncia ou sugestão, advinda de Colaborador, fornecedor, ou parceiro, de forma imparcial, para que o apresentante de queixa, denúncia, dúvida ou sugestão, tenha total privacidade, e não seja identificado, em sua solicitação. É usado canal de internet no menu principal da homepage da WDC com o nome “Canal de Ética” (<https://contatoseguro.com.br/wdc>), sem identificação de endereço IP, ou linha telefônica 0800-900- 9292.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

**Nome** BRUNO SAVASSI RIGATIERI **CPF:** 392.043.158-81 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 16/10/1992

**Experiência Profissional:** O Sr. Bruno Savassi Rigatieri graduou-se em Administração pela FAAP em 2017, além de ter realizado cursos técnicos nas áreas de compras e gestão de fornecedores pela FGV em 2020 e 2021. Ingressou na WDC Networks em 2015, passando pelas áreas de Marketing, Finanças e Produtos. Em seguida, foi promovido a supervisor da área de produtos. Posteriormente, foi para a área de compras 2018, tornando-se gerente e, em 2019, foi promovido a Diretor de Compras, além de ter assumido a área de Administração de Vendas. O Sr. Bruno Savassi Rigatieri não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Comercial e Marketing	30/04/2025		30/04/2025
Conselho de Administração	15/01/2026	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		15/01/2026	Sim	15/01/2026

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

**Nome** EDMAR PRADO LOPES NETO      **CPF:** 931.827.087-91      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** ENGENHEIRO      **Data de Nascimento:** 12/07/1964

**Experiência Profissional:** O Sr. Edmar Prado Lopes Neto, é engenheiro e possui mais de 35 anos de experiência em posições de liderança em finanças, com forte atuação em projetos de transformação, reestruturação operacional e financeira, e em M&A. Possui ampla experiência em mercado de capitais e relações com investidores, além de experiência em Conselhos e tem interlocução com reguladores como CVM e B3. Atualmente ocupa a posição de CEO na Vrental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (desde Julho 2025). Suas experiências anteriores incluem as funções de CFO da Eurofarma S.A. (2024/2025), CFO da Gafisa S.A. (2023/2024), CFO da Movida Participações S.A. (2016/2023), CFO da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (2012/2016) e Diretor Financeiro e de RI da Net Serviços de Comunicação S.A. (2005/2011). O Sr. Edmar não ocupa cargos em outras organizações do terceiro setor.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/09/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		23/09/2025	Sim	23/09/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** FELIPE LUÍS ROSA MELDONIAN      **CPF:** 302.699.748-06      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador      **Data de Nascimento:** 01/04/1982

**Experiência Profissional:** O Sr. Felipe Luís Rosa Meldonian é Bacharel em Administração de Empresas pela FGV-EAESP com cursos de especialização nas instituições FDC, INDG e IBGC. Possui sólida experiência em posições executivas acumulada ao longo de 12 anos com destaque para a atuação como CFO na Chilli Beans representando o Private Equity da Gávea Investimentos entre 2015 e 2021 e como CFO também na Codeme Engenharia (grupo Usiminas) entre 2010 e 2015. Mais recentemente, ocupou a posição de Diretor de FP&A na Southrock Capital contribuindo para o desenvolvimento das operações brasileiras da Starbucks, Subway e Eataly. No mercado financeiro, teve passagem por bancos de investimento e private equity no Brasil bem como equity research na China. Sr. Felipe Luís Rosa Meldonian atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na WDC Networks. Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027	Diretor Financeiro / Diretor de Relações com Investidores		30/04/2025		01/02/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** JURANILSON SANTOS DE JESUS **CPF:** 677.890.305-82 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 25/12/1973

**Experiência Profissional:** O Sr. Juranilson Santos de Jesus é graduado em Economia pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia , com MBAs em Gestão de Projetos pela UNIFACS e Gestão de Negócios pelo GENID , além de formação em Negócios Internacionais e Comércio Exterior pela UNOPAR. Com sólida trajetória de 28 anos na Cadeia de Abastecimento, Canais de Distribuição e Logística , consolidou sua experiência em posições estratégicas em companhias de grande porte como AmBev , VIVO e Kimberly-Clark. O Sr. Juranilson liderou a execução de mais de 30 projetos complexos em diversos segmentos de mercado. Na WDC Networks ingressou como Gerente Corporativo de Logística e atualmente ocupa a posição de Diretor de Logística e Diretor de Compras. O Sr. Juranilson Santos de Jesus não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/01/2026	RCA subsequente à AGO 2027	Outros Diretores	Diretor de Logística e Compras	02/01/2026		02/01/2026

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** MANUEL MARIA PULIDO GARCIA FERRÃO DE SOUSA **CPF:** 214.656.938-74 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 11/09/1964

**Experiência Profissional:** O Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa graduou-se em Administração de empresas pela Universidade Católica Portuguesa em 1988, com MBA pela Columbia Business School em 1995. Foi responsável pela área de corporate finance do BESI Brasil de 2001 a 2006. Foi VP de M&A no J.P. Morgan entre 1999 e 2001 em Nova Iorque e Associate entre 1995 e 1998 em Nova York, Cidade do México e São Paulo. Responsável pela atividade proprietária de private equity do Banco Espírito Santo no Brasil entre 2007 e 2010. Desde 2010, Manuel de Sousa é Managing Director da 2bCapital. O Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		29/04/2025	Sim	08/02/2021

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** PEDRO THOMPSON LANDEIRA DE OLIVEIRA **CPF:** 099.159.457-60 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 27/10/1983

**Experiência Profissional:** Pedro Thompson é formado em Administração de Empresas e em Ciências Contábeis pela UNIBAHIA e possui formação executiva como Alumni do Harvard Owner President Management Program e do TRIUM Global Executive MBA, programa conjunto da LSE, NYU Stern e HEC Paris. Executivo com mais de 20 anos de experiência em liderança, investimentos e gestão de capital, foi sócio do BTG Pactual na área de Private Equity e atuou como CEO de companhias listadas na B3, incluindo YDUQS e Alliar, liderando processos de transformação estratégica com relevante geração de valor. Atualmente é CEO da Tuesday Capital. Atua também em iniciativas educacionais e sociais, integrando o Conselho da Inteli e o Conselho do Departamento de Tecnologia da PUC Rio, além de ser voluntário da BRASA.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	15/01/2026	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		15/01/2026	Sim	15/01/2026

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** ROBERTO JOSÉ MARIS DE MEDEIROS **CPF:** 664.054.677-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 15/07/1958

**Experiência Profissional:** O Sr. Roberto José Maris de Medeiros graduou-se em Engenharia Eletrônica na PUR-RJ em 1980 e concluiu o Program for Management Development em Harvard em 1992. Diretor Regional na Motorola de 1994 a 1999. COO/CEO da Telecom Italia / CRT de 2000 a 2001. CEO da Telefonica Empresas de 2002 a 2008. CEO da Rede de 2008 a 2011. Conselheiro da Westfield Almeida Junior de 2012 a 2013. Operating Partner da Advent International de 2011 a 2013. CEO da Multiplus de 2013 a 2019. Foi conselheiro na Disal de 2019 a 2020. Atualmente é conselheiro na Graac e na V8 Consulting, além de conselheiro consultivo na Nuvini e sócio na JUG Assessoria Empresarial. O Sr. Roberto José Maris de Medeiros não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99. O Sr. Roberto é membro independente, em conformidade com os critérios de independência do Novo Mercado.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		29/04/2025	Sim	08/02/2021

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** RUTH APARECIDA SAVASSI RIGATIERI **CPF:** 043.926.028-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 27/04/1963

**Experiência Profissional:** A Sra. Ruth Aparecida Savassi Rigatieri graduou-se em licenciatura plena em Português e Inglês pela Faculdade São Luís em 1982, além de ter estudado Formação para Conselho de Administração em 2025 na escola StarSe. Iniciou sua carreira como bancária em 1981 no Banco do Estado de São Paulo. Mais tarde, iniciou sua trajetória na WDC Networks em 2009, no departamento Financeiro e em 2011 colaborou com a criação da área de Recursos Humanos. No ano de 2019, Ruth assume a posição de Diretora de Gente & Gestão. A Sra. Ruth Aparecida Savassi Rigatieri não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	AGO 2027	Vice Presidente Cons. de Administração		29/04/2025	Sim	29/04/2025

**Nome** VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR **CPF:** 055.084.198-96 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Eletrônico **Data de Nascimento:** 29/03/1962

**Experiência Profissional:** O Sr. Vanderlei Rigatieri Junior se graduou em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da USP e tem MBA pela FGV. Possui 36 anos de experiência no mercado brasileiro de TIC. Antes da WDC, Vanderlei trabalhou como engenheiro de software na Digired Informática, desenvolvedora de softwares para automação bancária; foi gerente de vendas na Troppus Informática, fabricante de computadores; gerente de vendas e marketing na Monydata, fabricante de computadores; gerente de vendas na Saturnia Sistemas de Energia, fabricante de sistemas no-break; VP para América Latina na Cabletron Systems, fabricante de equipamentos de networking; diretor comercial na Tess Celular, empresa de telefonia celular; VP de Vendas para América Latina na AT&T, multinacional de telefonia; e diretor geral da Avaya Brasil, fabricante de equipamentos de telecomunicação. Em 2004, co-fundou a WDC, atuando como CEO da companhia, e posteriormente também como membro efetivo do Conselho de Administração, além de ser o acionista controlador. O Sr. Vanderlei Rigatieri Junior não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	29/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027 (diretoria), AGO 2027 (Conselho Adm)	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		29/04/2025	Sim	08/02/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

N/A

## 7.4 Composição dos comitês

**Nome:** EDMAR PRADO LOPES NETO **CPF:** 931.827.087-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** ENGENHEIRO **Data de Nascimento:** 12/07/1964

### Experiência Profissional:

O Sr. Edmar Prado Lopes Neto, é engenheiro e possui mais de 35 anos de experiência em posições de liderança em finanças, com forte atuação em projetos de transformação, reestruturação operacional e financeira, e em M&A. Possui ampla experiência em mercado de capitais e relações com investidores, além de experiência em Conselhos e tem interlocução com reguladores como CVM e B3. Atualmente ocupa a posição de CEO na Vrental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (desde Julho 2025). Suas experiências anteriores incluem as funções de CFO da Eurofarma S.A. (2024/2025), CFO da Gafisa S.A. (2023/2024), CFO da Movida Participações S.A. (2016/2023), CFO da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (2012/2016) e Diretor Financeiro e de RI da Net Serviços de Comunicação S.A. (2005/2011). O Sr. Edmar não ocupa cargos em outras organizações do terceiro setor.

### Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	23/09/2025	RCA subsequente à AGO 2027			23/09/2025	23/09/2025

### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

N/A

**Nome:** LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS **CPF:** 024.351.768-80 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 13/02/1957

**Experiência Profissional:**

Formado em Ciências Econômicas pela Unicamp, Pós Graduação em Economia pela PUC-SP. MBA em Finanças pela FACAMP. Foi diretor de investimento no Banco Multiplic em 1992. Foi Superintendente de Relações com o Mercado da Sabesp em 1997. Foi Gerente Geral de Corporate Finance e Diretor Comercial no Banco Real de Investimento em 1998. Em 2000, fundou a Fasce, empresa de consultoria e passou a atuar como conselheiro independente. Foi Conselheiro de Administração nas empresas Tele Norte Celular Participações, Cerâmica Chiarelli, Lorenge, Financeira Alfa, São Paulo Turismo, Associação Congregação Santa Catarina, Construtora Julio Julio e Universidade Tiradentes. Participou do conselho fiscal de dezenas de empresas. O Sr. Luiz Alberto de Castro Falleiros não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027			30/04/2025	16/02/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

**Nome:** ROBERTO VERTAMATTI **CPF:** 051.165.038-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/09/1948

**Experiência Profissional:**

Formado em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis pela Fundação Santo André. Mestrado em Controladoria pela USP. Doutorado e Pós Doutorado pela Florida Christian University. Presidente do Conselho da Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade; atualmente membro do conselho. Conselheiro da empresa W2Conn. Professor em cursos de Pós-Graduação e MBA na FIAP, na FGV – Fundação Getúlio Vargas, e professor em mestrado e doutorado na Florida Christian University. Coordenador do MBA em Controladoria Estratégica e Gestão Tributária da USCS; Foi Conselheiro de administração no grupo Coimex. O Sr. Roberto Vertamatti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	RCA subsequente à AGO 2027			30/04/2025	16/02/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	

### Administrador do emissor ou controlada

VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR	055.084.198-96	RUTH APARECIDA SAVASSI RIGATIERI	05.917.486/0001-40	
----------------------------	----------------	----------------------------------	--------------------	--

O Sr. Vanderlei é acionista controlador, Diretor-Presidente e Membro do Conselho de Administração da nossa Companhia. O Sr. Bruno é Diretor Comercial e de Marketing, além de ser também Membro do Conselho de Administração da Companhia.

Brasileiro(a)

### Pessoa relacionada

BRUNO SAVASSI RIGATIERI	392.043.158-81	RUTH APARECIDA SAVASSI RIGATIERI	05.917.486/0001-40	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
-------------------------	----------------	----------------------------------	--------------------	--

O Sr. Bruno é Diretor Comercial e Marketing da nossa Companhia.

Brasileiro(a)

### Observação

O Sr. Vanderlei é acionista controlador, Diretor-Presidente e Membro do Conselho de Administração da Companhia.

O Sr. Bruno é Diretor Comercial e de Marketing da Companhia, além de ser também Membro do Conselho de Administração. Para mais informações da nossa estrutura societária e administrativa, vide itens 7.3/7.4 deste Formulário de Referência.

**7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

**Exercício Social 31/12/2023****Administrador do Emissor**

VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR	055.084.198-96	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

**Pessoa Relacionada**

LIVETECH FRANCHISING ADMINISTRAÇÃO LTDA.	35.849.997/0001-33		
O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

**Observação**

O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livetech Franchising Administração Ltda.

## 7.7 Acordos/seguros de administradores

### **7.7 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

Nos termos do artigo 16 de nosso Estatuto Social, indenizaremos e manteremos indenidos os membros de nosso Conselho de Administração, da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções.

O parágrafo 1º de referido artigo 16 de nosso Estatuto Social, descreve situações nas quais não indenizaremos os Beneficiários, a saber: (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Não obstante, outros excludentes de indenização poderão ser estabelecidos nos contratos de indenidade que serão firmados com os Beneficiários.

Ainda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 16 de nosso Estatuto Social, caso o Beneficiário seja condenado por uma decisão judicial, arbitral ou administrativa, transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados nos termos dos itens (i) a (iii) do parágrafo acima, o Beneficiário, além de não fazer jus ao recebimento de indenização pelas penalidades eventualmente impostas, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica.

O nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2021 aprovou, nos termos do parágrafo 3º do artigo 16 de nosso Estatuto Social, o modelo padrão do contrato de indenidade, a ser celebrado entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês de assessoramento ao conselho de administração e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia.

Oferecemos seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), contratado junto à BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos nossos diretores e administradores, até o limite máximo de garantia de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 37.898,82 (trinta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos) e a apólice vence em 31/12/2026.

A administração da Companhia entende que o seguro D&O e os contratos de indenidade são instrumentos importantes e complementares de atração e retenção de bons profissionais, compondo um pacote de cobertura adequado para administradores de companhia aberta. Neste sentido, o seguro D&O, em particular, enquanto contrato de seguro de responsabilidade civil, possui uma natureza dúplice na medida em que o seguro, além de proteger o patrimônio dos Beneficiários, também garante a indenização do terceiro prejudicado, o que não se verifica no âmbito dos contratos de indenidade. Adicionalmente, é possível constatar a complementaridade desses instrumentos a medida em que o contrato de indenidade poderá ser aplicado para suprir a indenização que não estiver coberta pelo seguro D&O, após expressa declaração da respectiva seguradora, bem como no caso de a seguradora não realizar o pagamento devido no prazo de até 30 dias da realização do pedido de indenização, desde que observados os termos e condições dos contratos de indenidade.

## **7.7 Acordos/seguros de administradores**

A existência de uma proteção adequada permite a tomada de decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis tolerância a riscos fixados no interesse da companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil.

## **7.8 Outras informações relevantes**

### **7.8 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes, além das já descritas nos itens 7.1 a 7.7.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

### 8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores Política de Remuneração a qual foi formalmente aprovada em 16 de fevereiro de 2021, e que pode ser consultada no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), em nosso website ([ri.wdcdn.com.br](http://ri.wdcdn.com.br)) e fisicamente em nossa sede social.

A Política de Remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, membros dos comitês, e os membros do Conselho Fiscal, este último quando e se instalado, é, ou será, em se tratando dos membros do Conselho Fiscal, coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar nossa eficiência, o objetivo de nossa Política de Remuneração é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar nossos colaboradores.

As diretrizes que norteiam nossa prática de remuneração são: (i) a remuneração ser balizada conforme boas práticas de mercado, alinhada com a estratégia e impacto da contratação no negócio, visando atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às nossas diversas necessidades.

**(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

***(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam***

#### Conselho de Administração

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao nosso. Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas

## 8.1 Política ou prática de remuneração

e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membros do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, poderão fazer jus ao acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

### Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

Os Diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite a Companhia oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a nossa situação financeira.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Os Diretores, assim como todos nossos colaboradores que exercem cargos de gestão são elegíveis ao programa de Bônus da Companhia, que está atrelado à entrega das metas orçamentárias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilitam aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Nossos Diretores estatutários e não-estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Auxílio Combustível; (iii) Vale Refeição; (iv) Ajuda de Custo Mobilidade; (v) Seguro de Vida; e (vi) Estacionamento.

### Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado. Se e quando instalado, terá sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

### Comitês

Os membros do Conselho de Administração que venham a integrar comitês de assessoramento poderão fazer jus a uma remuneração adicional pelo exercício do cargo no referido comitê, conforme definido pelo Conselho de Administração.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

Os membros externos que integram os Comitês de Assessoramento, especificamente o Comitê de Auditoria, faz jus a uma remuneração fixa mensal cujo montante é definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.

***(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos***

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange tanto para a remuneração fixa mensal, recebida a título de pró-labore, quanto a remuneração variável e baseada em ações. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

***(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor***

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração paga condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico-financeira.

**(c) composição da remuneração, indicando:**

**(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;**

A divisão em lotes anuais, a existência de períodos de carência, bem como de exercício condicionado a decurso de tempo fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

O Plano incentiva a realização do plano de crescimento e manutenção de seus principais diretores, empregados ou colaboradores, cujo comprometimento e direção no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios (2023, 2024 e 2025):

<b>Exercício 2025</b>	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício 2024</b>	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício 2023</b>	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
-----------------------	-------------------------	-----------------------------	-------------------------------------	--------------

## 8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste;**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com as práticas de mercado.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatutários da Companhia leva em consideração metas individuais e metas de desempenho financeiro pela Companhia, definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. As metas individuais são objetivas e estão ligadas ao desempenho de tarefas ou conclusão de projetos específicos de cada área, podendo estar relacionadas ao fechamento de determinados negócios, atingimento de melhorias operacionais, novos lançamentos de produtos ou canais de vendas, entre outros.

Já as metas de desempenho da Companhia são auferidos, principalmente, pelo Retorno sobre o Patrimônio Líquido (Return on Equity ROE) da Companhia, podendo incluir outras métricas específicas a critério do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho.

### **(ii) razões que justificam a composição da remuneração**

A Companhia analisa a sua performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são: i) o incentivo à melhoria de nossa gestão; ii) a permanência de nossos executivos; e iii) o incentivo aos colaboradores obterem melhores resultados, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

### **(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

A Companhia possui membros do conselho de administração que também são os controladores, membros que representam seus acionistas controladores.

### **(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

### **(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Determinados Diretores e outros colaboradores que exercem cargos de gestão na Companhia, celebraram contratos com a Companhia que preveem o recebimento de uma remuneração extraordinária mediante a ocorrência de um evento de liquidez (alteração do controle societário ou realização de oferta pública inicial de ações da Companhia), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de janeiro de 2019 e aditado conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021. O valor da remuneração que os

## 8.1 Política ou prática de remuneração

colaboradores fizeram jus foi calculado com base na variação do valor histórico das ações de emissão da Companhia (em abril de 2017 ou no momento que o colaborador passou a trabalhar na Companhia) e o valor das ações na data da ocorrência do evento de liquidez.

Em agosto de 2021, após a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia, foi pago o valor de R\$20,4 milhões aos Diretores e colaboradores que haviam celebrado o contrato com a Companhia, sendo que, deste valor, R\$15,5 milhões já estavam provisionados pela Companhia.

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	0,00	7,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	708.000,00	4.845.000,00	0,00	5.553.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.011.134,00	0,00	1.011.134,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	74.800,00	228.000,00	0,00	302.800,00
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.755.400,00	0,00	2.755.400,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	N/A	N/A	N/A	
<b>Total da remuneração</b>	<b>782.800,00</b>	<b>8.839.534,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.622.334,00</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,60	2,60	0,00	7,20
Nº de membros remunerados	2,60	2,60	0,00	5,20
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	915.000,00	4.347.000,00	0,00	5.262.000,00
Benefícios direto e indireto	94.368,00	890.274,00	0,00	984.642,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	190.031,00	295.437,00	0,00	485.468,00
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020	Conselho Fiscal não instalado	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.366.888,00	0,00	1.366.888,00
Participação de resultados	0,00	15.759,00	0,00	15.759,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A		Conselho Fiscal não instalado	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>			Conselho Fiscal não instalado	
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.199.399,00</b>	<b>6.915.358,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.114.757,00</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	613.750,00	4.176.748,77	0,00	4.790.498,77
Benefícios direto e indireto	0,00	404.208,00	0,00	404.208,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	122.750,00	1.138.446,79	0,00	1.261.196,79
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Conselho Fiscal não instalado	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.411.700,00	0,00	1.411.700,00
Participação de resultados	0,00	36.825,00	0,00	36.825,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			Conselho Fiscal não instalado	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>			Conselho Fiscal não instalado	
<b>Total da remuneração</b>	<b>736.500,00</b>	<b>7.167.928,56</b>	<b>0,00</b>	<b>7.904.428,56</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,50	0,00	4,50
Esclarecimento			Não se aplica	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	524.000,00	3.945.701,00	0,00	4.469.701,00
Benefícios direto e indireto	0,00	316.183,17	0,00	316.183,17
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	104.800,00	1.246.353,95	0,00	1.351.153,95
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>628.800,00</b>	<b>5.508.238,12</b>	<b>0,00</b>	<b>6.137.038,12</b>

**8.3 Remuneração Variável****Exercício Social: 31/12/2026**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	0,00	7,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2175400,00	0,00	2.175.400,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2175400,00	0,00	2.175.400,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	173750,00	0,00	173.750,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

**Exercício Social: 31/12/2025**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,60	2,60	0,00	7,20
Nº de membros remunerados	2,60	2,60	0,00	5,20
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	49751,00	1000000,00	0,00	1.049.751,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	49751,00	1000000,00	0,00	1.049.751,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	35000,00	0,00	0,00	35.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3722575,00	0,00	3.722.575,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
--	------	------	------	-------------

**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	3,00	0,00	<b>8,00</b>
N° de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	<b>5,00</b>
Esclarecimento			Conselho fiscal não instalado	

**EM RELAÇÃO AO BÔNUS**

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2479664,00	0,00	<b>2.479.664,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2479664,00	0,00	<b>2.479.664,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>

**EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO**

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

### 8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

#### a. Termos e condições gerais

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de uma quantidade alvo de Ações Restritas aos Beneficiários aprovados pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final de Ações Restritas a que o Beneficiário fará jus efetivamente dependerá do cumprimento de determinadas condições e critérios estabelecidos neste Plano e detalhados no respectivo Contrato de Outorga, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses da Companhia e de seus acionistas aos interesses dos Beneficiários; (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia atrair, estimular e manter os Beneficiários nos quadros da Companhia; e (e) conceder incentivos de longo prazo aos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários e diretores não estatutários, executivos/ gerentes e eventuais colaboradores, em posição de comando e liderança da Companhia, que sejam aprovados pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, conforme recomendados pelo Comitê, caso este último esteja constituído ("Beneficiários").

Os requisitos para a eleição dos Beneficiários serão estabelecidos pelo Conselho de Administração, de acordo com os critérios que julgar necessários para concretização do Plano, após a recomendação realizada pelo Comitê, caso este último esteja constituído.

Em periodicidade no mínimo anual, o Comitê, caso tenha sido constituído, recomendará ao Conselho de Administração da Companhia o nome de Beneficiários potencialmente elegíveis a participar do Plano. Caberá ao Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, aprovar e definir os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as respectivas quantidades alvo de Ações Restritas ("Quantidade Alvo").

A outorga da Quantidade Alvo e, conseqüentemente, das Ações Restritas, será formalizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, nos quais estarão devidamente previstas as métricas utilizadas para a definição da Quantidade Alvo, incluindo o formato para a correspondente compensação em dinheiro. Fica desde já estabelecido que a Quantidade Alvo estará balizada com base em uma faixa de percentual mínima de remuneração de mercado paga para o cargo ocupado pelo Beneficiário contemplado.

A outorga das Ações Restritas, e a correspondente compensação em dinheiro, somente se darão com o implemento das condições e prazos previstos neste Plano e nos Contratos de Outorga, de modo que a outorga do direito em si não garante ao Beneficiário quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do recebimento do seu correspondente valor em dinheiro.

3.5 A Quantidade Alvo e as condições para a sua outorga não serão, necessariamente, iguais para todos os Beneficiários, nem por equidade ou equiparação, nem as Ações Restritas incluídas

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

neste Plano serão, necessariamente, divididas pro rata entre os Beneficiários, sendo o percentual de Ações Restritas, bem como as condições para sua outorga, objeto de definição em cada Contrato de Outorga firmado com o respectivo Beneficiário, fixados segundo critérios adotados pelo Conselho de Administração.

### **b. Data de aprovação e órgão responsável**

Em 30 de março de 2026 foi aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, o *"Plano de Outorga de Ações Restritas"* ("Plano"), para sua submissão e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2026.

### **c. número máximo de ações abrangidas**

O percentual agregado de Ações Restritas a serem atribuídas aos Beneficiários sob todos os Contratos de Outorga celebrados no âmbito deste Plano não poderá exceder a 3% (três por cento) da totalidade do capital social da Companhia.

Para satisfazer a outorga das Ações Restritas aos Beneficiários, a Companhia, sujeita à lei e a regulamentação aplicável, liquidará a entrega das Ações Restritas em dinheiro. A Companhia descontará e reterá, do valor correspondente em dinheiro, quaisquer tributos aplicáveis à operação. Isto é, não existirá a entrega efetiva de ações aos Beneficiários, mas sim o recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas.

### **d. número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável.

### **e. Condições de aquisição de ações**

O Conselho de Administração, anualmente ou quando julgar conveniente, aprovará, com base na recomendação do Comitê, os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as Ações Restritas nos termos deste Plano, fixando, nos termos dos respectivos Contratos de Outorga, a Quantidade Alvo para cada Beneficiário e as condições para aquisição dos direitos relacionados às Ações Restritas outorgadas, nomeadamente, a correspondente compensação em dinheiro.

Independentemente das particularidades e exigências previstas em cada Contrato de Outorga, todos os Beneficiários estarão sujeitos a critérios comuns e cumulativos para a aquisição do pleno direito ao recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas: (a) o atingimento

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

de meta da Companhia em relação ao lucro líquido de determinado exercício social ("Meta da Companhia – Outorga"); (b) o atingimento de metas individuais que serão anual e oportunamente individualizadas em relação a determinado exercício social ("Metas Individuais" e, em conjunto com a Meta da Companhia – Outorga, "Metas de Desempenho"), sendo certo que, quando do atingimento das Metas de Desempenho, será o momento a partir do qual ficará estabelecida a Data de Outorga; e, ato subsequente, (c) o cumprimento dos Períodos de *Vesting*.

Observado o atingimento da Meta da Companhia – Outorga e, cumulativamente, as Metas Individuais, o Beneficiário fará jus a um determinado percentual da Quantidade Alvo e, portanto, às Ações Restritas:

<b>Atingimento da Meta da Companhia – Outorga</b>	<b>Metas Individuais</b>	<b>Percentual da Quantidade Alvo a que o Beneficiário fará jus</b>
Menor que 80%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	0%
Entre 80% e 110%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	80% a 110%, proporcional ao atingimento.
Acima de 110%	A ser especificado no respectivo Contrato de Outorga, conforme aplicável.	A critério do Conselho de Administração.

Observado os demais requisitos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga, o atingimento das Metas de Desempenho impactará diretamente o percentual da Quantidade Alvo de Ações Restritas a ser efetivamente outorgada aos Beneficiários, e será sempre apurado até abril do exercício social subsequente.

Os Períodos de *Vesting* são os períodos mínimos nos quais os Beneficiários deverão manter sua relação jurídica para com a Companhia, a partir da Data de Outorga, períodos nos quais passarão a fazer jus efetivamente aos direitos conferidos pelas Ações Restritas, conforme cronograma indicado abaixo ("Períodos de Vesting"):

<b>Períodos (em meses), a partir da Data de Outorga</b>	<b>Percentual da Quantidade Alvo</b>

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

12	25%
24	25%
36	50%

Os Períodos de *Vesting* considerar-se-ão cumpridos de forma pro rata mensal ao período transcorrido, observado o previsto no capítulo referente às Regras de Saída do Beneficiário.

Diante do cumprimento de cada Período de *Vesting*, o Beneficiário terá até 02 (dois) anos para comunicar à Companhia a sua intenção no recebimento da compensação em dinheiro referente às Ações Restritas vestidas, sempre observado o prazo máximo de vigência do seu respectivo Contrato de Outorga, que será a data limite para a aferição da compensação em dinheiro das Ações Restritas as quais faz jus ("Manifestação do Beneficiário").

A Manifestação do Beneficiário será formalizada por intermédio de envio, pelo Beneficiário à Companhia, de comunicação escrita, na forma prevista no Contrato de Outorga, devendo a notificação: (i) ser assinada pelo Beneficiário (ou, se aplicável, pelo seu sucessor ou herdeiro); (ii) indicar o número de Ações Restritas cujo valor correspondente em dinheiro pretende receber; e (iii) indicar a conta corrente de titularidade do Beneficiário para a realização do devido depósito. O envio da comunicação prevista nesta Cláusula será interpretado como uma manifestação irrevogável e irretroatável do Beneficiário para receber a compensação em dinheiro das Ações Restritas na quantidade informada, e observados os termos e condições deste Plano e do respectivo Contrato de Outorga.

Diante do recebimento da Manifestação do Beneficiário, a Companhia, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, deverá entregar ao Beneficiário o valor em dinheiro correspondente às referidas Ações Restritas outorgadas ("Entrega da Remuneração"), mediante depósito, em moeda corrente nacional, na conta corrente indicada pelo Beneficiário.

Quando da Entrega da Remuneração, a Companhia será a responsável por realizar as devidas retenções de tributos.

O direito ao recebimento do correspondente valor em dinheiro das Ações Restritas nos termos do Plano extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do Contrato de Outorga; (ii) se a Companhia tiver sua falência decretada; ou (iii) nas hipóteses previstas na Cláusula 9 do Plano.

### f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano terá caráter remuneratório e, portanto, não implicará em custos para o Beneficiário para aquisição ou exercício de opção.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Atingidas as Metas de Desempenho e os respectivos Períodos de *Vesting*, o preço de referência por Ação Restrita, para fins deste Plano e dos respectivos Contratos de Outorga, inclusive para o cálculo do pagamento em dinheiro, corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores aos seguintes momentos: (i) da delimitação da Quantidade Alvo; e (ii) da efetiva Entrega da Remuneração (conforme definido no Plano).

### g. Critérios para fixação do prazo de exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Contratos de Outorga, todos os Beneficiários estarão sujeitos a critérios comuns e cumulativos para a aquisição do pleno direito ao recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas: (a) o atingimento de meta da Companhia em relação ao lucro líquido de determinado exercício social ("Meta da Companhia – Outorga"); (b) o atingimento de metas individuais que serão anual e oportunamente individualizadas em relação a determinado exercício social ("Metas Individuais" e, em conjunto com a Meta da Companhia – Outorga, "Metas de Desempenho"), sendo certo que, quando do atingimento das Metas de Desempenho, será o momento a partir do qual ficará estabelecida a Data de Outorga (conforme definido no Plano); e, ato subsequente, (c) o cumprimento dos Períodos de *Vesting* (conforme definido no Plano).

Diante do cumprimento de cada Período de *Vesting*, o Beneficiário terá até 02 (dois) anos para comunicar à Companhia a sua intenção no recebimento da compensação em dinheiro referente às Ações Restritas vestidas, sempre observado o prazo máximo de vigência do seu respectivo Contrato de Outorga, que será a data limite para a aferição da compensação em dinheiro das Ações Restritas as quais faz jus ("Manifestação do Beneficiário").

O Prazo de *Vesting* foi fixado em diretrizes de mercado consideradas adequadas para manutenção do Beneficiário no quadro de colaboradores da Companhia, proporcional à perspectiva de crescimento econômico da Companhia que se imagina factível neste período.

### h. Forma de liquidação

Caso sejam cumpridas as Metas de Desempenho e os Períodos de *Vesting*, a Companhia, sujeita à lei e a regulamentação aplicável, liquidará a entrega das Ações Restritas em dinheiro. A Companhia descontará e reterá, do valor correspondente em dinheiro, quaisquer tributos aplicáveis à operação.

O preço de referência por Ação Restrita, para fins do Plano e dos respectivos Contratos de Outorga, inclusive para o cálculo do pagamento em dinheiro previsto no Plano, corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores aos seguintes momentos: (i) da delimitação da Quantidade Alvo; e (ii) da efetiva Entrega da Remuneração (conforme definido no Plano).

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

### i. Restrições à transferência das ações

Não aplicável, visto que o Plano não prevê a entrega efetiva das ações, mas sim a correspondente compensação financeira em dinheiro.

Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e de cada Contrato de Outorga não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, pelos Beneficiários ou pela Companhia, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte, exceto na hipótese de sucessão.

### j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e terá vigência por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Companhia, garantindo-se os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos, incluindo, mas sem limitação, os Contratos de Outorga firmados.

Os respectivos Contratos de Outorga firmados irão vigorar pelo período máximo de 05 (cinco) anos contados das respectivas Datas de Eficácia (conforme definido no Plano).

Cada Contrato de Outorga deverá prever a rescisão antecipada, de forma automática, independentemente de qualquer comunicação entre o Beneficiário e a Companhia, caso o Beneficiário deixe de prestar serviços à Companhia por qualquer razão, incluindo, sem limitação, em razão de pedido de demissão, renúncia, dispensa com ou sem Justa Causa, falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria do Beneficiário, devendo ser observadas, no entanto, as regras de saída do Beneficiário previstas na Cláusula 9 do Plano, nos termos que vierem a ser definidos nos Contratos de Outorga.

### k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, nas hipóteses de: (i) destituição ou rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços com Justa Causa; ou (ii) pedido de demissão ou renúncia do Beneficiário do cargo então ocupado, o Beneficiário poderá exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da Saída do Beneficiário, mediante Manifestação do Beneficiário, todas as Ações Restritas cujos Períodos de *Vesting* tenham sido integralmente cumprido. O percentual das Ações Restritas que não tenham sido vestidas nos Períodos de *Vesting*, ou tenham sido vestidas de forma *pro rata basis*, serão canceladas, não fazendo o Beneficiário jus a indenização de qualquer natureza.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, nas hipóteses de destituição ou rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços sem Justa Causa, o Beneficiário poderá exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da Saída do Beneficiário, mediante Manifestação do Beneficiário, todas as Ações Restritas cujos Períodos de *Vesting* tenham sido cumpridos, inclusive de forma *pro rata basis*. O percentual das Ações Restritas que não tenham sido vestidos no Período de *Vesting*, serão canceladas, não fazendo o Beneficiário jus a indenização de qualquer natureza.

Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, nas hipóteses de: (i) aposentadoria sem continuidade do trabalho; ou (ii) invalidez permanente, o Beneficiário poderá exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da Saída do Beneficiário, mediante Manifestação do Beneficiário ou por meio de representação dos seus herdeiros, sucessores ou representantes legais, todas as Ações Restritas a ele outorgadas no âmbito do Contrato de Outorga, independentemente do cumprimento dos Períodos de *Vesting*, que serão antecipados para todos os efeitos de fato e de direito.

Atingidas as Metas de Desempenho e estando o Contrato de Outorga em plena eficácia, na hipótese de falecimento do Beneficiário, os seus herdeiros e/ou sucessores poderão exercer, em até 60 (sessenta) dias contados da conclusão do inventário, todas as Ações Restritas a ele outorgadas no âmbito do Contrato de Outorga, independentemente do cumprimento dos Períodos de *Vesting*, que serão antecipados para todos os efeitos de fato e de direito.

Para fins do presente Plano, "Justa Causa" significa (a) inadimplemento de qualquer das obrigações do Beneficiário previstas em lei no que tange as suas responsabilidades para com a Companhia e/ou no correspondente Contrato de Outorga; (b) não cumprimento, pelo Beneficiário, de orientação do Conselho de Administração ou Diretoria da Companhia (ou dos acionistas da Companhia, conforme aplicável); (c) caracterização do estado de insolvência civil do Beneficiário ou protestos reiterados de títulos contra o Beneficiário; (d) qualquer ato de improbidade ou desídia praticado pelo Beneficiário (ou comprovadamente ao seu mando) no desempenho das suas atividades; (e) inadimplemento de qualquer das obrigações do Beneficiário prevista em qualquer outro instrumento ou contrato celebrado pelo Beneficiário com a Companhia e/ou qualquer subsidiária direta ou indireta da Companhia e/ou sociedades investidas direta ou indiretamente pela Companhia; (f) exercício de quaisquer atividades concorrentes ou conflitantes com as atividades exercidas pela Companhia ou suas subsidiárias diretas e/ou indiretas; e (g) caso o Beneficiário deixe de se dedicar, de forma habitual e exclusiva, à Companhia e/ou suas subsidiárias diretas e/ou indiretas.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses da Companhia serão melhor atendidos por tal medida, estabelecer regras diversas das previstas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que não cause prejuízo ao Beneficiário em questão, garantindo-se os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos.

Para evitar quaisquer dúvidas, as hipóteses previstas acima para exercício das Ações Restritas a que o Beneficiário e/ou herdeiros e/ou sucessores, conforme o caso, fazem jus, serão, necessariamente, entregues pela Companhia mediante a devida compensação em dinheiro.

**8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)****Exercício Social: 31/12/2026**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	0,00	7,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

**Exercício Social: 31/12/2025**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,60	2,60	0,00	7,20
Nº de membros remunerados	2,60	2,60	0,00	5,20
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado	----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento			Não se aplica	----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

**8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

<b>Exercício Social 2026 - Previsto</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício Social 2025</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A

**8.6 Outorga de opções de compra de ações**

iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício Social 2024</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	3,00	8,00
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício Social 2023</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	2,5	7,50
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A	N/A	N/A
i. em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A

**8.6 Outorga de opções de compra de ações**

iii. exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A

## 8.7 Opções em aberto

### 8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Atualmente, não existem opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária nos termos do presente item.

<b>Exercício Social 2026 - Previsto</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

**8.7 Opções em aberto**

valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

<b>Exercício Social 2025</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

**8.7 Opções em aberto**

valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

<b>Exercício social 2024</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	3	8
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

**8.7 Opções em aberto**

valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

<b>Exercício Social 2023</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	2,5	7,5
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

### 8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

<b>Exercício Social 2026 - Previsto</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício Social 2025</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

**8.8 Opções exercidas e ações entregues**

multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
--	-----	-----	-----

<b>Exercício Social 2024</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	3	8
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício Social 2023</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	2,5	7,5
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

**8.8 Opções exercidas e ações entregues**

multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
--	-----	-----	-----

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

### 8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Em 30 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o “Plano de Outorga de Ações Restritas”, e que será submetido para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2026, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses da Companhia e de seus acionistas aos interesses dos Beneficiários; (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia atrair, estimular e manter os Beneficiários nos quadros da Companhia; e (e) conceder incentivos de longo prazo aos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

O Plano aprovado pela Companhia não prevê a entrega efetiva de ações aos colaboradores. Neste contexto, não há que se falar em entrega efetiva de ações ou opções emitidas pela Companhia. O Plano aprovado prevê, sujeito ao atendimento de determinadas condicionantes, o pagamento atrelado ao valor da ação da Companhia quando do momento da manifestação do Beneficiário para o seu recebimento. Nesse momento, a Companhia deverá realizar a efetiva compensação financeira, com base nas Ações Restritas (conforme definido no Plano) efetivamente vinculadas ao Beneficiário que cumpriu o previsto no Plano e detalhado no respectivo Contrato de Outorga (conforme definido no Plano).

<b>Exercício Social 2026 - Previsto</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>TOTAL</b>
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	2	2
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

**8.9 Diluição potencial por outorga de ações**

<b>Exercício Social 2025</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>TOTAL</b>
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	1	1
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício Social 2024</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>TOTAL</b>
número total de membros	5	3	8
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

**8.9 Diluição potencial por outorga de ações**

<b>Exercício Social 2023</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>TOTAL</b>
número total de membros	5	2,5	7,5
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

## 8.10 Outorga de ações

### 8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em 30 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o “Plano de Outorga de Ações Restritas”, e que será submetido para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2026, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses da Companhia e de seus acionistas aos interesses dos Beneficiários; (c) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia atrair, estimular e manter os Beneficiários nos quadros da Companhia; e (e) conceder incentivos de longo prazo aos Beneficiários visando a estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

O Plano aprovado pela Companhia não prevê a entrega efetiva de ações aos colaboradores. Neste contexto, não há que se falar em entrega efetiva de ações ou opções emitidas pela Companhia. O Plano aprovado prevê, sujeito ao atendimento de determinadas condicionantes, o pagamento atrelado ao valor da ação da Companhia quando do momento da manifestação do Beneficiário para o seu recebimento. Nesse momento, a Companhia deverá realizar a efetiva compensação financeira, com base nas Ações Restritas (conforme definido no Plano) efetivamente vinculadas ao Beneficiário que cumpriu o previsto no Plano e detalhado no respectivo Contrato de Outorga (conforme definido no Plano).

<b>Exercício Social 2026 - Previsto</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	2	2
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

**8.10 Outorga de ações**

multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

<b>Exercício Social 2025</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	7	4	11
número de membros remunerados	N/A	1	1
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício Social 2024</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	3	8
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A

**8.10 Outorga de ações**

prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício Social 2023</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5	2,5	7,5
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

**8.11 Ações Entregues****Exercício Social: 31/12/2026**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado

**Exercício Social: 31/12/2025**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,60	2,60	0,00
Nº de membros remunerados	2,60	2,60	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			Conselho Fiscal não instalado

**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			Conselho fiscal não instalado

**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			Conselho fiscal não instalado

## 8.12 Precificação das ações/opções

### 8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

#### a. Modelo de precificação

Para definir a quantidade Alvo de Ações Restritas outorgada ao Beneficiário, a Companhia buscou enquadrar a sua remuneração dentro da faixa das 50% (cinquenta por cento) até as 75% (setenta e cinco por cento) melhores remunerações de mercado pagas para o cargo ocupado pelo Beneficiário, valendo-se da Outorga das Ações Restritas, e da consequente compensação em dinheiro, para complementar o valor necessário para alcançar a equiparação desejada.

Independentemente das particularidades e exigências previstas em cada Contrato de Outorga, todos os Beneficiários estarão sujeitos a critérios comuns e cumulativos para a aquisição do pleno direito ao recebimento do valor em dinheiro correspondente às Ações Restritas: (a) o atingimento de meta da Companhia em relação ao lucro líquido de determinado exercício social ("Meta da Companhia – Outorga"); (b) o atingimento de metas individuais que serão anual e oportunamente individualizadas em relação a determinado exercício social ("Metas Individuais" e, em conjunto com a Meta da Companhia – Outorga, "Metas de Desempenho"), sendo certo que, quando do atingimento das Metas de Desempenho, será o momento a partir do qual ficará estabelecida a Data de Outorga (conforme defina no Plano); e, ato subsequente, (c) o cumprimento dos Períodos de *Vesting*.

Observado o atingimento da Meta da Companhia – Outorga e, cumulativamente, as Metas Individuais, o Beneficiário fará jus a um determinado percentual da Quantidade Alvo e, portanto, às Ações Restritas. O preço de referência por Ação Restrita, para fins deste Plano e dos respectivos Contratos de Outorga, inclusive para o cálculo do pagamento em dinheiro, corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 nos 30 (trinta) pregões anteriores aos seguintes momentos: (i) da delimitação da Quantidade Alvo; e (ii) da efetiva Entrega da Remuneração (conforme definido no Plano).

#### b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Verificar resposta do item 8.12, "a. Modelo de precificação".

#### c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Verificar resposta do item 8.12, "a. Modelo de precificação".

#### d. Forma de determinação da volatilidade esperada

## **8.12 Precificação das ações/opções**

Verificar resposta do item 8.12, "a. Modelo de precificação".

### **e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Verificar resposta do item 8.12, "a. Modelo de precificação".

**8.13 Participações detidas por órgão**

**8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

<b>31/12/2025</b>	<b>Sociedade Emissora do Valor Mobiliário</b>	<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do Capital Social</b>
Conselho de Administração (1)	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Ação ordinária	22.933.400	36,138%
Diretoria			0	0%
Conselho Fiscal			0	0%
Total			22.933.400	36,138%

(1) Para evitar duplicidade neste item, os membros do Conselho de Administração que também fizessem parte da Diretoria, foram contabilizados apenas como membros do Conselho de Administração.

## 8.14 Planos de previdência

### 8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

<b>Exercício social 2026 - previsto</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
nome do plano	N/A	N/A	N/A
quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício social 2025</b>			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
nome do plano	N/A	N/A	N/A

**8.14 Planos de previdência**

quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício social 2024</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>TOTAL</b>
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
nome do plano	N/A	N/A	N/A
quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A
valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A

**8.14 Planos de previdência**

valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

<b>Exercício social 2023</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>TOTAL</b>
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

**8.15 Remuneração mínima, média e máxima****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	2,60	3,00	3,00	4,60	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,60	3,00	2,50	2,60	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração Real	3.996.625,00	3.993.600,00	3.677.198,40	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração Real	952.787,00	360.531,00	500.428,50	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração Real	2.954.706,00	1.741.983,00	1.533.883,13	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00

**Observações e esclarecimentos**

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	N/A	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	N/A	
31/12/2023	3 (três) membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Conselho Fiscal não instalado	Conselho Fiscal não instalado
31/12/2024		Conselho Fiscal não instalado
31/12/2023	Conselho Fiscal não instalado	Conselho Fiscal não instalado

## 8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

### **8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo a esses Diretores.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal.

## 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

**8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

### Exercício social previsto em 31 de dezembro de 2026:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária <sup>(1)</sup>	79%
Conselho Fiscal	0%

<sup>(1)</sup> Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

### Exercício social em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária <sup>(1)</sup>	76%
Conselho Fiscal	0%

<sup>(1)</sup> Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

### Exercício social em 31 de dezembro de 2024:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária <sup>(1)</sup>	69%
Conselho Fiscal	0%

<sup>(1)</sup> Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração****Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:**

<b>Órgão</b>	<b>Percentual de Partes relacionadas</b>
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária <sup>(1)</sup>	57%
Conselho Fiscal	0%

<sup>(1)</sup> Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

**8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)**

<b>Exercício Social</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

### **8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)**

**31/12/2026**

**A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.**

**31/12/2025**

**A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.**

**31/12/2024**

**A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.**

**31/12/2023**

**A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.**

**8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

A Companhia informa que as informações prestadas nos itens da Seção 8 deste Formulário de Referência apresentam as informações individuais da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	004715		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
28/04/2017	28/04/2017		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) serviços relacionados à (a) auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis, e (b) revisão de nossas informações trimestrais intermediárias correspondentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; e (ii) procedimentos em conexão com a oferta pública inicial de ações de nossa Companhia.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
O montante total de remuneração dos auditores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 720 mil, os quais são integralmente relacionados a prestação de serviços de auditoria.			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Não houve substituição dos auditores independentes			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não houve substituição dos auditores independentes			

## 9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

### 9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

**Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes**

O Conselho de Administração da Companhia aprova qualquer contratação dos auditores para outros serviços, sejam de auditoria ou não, que forem prestados. Quaisquer serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. que não estejam incluídos no escopo da auditoria devem ser pré-aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes da contratação.

## **9.4 Outras informações relevantes**

### **9.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

### Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	17	37	0	0	0
Não-liderança	104	112	0	0	0
<b>TOTAL = 270</b>	<b>121</b>	<b>149</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	1	39	8	6	0	0	0
Não-liderança	1	108	12	95	0	0	0
<b>TOTAL = 270</b>	<b>2</b>	<b>147</b>	<b>20</b>	<b>101</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2	37	15
Não-liderança	60	131	25
<b>TOTAL = 270</b>	<b>62</b>	<b>168</b>	<b>40</b>

### Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança	0	54	0
Não-liderança	7	209	0
<b>TOTAL = 270</b>	<b>7</b>	<b>263</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	11	0	35	0	8
Não-liderança	0	64	0	127	1	24
<b>TOTAL = 270</b>	<b>0</b>	<b>75</b>	<b>0</b>	<b>162</b>	<b>1</b>	<b>32</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	27	48	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	85	77	0	0	0
Sul	0	1	0	0	0
Exterior	9	23	0	0	0
<b>TOTAL = 270</b>	<b>121</b>	<b>149</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça**

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	15	12	48	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	2	99	8	53	0	0	0
Sul	0	1	0	0	0	0	0
Exterior	0	32	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 270</b>	<b>2</b>	<b>147</b>	<b>20</b>	<b>101</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária**

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	14	50	11
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	39	99	24
Sul	1	0	0
Exterior	8	19	5
<b>TOTAL = 270</b>	<b>62</b>	<b>168</b>	<b>40</b>

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

### 10.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

ATIVIDADE	SC	SP	BA	Total
ANALISTAS	1	97	27	125
APRENDIZES		6	3	9
ASSISTENTE / AUXILIARES		22	34	56
COORD / SUPERVISOR		15	8	23
ESTAGIARIO		2	0	2
EXECUTIVO		7	1	8
GERENTES		14	2	16
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>163</b>	<b>75</b>	<b>239</b>

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

ATIVIDADE	SP	BA	TOTAL
SEGURANÇA	0	0	0
RECEPÇÃO	0	0	0
LIMPEZA	2	2	4
MÃO DE OBRA OPERAÇÃO	0	6	6
<b>Total Geral</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>10</b>

(c) índice de rotatividade

<b>ÍNDICE DE ROTATIVIDADE</b>	<b>31/12/2025</b>
	<b>37,98%</b>

Para calcular o índice de rotatividade levamos em consideração o número total de funcionários próprios, demitidos ou que pediram demissão durante o período, dividido pelo número de empregados no último dia do exercício social anterior.

## **10.2 Alterações relevantes**

### **10.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos**

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### 10.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

#### (a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera a política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Oferecemos remuneração alinhada com o mercado para atrair e reter talentos visando alcançar objetivos de curto, médio e longo prazo e sempre que necessário efetuamos reajustes das faixas salariais. Considerando o modelo de nosso negócio, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para nosso crescimento, de modo que nossa estratégia de remuneração deve incluir mecanismos que incentivem nossos colaboradores a permanecer por longo prazo, equilibrando seu desenvolvimento e crescimento com os seus resultados e o valor agregado para os acionistas.

Concedemos, ainda, ajustes por mérito e promoção, de modo a reconhecer e recompensar o desempenho de cada colaborador com base nas avaliações de desempenho individuais periódicas.

Adicionalmente à remuneração fixa, temos como política vigente o Programa de Bônus, atrelado ao cumprimento das metas orçamentárias e operacionais. Esse plano abrange todos os funcionários da Companhia, exceção feita aos membros dos conselhos e comitês. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilita aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício.

#### (b) política de benefícios

A Companhia possui uma política unificada de benefícios, respeitando as políticas regionais ou locais, conforme o caso, e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos (Vale Transporte/Estacionamento/Vale Combustível, Vale Alimentação, Vale Refeição, Convênio Farmácia, Assistência Médica, Assistência Odontológica, Convenio Pet, Seguro de Vida), de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

**(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:**

Detalhes estão descritos no item 8.6 deste Formulário de Referência.

**(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.**

Maior remuneração individual: R\$ 4.116.625,00

### **10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

Mediana da remuneração individual: R\$ 52.715,00

Razão: 77

**10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

<b>Maior Remuneração Individual</b>	<b>Mediana da Remuneração Individual</b>	<b>Razão entre as Remunerações</b>
4.116.625,00	52.715,00	78,09

**Esclarecimento**

--

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

### 10.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Possuímos ótimo relacionamento com nossos colaboradores e com as entidades sindicais, patronal e profissional: Participamos de negociações para novas convenções coletivas, tendo abertura para negociação direta com os sindicatos para acordos de Programa de Participação em Resultados – PPR, alteração da jornada de trabalho e outros acordos quando necessário.

Os sindicatos patronais e profissionais aos quais temos relações nos últimos 3 exercícios são os seguintes: (i) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Siderúrgica, Mecânica, Material Elétrico e Eletrônico de Ilhéus, Itabuna, Itajuípe Uruçuca e Canavieiras – Bahia; (ii) Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Município de Ilhéus e Itabuna – Bahia; (iii) Sindicato dos Comerciantes de Simões Filho – Bahia; (iv) Sindicato do Comércio Patronal de Camaçari e Região; (v) Sindicato dos Empregador de Agentes Autônomos no Comércio e Empresas de Assessoramento no Estado de SP; (vi) Sindicato dos Comerciantes de São Paulo; (vii) Sindicato do Comercio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos no Estado de São Paulo.

Os acordos coletivos de trabalho firmados com cada sindicato são renegociados anualmente, em convenção coletiva.

Nos últimos 3 exercícios sociais, nossos profissionais não estiveram envolvidos em movimento de greve, paralisação ou manifestações.

Dentro da área de Gente & Gestão temos profissionais que exercem as atividades de relações sindicais, nos permitindo ter um bom relacionamento com os presidentes e diretores dos sindicatos, o que auxilia na negociação de acordos coletivos e eventuais problemas que dizem respeito às relações trabalhistas.

## **10.5 Outras informações relevantes**

### **10.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

### 11.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses (“Política de Partes Relacionadas”), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2021, estabelece as regras que devem ser observadas em as nossas transações comerciais que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política), bem como para administração de outras situações que envolvam possíveis conflitos de interesses.

O objetivo da Política de Partes Relacionadas é o de fornecer orientações à conduta dos nossos administradores e dos administradores de nossas controladas, de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os nossos interesses, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser analisada pelo Departamento Jurídico para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. O Departamento Jurídico deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com esta Política. O Departamento Jurídico poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria Não- Estatutário com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas nos termos desta Política. A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das partes relacionadas e pela classificação de operações como uma “transação com partes relacionadas”; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma transação com partes relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

Além disso, a Lei das S.A. por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

## **11.1 Regras, políticas e práticas**

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente em nosso website ([ri.wdcnet.com.br](http://ri.wdcnet.com.br)), bem como fisicamente em nossa sede social.

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda. (“PDV Industrialização”)</b>	03/04/2017	5.188.923,56	1.026.998,14	5.188.923,56	28/04/2027	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade controlada pelo Sr Vanderlei Rigatieri, acionista da companhia. O valor descrito nos campos “Montate Envolvido” e “Montante”, referem-se ao total dos valores apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.					
<b>Objeto contrato</b>	Locação de imóvel no município de Ilhéus, Bahia, onde está instalada a fábrica matriz da Companhia					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Aluguel de imóvel de propriedade da PDV Industrialização, onde está instalada a fábrica matriz da Companhia. O valor pago à título de aluguel foi estabelecido de acordo com condições de mercado e não possui aplicação de juros, sendo reajustado apenas nas renovações ou mediante aditivos.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

### **11.2 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

#### **n. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

O nosso Estatuto Social, aprovado em 15 de fevereiro de 2021, e nossa Política de Partes Relacionadas, conforme aprovada em 16 de fevereiro de 2021, estabelecem um conjunto de regras relacionadas à aprovação de transações com partes relacionados.

De acordo com tais documentos, em situações em que qualquer pessoa envolvida em um processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., nossos administradores que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário e o Departamento Jurídico deverão (i) ter acesso a toda documentação relevante e necessária com relação a transações específicas ou a diretrizes para contratação de transações; e (ii) solicitar à Diretoria a análise de alternativas de mercado à transação com partes relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos, bem como eventuais pareceres de especialistas ou relatórios técnicos porventura julgados necessários para fornecer seu parecer ou tomar sua decisão.

Além disto, caso uma transação com partes relacionadas tenha que ser aprovada pelos acionistas em assembleia geral de acordo com a lei aplicável, essa transação deverá ser submetida aos acionistas acompanhada uma proposta submetida pelo nosso Conselho de Administração, embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das S.A., são aplicadas. Segundo tais regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

A celebração das transações acima observaram as práticas estabelecidas em lei, bem como os documentos constitutivos das sociedades envolvidas então vigentes à época.

### **o. Demonstrar o carácter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

O nosso Conselho de Administração ou o Departamento Jurídico, conforme o caso, somente poderão aprovar uma transação com partes relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado e no interesse da Companhia e/ou de sua respectiva controlada.

O nosso Conselho de Administração ou o Departamento Jurídico, a seu critério, poderão estabelecer como condição para a aprovação de uma transação com partes relacionadas qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e no interesse da Companhia e/ou de sua respectiva controlada.

Ademais, uma transação com partes relacionadas deverá sempre ser concluída por escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, inclusive as descritas acima, agimos de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

Por fim, atuamos de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada que realizamos seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios: (i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação; (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e (iii) as condições da Política de Transações com Partes Relacionadas deverão ser integralmente observadas.

Com o objetivo de trazer clareza e evitar quaisquer dúvidas em relação a comutatividade das transações, descrevemos abaixo os fatos que demonstram o carácter comutativo delas.

#### Contrato de locação de imóvel da fábrica

De 2012 a 2017, a fábrica matriz localizada em Ilhéus/BA operou dentro de um imóvel de propriedade da Companhia. Em 2017, quando um novo acionista seria admitido no quadro societário da Companhia, foi negociado com os antigos acionistas que este imóvel não faria parte da transação; conseqüentemente, realizaram uma reorganização societária na qual o imóvel foi transferido para uma empresa chamada PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda., de propriedade do acionista fundador da Companhia, Sr. Vanderlei Rigatieri. O valor pago à título de aluguel é estabelecido de acordo com condições de mercado e não possui aplicação de juros, sendo reajustado apenas nas renovações ou mediante aditivos, conforme condições de mercado.

## **11.3 Outras informações relevantes**

### **11.3 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes encontram-se descritas nos demais itens da presente seção.

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
17/12/2025	N/A	426.768.933,59	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
63.461.463	0	63.461.463	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
17/12/2025	N/A	426.768.933,59	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
63.461.463	0	63.461.463	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
17/12/2025	N/A	426.768.933,59	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
63.461.463	0	63.461.463	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
24/08/2021	N/A	0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
80.462.800	0	80.462.800	

## **12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras**

**12.2 – Descrição dos direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª Emissão
<b>Data de emissão</b>	12/11/2019
<b>Data de vencimento</b>	19/11/2024
<b>Quantidade</b>	120.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	120.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, a Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido de prêmio calculado de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão, aplicáveis a cada série.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). O vencimento das Debêntures da Primeira Série está previsto para o dia 19 de novembro de 2022. O vencimento das Debêntures da Segunda Série está previsto para o dia 19 de novembro de 2024.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse dos Debenturistas, sendo que as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures da Primeira Série e/ou da Segunda Série em Circulação ou das Debêntures em Circulação de ambas as Séries.
<b>Outras características relevantes</b>	Garantias: (i) real, mediante cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de duplicatas originárias das operações de compra e venda e de locação da Companhia, emitidas pela Companhia, representativas de um montante de pelo menos 70% (setenta por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série acrescido da Remuneração da Primeira Série e de pelo menos 120% (cento e vinte por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido da Remuneração da Segunda Série; e (ii) adicional fidejussória, na forma de fiança, prestada pelo Sr. Vanderlei Rigatieri Junior. Remuneração da Primeira Série: 100% Taxa DI-Over + 1,50% a.a. Remuneração da Segunda Série: 100% Taxa DI-Over + 2,50% a.a. Não há atualização monetária. Hipóteses de vencimento antecipado automático: inadimplemento pela Companhia e/ou pelo Fiador de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data em que era devida; transformação do tipo societário da Companhia; mudança ou transferência do controle acionário da Companhia sem a prévia autorização dos Debenturistas; questionamento judicial da escritura de emissão; entre outras. Hipóteses de vencimento antecipado não automático: inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis; não cumprimento dos índices financeiros previstos na escritura de emissão; entre outras.

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª Emissão
<b>Data de emissão</b>	15/06/2022
<b>Data de vencimento</b>	15/06/2029
<b>Quantidade</b>	500.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	500.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	502.773.136,56
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Hipótese e cálculo do valor de resgate A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, a partir de 15 de junho de 2024 (inclusive) para as Debêntures da Primeira Série, e a partir de 15 de junho de 2025 (inclusive) para as Debêntures da Segunda Série, o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração da respectiva Série, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização da respectiva Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido de prêmio, conforme fórmula prevista na escritura de emissão.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). O vencimento das Debêntures da Primeira Série está previsto para o dia 15 de junho de 2027. O vencimento das Debêntures da Segunda Série está previsto para o dia 15 de junho de 2029.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que: (i) quando a matéria a ser deliberada for específica das Debêntures da Primeira Série, sua aprovação dependerá da aprovação dos Debenturistas da Primeira Série, reunidos em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, observados os quóruns de instalação e aprovação aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previstos na escritura de emissão; e (ii) quando a matéria a ser deliberada for específica das Debêntures da Segunda Série, sua aprovação dependerá da aprovação dos Debenturistas da Segunda Série, observados os quóruns de instalação e aprovação aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previstos na escritura de emissão.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Outras características relevantes

Garantia real, mediante (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes de contratos de locação de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações, softwares, hardwares, equipamentos fotovoltaicos e comunicação, entre outros, celebrados pela Companhia, listados no contrato de cessão fiduciária (“Contratos de Locação”); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de notas fiscais eletrônicas de operações de compra e venda de softwares, hardwares, produtos de informática, componentes, partes e peças de microcomputadores, equipamentos fotovoltaicos, entre outros, realizadas pela Companhia, listados no contrato de cessão fiduciária, os quais serão cobrados por meio de boletos bancários (“Notas Fiscais Eletrônicas”); (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de boletos bancários, relacionados à qualquer operação de compra e venda de softwares, hardwares, produtos de informática, componentes, partes e peças de microcomputadores, equipamentos fotovoltaicos, entre outros, e das operações de locações de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações, softwares, hardwares, equipamentos fotovoltaicos e comunicação, entre outros da Companhia, os quais serão liquidados na Conta Vinculada Fluxo (conforme definida abaixo) (“Boletos”), excluídos os boletos decorrentes dos Contratos de Locação e das Notas Fiscais Eletrônicas; e (iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios, corpóreos e incorpóreos, potenciais ou não, inerentes à titularidade das contas vinculadas listadas no contrato de cessão fiduciária, abertas junto ao banco depositário, de titularidade da Companhia e não movimentáveis por essa, por onde transitarão (a) os recursos provenientes dos Contratos de Locação e das Notas Fiscais Eletrônicas por meio do pagamento dos Contratos de Locação e das Notas Fiscais Eletrônicas e dos Boletos (“Conta Vinculada Fluxo”); e (b) os recursos provenientes da integralização das Debêntures (“Conta Vinculada Retenção” e, quando em conjunto com a Conta Vinculada Fluxo, “Contas Vinculadas”), sendo os direitos creditórios dos itens “i”, “ii” e “iii” acima e deste item “iv” considerados, em conjunto, os “Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente” e “Cessão Fiduciária”, respectivamente), que deverão representar um montante mínimo de 50% (cinquenta por cento) (i) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série acrescido da Remuneração da Primeira Série; e (ii) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido da Remuneração da Segunda Série, conforme abaixo definidos; e (iii) deduzidos os valores retidos na Conta Vinculada Retenção (“Valor Mínimo”), conforme aplicável, cuja verificação seguirá o procedimento e os prazos previstos no contrato de cessão fiduciária e seus eventuais aditamentos.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão
Data de emissão	30/05/2025
Data de vencimento	28/05/2030
Quantidade	100.000
Valor nominal global R\$	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	100.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>A Emitente poderá, a partir do término do 24º (vigésimo quarto) mês contado a partir da Data de Emissão das Notas Comerciais, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais, sem necessidade de qualquer aprovação adicional pelos titulares.</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (i) saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem regatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem regatadas, (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, não sendo devidas, entretanto, quaisquer penalidades em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, e (iv) de prêmio conforme fórmula prevista na escritura de emissão.</p>
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	<p>1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais, não conversível em ações, com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). O vencimento das Notas Comerciais está previsto para 28/05/2030.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>Os titulares de Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das S.A. e artigo 47, parágrafo 3º da Lei nº 14.195, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de titulares de Notas Comerciais. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais, em primeira convocação e/ou em segunda convocação, dependerão de aprovação de titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Notas Comerciais em Circulação, exceto quando de outra forma prevista no Termo de Emissão.</p>
<b>Outras características relevantes</b>	<p>Garantias: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos boletos bancários referentes a contratos de locação de equipamentos, (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de boletos bancários, relacionados a qualquer operação de compra e venda de softwares e hardwares e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, corpóreos e incorpóreos, potenciais ou não, inerentes à titularidade da conta vinculada listada no Contrato de Cessão Fiduciária, aberta junto ao banco depositário, de titularidade da Emitente e não movimentável por essa, sendo os direitos creditórios dos itens “i”, e “ii” acima e deste item “iii” considerados, em conjunto, os “Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente” e “Cessão Fiduciária”, respectivamente, que deverão representar um montante mínimo de 40% (quarenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais acrescido da Remuneração.</p> <p>Hipóteses de vencimento antecipado automático: inadimplimento, pela Emitente, de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares de Notas Comerciais prevista neste Termo de Emissão, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias; liquidação, dissolução, encerramento de atividades ou extinção da Emitente ou de suas controladas; decretação de falência da Emitente ou de suas controladas, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emitente ou de suas controladas; transformação da forma societária da Emitente de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações; cisão, fusão ou incorporação da Emitente ou de suas controladas, sem a prévia aprovação dos titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Notas Comerciais; não utilização, pela Emitente, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos deste Termo de Emissão; redução de capital social da Emitente, com restituição aos acionistas, sem a prévia aprovação dos titulares de Notas Comerciais representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Notas Comerciais em Circulação; distribuição e/ou pagamento, pela Emitente, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emitente, caso a Emitente esteja em mora com qualquer de suas obrigações; questionamento judicial, pela Emitente e/ou por qualquer coligada da Emitente, do Termo de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou da Garantia Real ;e declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emitente no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, em montante superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).</p>

-----

**Valor mobiliário**

**Nota Comercial**

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª emissão
<b>Data de emissão</b>	23/12/2025
<b>Data de vencimento</b>	25/03/2030
<b>Quantidade</b>	1
<b>Valor nominal global R\$</b>	40.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	40.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 23 de Dezembro de 2025, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo”), sem necessidade de qualquer aprovação adicional pelos Titulares, os quais desde já estão cientes da possibilidade de realização do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos nesta cláusula. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive); e (ii) prêmio de resgate de (i) 1,5% (um e meio por cento) ao ano, pro rata temporis, base 360 (trezentos e sessenta) Dias, incidente sobre o valor a ser resgatado, caso o resgate ocorra em até 12 meses contados da emissão deste Termo; (ii) 1% (um por cento) ao ano, pro rata temporis, base 360 (trezentos e sessenta) Dias, incidente sobre o valor a ser resgatado, caso o resgate ocorra entre o 13º e o 24º mês contados da emissão deste Termo; ou (iii) 0,5% (meio por cento) ao ano, pro rata temporis, base 360 (trezentos e sessenta) Dias, incidente sobre o valor a ser resgatado, caso o resgate ocorra entre o 25º e o 36º mês contados da emissão deste Termo, considerando o período entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais, não conversível em ações, com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). O vencimento das Notas Comerciais está previsto para 25/03/2030
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Credor ou pela Emitente. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de titulares das Notas Comerciais Escriturais que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Notas Comerciais Escriturais em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum
<b>Outras características relevantes</b>	Garantias: Duplicatas de venda mercantil e/ou duplicatas de prestação de serviços os quais estão/estarão identificados nos registros eletrônicos resultantes das remessas eletrônicas de duplicatas cedidos e a serem fiduciariamente cedidos ao CREDOR, nos termos do presente instrumento. Os registros referidos e o produto de sua cobrança encontram-se e encontrar-se-ão em posse do AGENTE DE GARANTIAS, na Conta Cedente nº 6429061 e Conta Vinculada nº 6429061 na agência 0115 mantidas junto ao AGENTE DE GARANTIAS, conforme o caso (tudo doravante nominados em conjunto como “BENS”), no valor total de 50% (Cinquenta por cento%) sobre o saldo devedor atualizado da Obrigação Garantida, compreendendo principal e acessórios.
-----	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Nota Comercial</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	3ª Emissão
<b>Data de emissão</b>	27/01/2026

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Data de vencimento</b>	26/01/2030
<b>Quantidade</b>	50.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	1.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	50.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>A Emitente poderá, a partir do término do 12º (décimo segundo) mês contado a partir da Data de Emissão das Notas Comerciais, isto é, a partir de 26 de janeiro de 2027 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais (“Resgate Antecipado Facultativo”), sem necessidade de qualquer aprovação adicional pelos titulares de Notas Comerciais Escriturais, os quais deverão obrigatoriamente aceitar a realização do Resgate Antecipado Facultativo.</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (i) saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem regatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem regatadas, (iii) demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, não sendo devidas, entretanto, quaisquer penalidades em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, e (iv) de prêmio ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pelo prazo remanescente das Notas Comerciais, conforme fórmula prevista na escritura de emissão.</p>
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	3ª (terceira) emissão de Notas Comerciais, não conversível em ações, com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). O vencimento das Notas Comerciais está previsto para 26/01/2030.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os titulares de Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral (“Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais” ou “Assembleia Geral”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das S.A. e artigo 47, parágrafo 3º da Lei nº 14.195, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de titulares de Notas Comerciais, sendo certo que a cada Nota Comercial caberá um voto. A Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emitente, pela CVM ou por titulares de Notas Comerciais que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Notas Comerciais em Circulação. As Assembleias Gerais de Titulares de Notas Comerciais se instalarão, em primeira convocação, com a presença de titulares de Notas Comerciais que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Notas Comerciais em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum, excetuadas as matérias com quóruns especificamente previstas neste Termo de Emissão.

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

#### Outras características relevantes

Garantias: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes de contratos de locação de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações, softwares, hardwares e comunicação, entre outros, celebrados pela Emitente, os quais serão liquidados na Conta Vinculada (conforme definida abaixo) por meio de boletos bancários, listados no Contrato de Cessão Fiduciária (“Recebíveis de Locação”); (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de qualquer operação de compra e venda de softwares, hardwares, produtos de informática, componentes, partes e peças de microcomputadores, entre outros, e das operações de locações de equipamentos de informática, eletrônicos, telecomunicações, softwares, hardwares, e comunicação, entre outros da Emitente, os quais serão liquidados na Conta Vinculada (conforme definida abaixo) por meio de boletos bancários (“Recebíveis de Compra e Venda” e, quando em conjunto com os Recebíveis de Locação, os “Recebíveis”); e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, corpóreos e incorpóreos, potenciais ou não, inerentes à titularidade da conta vinculada listada no Contrato de Cessão Fiduciária, aberta junto ao banco depositário, de titularidade da Emitente e não movimentável por essa, por onde transitarão os recursos provenientes dos Recebíveis (“Conta Vinculada”), sendo os direitos creditórios dos itens “i”, e “ii” desta cláusula considerados, em conjunto, os “Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente” e “Cessão Fiduciária”, respectivamente), que deverão representar um montante mínimo de 40% (quarenta por cento) do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), cuja verificação seguirá o procedimento e os prazos previstos no “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Fiduciária”) e seus eventuais aditamentos.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	4ª emissão
Data de emissão	12/05/2026
Data de vencimento	12/05/2031
Quantidade	95.000
Valor nominal global R\$	95.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	95.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A partir do 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, a Emitente poderá realizar (a) a amortização extraordinária facultativa das Notas Comerciais até o limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (“Amortização Extraordinária Facultativa”), ou (b) o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais (“Resgate Antecipado Facultativo”), mediante pagamento do (i) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, acrescido da (ii) Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate ou amortização extraordinária (exclusive); e (iii) Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se aplicável, devidos e não pagos pela Emitente até a data do efetivo resgate; e (iv) prêmio de prépagamento de (a) 0,60% (sessenta centésimos por cento), caso a Amortização Extraordinária Facultativa e/ou o Resgate Antecipado Facultativo ocorra ao longo do terceiro ano a contar da Data de Emissão; (b) 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso a Amortização Extraordinária Facultativa e/ou o Resgate Antecipado Facultativo ocorra ao longo do quarto ano a contar da Data de Emissão; (c) 0,20% (vinte centésimos por cento), caso a Amortização Extraordinária Facultativa e/ou o Resgate Antecipado Facultativo ocorra ao longo do quinto ano a contar da Data de Emissão, conforme fórmula prevista na escritura de emissão.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	4ª (quarta) emissão de Notas Comerciais, não conversível em ações, com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais). O vencimento das Notas Comerciais está previsto para 12/05/2031.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os titulares de Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, realizar assembleia geral (“Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais”), a fim de deliberar sobre matéria de interesse, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações. A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais pode ser convocada: (i) pela Emitente; ou (ii) por titulares das Notas Comerciais que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Notas Comerciais em Circulação. As Assembleias Gerais dos Titulares das Notas Comerciais instalarão, (a) em primeira convocação, com a presença de titulares das Notas Comerciais que representem a metade, ou seja, 50% (cinquenta por cento) no mínimo, das Notas Comerciais em Circulação, e (b) em segunda convocação, com qualquer quórum. Nas deliberações das Assembleias Gerais dos Titulares das Notas Comerciais, a cada uma das Notas Comerciais em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titulares das Notas Comerciais ou não. Exceto pelo disposto na cláusula 12.4.1 abaixo, ou pelos demais quóruns expressamente previstos em outras cláusulas deste Termo de Emissão, qualquer alteração ou exclusão das cláusulas ou condições previstas neste Termo de Emissão, qualquer perdão temporário ou renúncia (waiver) declaração de vencimento antecipado das Notas Comerciais (caso as Notas Comerciais venham a ser detidas por mais de um titular de Notas Comerciais), deverá ser aprovada pelos titulares das Notas Comerciais representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Notas Comerciais em Circulação, seja em primeira ou em segunda convocação.
<b>Outras características relevantes</b>	As Notas Comerciais contarão com (i) garantia de alienação fiduciária de imóveis, os quais deverão atender a uma proporção mínima de 23% (vinte e três por cento) do saldo devedor da Emissão, conforme vier a ser previsto no “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis e Outras Avenças”. (ii) As Notas Comerciais contarão com garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios presentes e futuros, de titularidade da Emitente, decorrentes de parcelas de contratos de locação e/ou vendas (“Cessão Fiduciária”), conforme depositados na conta corrente nº 7321, agência 3347, de titularidade da Emitente junto ao BANCO DO BRASIL S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/5038-51, na qualidade de banco depositário (“Conta Vinculada”), conforme vier a ser previsto no “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Emitente, o Titular e o Agente Administrativo (“Contrato de Cessão Fiduciária”, quando em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, os “Contratos de Garantia”).

**12.4 Número de titulares de valores mobiliários**

<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Pessoas Físicas</b>	<b>Pessoas Jurídicas</b>	<b>Investidores Institucionais</b>
Debêntures	813	98	0
Nota Comercial	0	4	0

## **12.5 Mercados de negociação no Brasil**

### **12.5 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As ações ordinárias de nossa emissão são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

## **12.6 Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

### 12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

#### a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

##### 1ª emissão de debêntures

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em sua 1ª emissão de debêntures foram destinados exclusivamente para pagamento das dívidas. Essa emissão foi liquidada em 15/12/2022.

##### 2ª emissão de debêntures

Os recursos obtidos pela Companhia em sua 2ª emissão de debêntures foram destinados exclusivamente para (i) investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de estoques operacionais e/ou equipamentos destinados a locação; e/ou (ii) reforço de capital de giro; e/ou (iii) pagamento de dívidas da emissora, conforme escritura.

##### Notas Promissórias

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em sua 1ª emissão de notas promissórias foram destinados para reforço de capital de giro e investimentos da Companhia. Essa emissão foi liquidada em 31/01/2023.

##### 1ª emissão de notas comerciais

Os recursos obtidos pela Companhia em sua 1ª emissão de notas comerciais foram destinados exclusivamente para (i) reforço de capital de giro; e/ou (ii) pagamento de dívidas da emissora, conforme escritura.

##### 2ª emissão de notas comerciais

Os recursos obtidos pela Companhia em sua 2ª emissão de notas comerciais foram destinados exclusivamente para (i) reforço de capital de giro; e/ou (ii) pagamento de dívidas da emissora, conforme escritura.

##### 3ª emissão de notas comerciais

Os recursos obtidos pela Companhia em sua 3ª emissão de notas comerciais foram destinados exclusivamente para (i) reforço de capital de giro; e/ou (ii) pagamento de dívidas da emissora, conforme escritura.

##### 4ª emissão de notas comerciais

Os recursos obtidos pela Companhia em sua 4ª emissão de notas comerciais foram destinados exclusivamente para (i) reforço de capital de giro; e/ou (ii) pagamento de dívidas da emissora, conforme escritura.

##### Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em sua oferta pública foram destinados para (i) investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de equipamentos destinados a locação; e (ii) potenciais aquisições de empresas (M&As).

##### Follow-on Precificação de Oferta Primária de Ações (ICVM 400)

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

A realização do Follow-on, em complemento à Oferta Pública Inicial de Ações, ocorreu em função da liberação dos investidores de varejo à negociação na bolsa. Os recursos foram destinados para investimentos de capital (CAPEX) para aquisição de equipamentos destinados à locação.

### **b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável, considerando que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no item a acima.

### **c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, considerando que não houve desvios.

## **12.9 Outras informações relevantes**

### **12.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

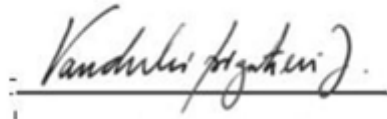
### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR	Diretor Presidente
FELIPE LUÍS ROSA MELDONIAN	Diretor de Relações com Investidores

## 13.1 Declaração do diretor presidente

### 13.1 – Declaração do Diretor Presidente

**VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR**, brasileiro, divorciado, engenheiro eletrônico, portador da cédula de identidade RG nº 10.821.153-8 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF sob o nº 055.084.198-96, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, na qualidade de Diretor Presidente da LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o nº 05.917.486/0001-40, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia (“JUCEB”) sob o NIRE nº 2930003576-9 (“Companhia”), para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



**VANDERLEI RIGATIERI JUNIOR**  
Diretor Presidente

## 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

### 13.1 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

**FELIPE LUÍS ROSA MELDONIAN**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 24.159.766-3 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF sob o nº 302.699.748-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o nº 05.917.486/0001-40, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia (“JUCEB”) sob o NIRE nº 2930003576-9 (“Companhia”), para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



---

**Felipe Luís Rosa Meldonian**  
Diretor de Relações com Investidores

## **13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual**

Documento não preenchido.